



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**FLÁVIO SOUSA DE ANDRADE JUNIOR**

**“NA DITADURA O BRASIL ERA MELHOR”: PRÁTICAS DE DESINFORMAÇÃO  
COMO FORMA DE DISPUTA PELA MEMÓRIA**

**FORTALEZA**

**2026**

FLÁVIO SOUSA DE ANDRADE JUNIOR

“NA DITADURA O BRASIL ERA MELHOR”: PRÁTICAS DE DESINFORMAÇÃO  
COMO FORMA DE DISPUTA PELA MEMÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes.

FORTALEZA

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

A567n     Andrade Junior, Flávio Sousa de.  
              “Na ditadura o Brasil era melhor” : práticas de desinformação como forma de disputa pela  
memória / Flávio Sousa de Andrade Junior. – 2026.  
              159 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de  
Pós- Graduação em Ciência da Informação, Fortaleza, 2026.  
Orientação: Prof. Dr. Jefferson Vernas Nunes.

1. Desinformação. 2. Memória. 3. Produção de conteúdo. 4. Brasil Paralelo. I. Título.

CDD 020

---

FLÁVIO SOUSA DE ANDRADE JUNIOR

“NA DITADURA O BRASIL ERA MELHOR”: PRÁTICAS DE DESINFORMAÇÃO  
COMO FORMA DE DISPUTA PELA MEMÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento.

Aprovado em: 19/01/2026.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Junior  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

---

Prof. Dr. Luiz Tadeu Feitosa  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Gabriela Belmonte Farias (Suplente interno)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Isaura Nelsivânia Sombra Oliveira (Suplente Externo)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais, Eliana Lima da Silva e Flávio Sousa de Andrade, por sempre me apoiarem e acreditarem em mim. Foram eles que me incentivaram todos os dias a seguir esse caminho.

Ao meu orientador, professor Jefferson Veras Nunes, primeiro por suas orientações desde a graduação e agora no mestrado, mas também por sempre ser compreensivo e ter me acolhido em momentos de dúvida.

Agradeço às professoras Lídia Cavalcante e Áurea Montenegro pelas aulas de metodologia e por ajudarem a melhorar essa pesquisa. Agradeço também à professora Giovanna Guedes por sua dedicação ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) e sempre incentivar nossa participação.

Ao professor Tadeu Feitosa, que novamente aceitou participar da minha banca, sempre trazendo contribuições valiosas e por seus ensinamentos em sala de aula.

Ao professor Wagner Chacon, por ter me dado a oportunidade de ir à campo e ver na prática como se conduz uma pesquisa etnográfica.

À professora Virgínia Bentes por ter me iniciado no caminho da pesquisa científica. Com certeza não estaria aqui se não fossem os ensinamentos dela.

Agradeço ao professor Oswaldo Almeida Jr. e às professoras Gabriela Belmont e Isaura Oliveira, por aceitarem participar da minha banca e por suas contribuições e sugestões para incrementar minha pesquisa.

Agradeço aos colegas de turma, Erika Leite, Paulo Marcelo, Izaias Marinho pela parceria nessa caminhada, e em especial ao Wilnan Custódio por não me deixar almoçar sozinho e pelas conversas descontraídas e sérias.

À Giovanna Fernandes, agradeço por toda a paciência ao longo desses dois anos, por ter estado ao meu lado em diversos momentos dessa trajetória e, sobretudo, por ter escutado meus medos e dúvidas e, ainda assim, acreditado em mim. Sua confiança foi uma fonte constante de inspiração para que eu sempre buscasse ir além.

Por fim, agradeço à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pela concessão da bolsa de estudos.

I stand this morning with a difficult message. I believe we are in crisis. [...] The distance between what is said [...] and what is known to be true, has become an abyss. [...] Of all the things at risk, the loss of an objective reality is perhaps the most dangerous. The death of truth is the ultimate victory of evil. When truth leaves us, when we let it slip away, when it is ripped from our hands, we become vulnerable to the appetite of whatever monster screams the loudest. (Andor, 2023).

## RESUMO

Essa pesquisa investiga as práticas de desinformação realizadas na produção de conteúdo para redes sociais, em específico para plataformas de audiovisual. Com a popularização das Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), cada vez mais pessoas passaram a utilizar ferramentas digitais para se comunicar e ter acesso à informação de forma rápida, e além disso, elas mesmas se tornaram produtoras do conteúdo veiculado nesses espaços virtuais. Essa possibilidade abre espaço para que grupos ou indivíduos produzam e disseminem desinformação de forma rápida e abrangente, atingindo um alto número de usuários que interagem com aquele conteúdo e faz com que ele seja cada vez mais compartilhado tanto pelas pessoas, quanto pelos algoritmos que regem as redes sociais. Na produção audiovisual, uma das plataformas sociais que se destaca é o *Youtube*, onde é possível criar canais e publicar vídeos. Um desses canais é o “Brasil Paralelo”, uma produtora de conteúdo que se propõe a produzir documentários sobre história, política e educação, mas visando apresentar uma visão alternativa aos fatos vigentes. Nesse sentido, levanta-se a seguinte questão: Como a produção de conteúdo audiovisual do "Brasil Paralelo" utiliza práticas de desinformação para construir uma narrativa alternativa sobre fatos históricos do Brasil, em particular no documentário "1964: O Brasil entre Armas e Livros"? Para responder essa questão, a pesquisa tem como objetivo geral: investigar a produção de conteúdo audiovisual do "Brasil Paralelo" e seus elementos constituintes na construção de uma narrativa sobre fatos históricos do Brasil. Os objetivos específicos são os seguintes: 1) verificar como as práticas de desinformação se articulam no contexto atual das plataformas de interação social, com ênfase na produção e disseminação de conteúdo audiovisual. 2) examinar as relações entre mídia audiovisual e a construção da memória, analisando como narrativas midiáticas podem influenciar a percepção de fatos históricos; 3) analisar o documentário "1964: O Brasil entre Armas e Livros" produzido pelo "Brasil Paralelo", identificando estratégias discursivas e elementos de desinformação utilizados na reconstrução histórica da ditadura militar. No que se refere aos procedimentos metodológicos, a pesquisa se enquadra em uma abordagem qualitativa e exploratória, conduzida por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, a fim de construir uma fundamentação teórica que auxiliou na análise do documentário. Para tal foram aplicadas duas técnicas, a análise fílmica e a análise do discurso crítica. Durante a análise do documentário foram identificadas o uso de práticas de desinformação como descontextualização de fatos, negacionismo histórico, *fake news*, uso de imagens fora de contexto, mal-informação, bem como elementos cinematográficos que

buscam conquistar o público por meio dos sentimentos e crenças. Conclui-se que o documentário produzido pelo “Brasil Paralelo” funciona como uma “propaganda” que prega a neutralidade, mas busca principalmente munir seu público de argumentos sem fundamentação criteriosa ou fiel aos fatos, que vão ser propagados nas redes sociais, gerando debates vazios, tendo a desinformação como premissa e por consequência vão se instalar no imaginário social e criar uma nova narrativa sobre os fatos que levaram ao acontecimento da ditadura militar no Brasil e as consequências desse processo.

**Palavras-chave:** desinformação; memória; produção de conteúdo; Brasil Paralelo.

## ABSTRACT

This research investigates disinformation practices in the production of content for social media, specifically audiovisual platforms. With the popularization of Digital Information and Communication Technologies, more and more people have started using digital tools to communicate and access information quickly, and furthermore, they themselves have become producers of content disseminated in these virtual spaces. This possibility opens up space for groups or individuals to produce and disseminate disinformation quickly and broadly, reaching a high number of users who interact with that content and causing it to be increasingly shared both by people and by the algorithms that govern social networks. In audiovisual production, one of the social platforms that stands out is YouTube, where it is possible to create channels and publish videos. One of these channels is "Brasil Paralelo," a content producer that aims to produce documentaries on history, politics, and education, but presents an alternative view to current events. In this sense, the following question arises: How does the audiovisual content production of "Brasil Paralelo" use disinformation practices to construct an alternative narrative about historical events in Brazil, particularly in the documentary "1964: Brazil Between Weapons and Books"? To answer this question, the research has the general objective of investigating the audiovisual content production of "Brasil Paralelo" and its constituent elements in the construction of a narrative about historical events in Brazil. The specific objectives are as follows: 1) to verify how disinformation practices are articulated in the current context of social interaction platforms, focusing on the production and dissemination of audiovisual content; 2) to examine the relationships between audiovisual media and the construction of memory, analyzing how media narratives can influence the perception of historical events; 3) to analyze the documentary "1964: Brazil Between Weapons and Books" produced by "Brasil Paralelo," identifying discursive strategies and elements of disinformation used in the historical reconstruction of the military dictatorship. Regarding methodological procedures, the research falls within a qualitative and exploratory approach, conducted through bibliographic and documentary research, in order to build a theoretical foundation that aided in the analysis of the documentary. Two techniques were applied: film analysis and critical discourse analysis. During the analysis of the documentary, the use of disinformation practices was identified, such as decontextualization of facts, historical denialism, fake news, use of out-of-context images, misinformation, as well as cinematographic elements that seek to win over the public through feelings and beliefs. It is concluded that the documentary produced by "Brasil Paralelo" functions as

“propaganda” that preaches neutrality, but mainly seeks to provide its audience with arguments lacking rigorous or factual basis, which will be propagated on social media, generating empty debates, with disinformation as the basis for these positions, and consequently becoming ingrained in the social imaginary and creating a new narrative about the events that led to the military dictatorship in Brazil and the consequences of this process.

**Keywords:** desinformation; memory; content production; Brasil Paralelo.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Logo oficial do Brasil Paralelo.....	77
Figura 2 -	Representação de um buraco negro no filme “Interestelar” (2014).....	77
Figura 3 -	Manchete do jornal O Globo com destaques em vermelho feito pelo BP.	99
Figura 4 -	Manchete original do jornal O Globo, de 9 de maio de 1964.....	100
Figura 5 -	Renor Filho sendo entrevistado com um ângulo de câmera mais lateral à direita.....	101
Figura 6 -	Olavo de Carvalho sendo entrevistado em sua biblioteca particular.....	101
Figura 7 -	Câmera filmando William Waack de perfil.....	102
Figura 8 -	Símbolo do PCB aparecendo rapidamente na tela.....	102
Figura 9 -	Fotografia de Sebastião Salgado retratando o garimpo na Serra Pelada..	117
Figura 10 -	Fotografia da junta militar utilizada no documentário.....	118
Figura 11 -	Fotografia de Augusto Pinochet, Gustavo Leigh e José Toribio Merino..	118

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
AI	Atos Institucionais
ADC	Análise de Discurso Crítica
ASK	<i>Anomalous State of Knowledge</i>
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BP	Brasil Paralelo
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação é o produto de informação
Brexit	<i>Britain exit</i>
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CI	Ciência da Informação
CIA	Agência Central de Inteligência
CNV	Comissão Nacional da Verdade
Comintern	III Internacional Comunista
DDR	Desinformação Digital em Rede
DOAJ	Directory of Open Access Journals
DOI-Codi	Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
EUA	Estados Unidos da América
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
HPV	Papiloma Vírus Humano
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
KGB	Comitê de Segurança do Estado da URSS
LC	Linguística Crítica
MP	Medida Provisória
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
NetLab	Laboratório de estudos de internet e redes sociais
OMS	Organização Mundial da Saúde
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB	Partido Comunista do Brasil (PCB)
PCI	Partido Comunista Italiano
PT	Partido dos Trabalhadores



SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
StB	Serviço de Inteligência da Tchecoslováquia
TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TSSM	Teoria da Semiótica Social da Multimodalidade
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares
VT	Videoteipe

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>O FENÔMENO DA DESINFORMAÇÃO: IMPLICAÇÕES HISTÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1</b>	<b>Facetas da desinformação ao longo da história.....</b>	<b>23</b>
<b>2.1.1</b>	<b><i>Desinformação na contemporaneidade.....</i></b>	<b>32</b>
<b>2.2</b>	<b>Cognição e sociedade: manipulação por meio da desinformação.....</b>	<b>38</b>
<b>2.3</b>	<b>Práticas de desinformação da extrema direita.....</b>	<b>43</b>
<b>3</b>	<b>A DISPUTA PELA MEMÓRIA.....</b>	<b>48</b>
<b>3.1</b>	<b>Construção de um imaginário através da mídia audiovisual.....</b>	<b>55</b>
<b>3.2</b>	<b>Negacionismo histórico na ditadura militar.....</b>	<b>61</b>
<b>4</b>	<b>CONTEXTOS DA MÍDIA EM TEMPOS DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO.....</b>	<b>67</b>
<b>4.1</b>	<b>Produção de conteúdo audiovisual para internet.....</b>	<b>73</b>
<b>4.2</b>	<b>Brasil paralelo.....</b>	<b>77</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>83</b>
<b>5.1</b>	<b>Caracterização da pesquisa.....</b>	<b>85</b>
<b>5.2</b>	<b>Coleta e análise dos dados.....</b>	<b>89</b>
<b>6</b>	<b>ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>95</b>
<b>6.1</b>	<b>Análise fílmica: “1964: Brasil entre armas e livros” (2019).....</b>	<b>95</b>
<b>6.2</b>	<b>Negacionismo e viés ideológico: a desinformação por trás da narrativa paralela.....</b>	<b>105</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>125</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>129</b>
	<b>APÊNDICE A – DECUPAGEM DO DOCUMENTÁRIO “1964: O BRASIL ENTRE ARMAS E LIVROS”.....</b>	<b>148</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O uso da internet, computadores e *smartphones* estabeleceu um novo paradigma comunicativo e social, no qual as pessoas passaram a ter acesso a quase qualquer tipo de informação e a se comunicar de forma fácil e rápida. Castells (2002) definiu esse momento como Sociedade da informação, em que os sistemas de rede não são limitados por fronteiras e as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) possuem um funcionamento estruturado, de modo a ter uma abrangência global. Essa relação entre sociedade e tecnologia se tornou tão intrínseca que é difícil imaginar um cenário no qual as atividades humanas não sejam auxiliadas por computadores, internet e sistemas de comunicação.

Sobre essa relação sociedade/tecnologia Lévy (1999, p. 32) trouxe a noção de ciberespaço como um “novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado de informação e do conhecimento”. Esse ambiente teria, na concepção do autor, se estabelecido como uma espécie de agora de debates políticos em virtude de características como interatividade, flexibilidade e um fluxo maior de troca de informações em tempo real.

Esse novo contexto levou a um aumento na produção de informação digital, em que cada ação e interação feita em espaços virtuais gera dados e informações sobre os usuários, algo que se tornou uma mercadoria para grandes empresas, sendo extraídos, minerados, coletados, usados e transformados em informação bruta de modo a adquirir algum valor (Bezerra; Borges, 2021, p. 180) e serem utilizados para embasar estratégias mercadológicas, direcionar publicidade, entre outros fins.

No campo científico essa produção de dados e informação, bem como as novas formas de comunicação, são do interesse de diversas áreas como por exemplo a de ciência da informação (CI). Ao longo de sua trajetória constitutiva, chegando a sua consolidação e estudos contemporâneos, a área se preocupa em investigar o fluxo, organização, coleta, armazenamento, tratamento, recuperação e disseminação da informação, tanto em suporte físico quanto digital.

Com o avanço constante das TDIC, novos desafios foram se apresentando para a área, especialmente em virtude do aumento no uso de redes sociais como *Facebook*, *X*, *Tiktok*, *Instagram*, dentre outras plataformas de interação virtual entre os usuários. Mesmo antes da consolidação dessas redes, a popularização e disponibilização da internet permitiu, até certo ponto, uma democratização do acesso e produção de informação.

Assim, por meio de sites, blogs e redes sociais, os usuários passaram a produzir e interagir com o conteúdo produzido nesses ambientes virtuais. Isso, claro, trouxe vantagens e desvantagens. Alguns usuários entenderam essas redes como um espaço onde podem realizar ataques racistas, homofóbicos e xenofóbicos livremente e sem punição pela internet, além de considerarem um ambiente propício para propagar os atos de desinformação. Embora o acesso tenha sido facilitado, não há garantia da qualidade ou veracidade do que é recuperado, afinal, qualquer pessoa consegue disponibilizar a (des)informação, e construir um cenário que possibilitou o surgimento de novas práticas digitais de enganação.

Por conta do nome, pode até parecer que se trata de um fenômeno contrário ao da informação, no entanto, conforme explica Pedro Demo (2000, p. 39), “se trata do mesmo elemento, apenas com sinais invertidos”. Desinformação não é uma “não-informação”, mas uma informação construída para enganar o sujeito, e que o leva a tomar decisões com bases em premissas que não condizem com os fatos. Esse fenômeno pode tomar a forma de boatos, fofocas, teorias da conspiração, descontextualização, meias verdades, mentiras e *fake news*, considerados alguns exemplos de práticas empregadas com o intuito de desinformar.

Não se trata de um fenômeno novo, pois, ao longo da história humana, houve diversos casos de grupos utilizando táticas de enganação para manipular debates, alienar o público em geral e difamar figuras relevantes nos cenários político e social. No entanto, o que mudou nos últimos anos foi o aumento expressivo do uso das redes sociais e aplicativos para troca de mensagens como o *Whatsapp* e *Telegram* em um contexto de desinformação. Nesses espaços virtuais os usuários são incentivados a interagir por meio de comentários, a compartilhar e a criar o seu próprio conteúdo, além de direcioná-los para as pessoas que se interessam pelo assunto. Toda essa interação gera dados que são capturados pelos algoritmos das redes e que conseguem mapear os interesses dos usuários e direcionar conteúdo relevante.

Essa prática é entendida como uma mediação algorítmica, em que os sistemas de aprendizado de máquina e coleta de dados entregam constantemente para o usuário aquilo que eles compreendem como informação de interesse. Trata-se de uma estratégia para fazer com que as pessoas passem cada vez mais tempo utilizando essas plataformas, em uma constante disputa pela atenção. As redes sociais são elementos que já estão emaranhados nas dinâmicas da sociedade contemporânea, sendo utilizadas por mais da metade da população mundial (AFP, 2023), e se tornando parte do dia-a-dia das pessoas. No Brasil, um dos países com maior tempo de conexão (CNN, 2025), o tempo médio gasto nessas redes é de 3h diárias.

Com a constante presença de usuários nesses ambientes, viu-se valor na possibilidade de criar, compartilhar, interagir e produzir conteúdo. Essa prática se popularizou cada vez

mais, se estruturou, e hoje existem milhões de pessoas que atuam profissionalmente como produtores de conteúdo digital. O Brasil novamente está entre os países que se destacam nesse quesito (Chalegra, 2024). No entanto, isso não significa que todo conteúdo produzido nesses espaços seja de qualidade e realmente informativo. Na verdade, existem perfis cujo intuito é publicar desinformação para manipular e enganar. Assim como hoje existem profissionais que atuam com a produção de conteúdo, criou-se uma “indústria da desinformação”. Um estudo do Laboratório de estudos de internet e redes sociais (NetLab) identificou um padrão na fabricação da desinformação em larga escala, e como o uso multiplataforma desempenha um papel fundamental nesse processo, permitindo uma ampla e rápida circulação (Pinhoni, 2022).

Uma das plataformas que pode e tem sido utilizada como um espaço para esses fins, é o *Youtube*, um espaço virtual disponível para publicações de vídeos criada em 2005 e lançada para o público global em 2006, e que é acessado por bilhões de usuários diariamente. Lá é possível se inscrever em canais, assistir, curtir, comentar, compartilhar e produzir vídeos. Assim como nas demais redes sociais, houve uma profissionalização do conteúdo da plataforma, com canais publicando vídeos com qualidade de imagem, som, edição e roteiro comparável às grandes produções Hollywoodianas, afinal, o que antes em termos cinematográficos exigia uma grande estrutura de câmeras e microfones de alta qualidade, agora pode ser feito com um *smartphone*.

Além desta plataforma, assim como as redes sociais, foram criados canais que davam conta de abordar diversos assuntos. Dentre os vídeos publicados, muitos são voltados para o compartilhamento de informações, seja sobre atividades simples do dia-a-dia, tecnologia, culinária, viagens, leitura e afins. O fato é que o *Youtube* se tornou uma das plataformas mais utilizadas no mundo e é onde diversos grupos ou indivíduos encontraram um espaço para a disseminação de desinformação. Embora seja difícil identificar canais abertamente desinformativos, existem alguns que se propõem a discutir política, sociedade, história e nisso imputam um viés ideológico geralmente ligado a extrema direita, com uma tendência à descontextualização e práticas que visam alterar narrativas e manipular os fatos.

Com isso em mente, chega-se ao caso de estudo escolhido para essa pesquisa, a produtora de conteúdo “Brasil Paralelo” (BP), que foi criada em Porto Alegre, no ano de 2016 e que iniciou com projetos audiovisuais. De acordo com os sócios da produtora, os conteúdos eram livres de qualquer envolvimento político e eram financiados pela assinatura de fãs e outras fontes de renda oriundas da publicação de vídeos no *Youtube*. Segundo Filipe Valerim, um de seus fundadores, a proposta da produtora é apresentar uma perspectiva alternativa da

história brasileira, que estaria fundamentada em uma visão ideológica predominantemente da esquerda e, assim, buscaria promover uma “reforma cultural” (Detoni, 2024).

Diversos educadores, principalmente do campo da história, têm se mostrado críticos às produções do BP, pois elas estariam permeadas de negacionismo, distorção e descontextualização de fatos. Por meio de documentários, a produtora estaria buscando criar uma narrativa paralela quanto ao que é entendido como a história oficial do Brasil. Uma de suas produções mais expressivas em termos de visualizações no *Youtube* é o documentário “1964: o Brasil entre armas e livros”, em que é trabalhada a história da ditadura militar no Brasil. Por se tratar de um canal com mais de 4 milhões inscritos e tendo esse documentário específico alcançado um número significativo de visualizações, esse estudo busca responder a seguinte pergunta: Como a produção de conteúdo audiovisual do "Brasil Paralelo" utiliza práticas de desinformação para construir uma narrativa alternativa sobre fatos históricos do Brasil, em particular no documentário "1964: O Brasil entre Armas e Livros"?

Para alcançar essa resposta, foi definido o seguinte objetivo geral: Investigar a produção de conteúdo audiovisual do "Brasil Paralelo" e seus elementos constituintes na construção de uma narrativa sobre fatos históricos do Brasil. Quanto aos objetivos específicos foi necessário para esse estudo: 1) verificar como as práticas de desinformação se articulam no contexto atual das plataformas de interação social, com ênfase na produção e disseminação de conteúdo audiovisual. 2) examinar as relações entre mídia audiovisual e a construção da memória, analisando como narrativas midiáticas podem influenciar a percepção de fatos históricos; 3) Analisar o documentário "1964: O Brasil entre Armas e Livros" produzido pelo "Brasil Paralelo", identificando estratégias discursivas e elementos de desinformação utilizados na reconstrução histórica da ditadura militar.

Com base no exposto, a pesquisa visa contribuir com a produção de conhecimento relacionado à desinformação e a sua disseminação por meio de produções audiovisuais. Nesse sentido, objetiva identificar em um documentário histórico os elementos que são empregados com o intuito de desinformar, mas principalmente de criar uma narrativa divergente dos fatos históricos hegemônicos com o intuito de manipular e criar um imaginário coletivo que esteja de acordo com uma agenda conservadora e extremista. Assim, direciona o holofote para questões como a responsabilização do que é feito nas redes e a necessidade de uma preservação e maior acessibilidade da memória nacional.

A presente dissertação é organizada da seguinte forma: a primeira seção deu conta de contextualizar o tema proposto, a problemática, a justificativa e os objetivos a serem alcançados, enquanto as seções seguintes se ocuparam em construir a fundamentação teórica.

Na seção 2 abordou-se o fenômeno da desinformação, sua presença ao longo da história em diversos momentos importantes e impacto na sociedade, até chegar a contemporaneidade e o uso das redes sociais como ferramenta de disseminação e, por fim, discutindo alguns aspectos cognitivos sobre a grande aceitação de desinformação pelas pessoas.

Na seção 3 foram abordados os aspectos teóricos sobre memória coletiva e sua construção na sociedade, o papel da mídia na criação ou alteração das percepções das pessoas em relação aos fatos e por consequência na memória social. Em seguida, buscou-se compreender esses aspectos a partir do contexto da ditadura militar brasileira e da disputa de narrativas em torno desse fato histórico. Na seção 4 foram abordadas as mídias audiovisuais, sua evolução até o atual cenário de produção de conteúdo digital independente e, finalmente, na atuação da BP nesses espaços através de seus documentários. Posteriormente são apresentadas a metodologia aplicada nesse estudo, seguido da análise dos resultados e considerações finais.

## 2 O FENÔMENO DA DESINFORMAÇÃO: IMPLICAÇÕES HISTÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS

Antes de abordar a desinformação, é necessário tecer alguns comentários e reflexões sobre os conceitos de informação e infodemia. Essa tríade está conceitualmente relacionada e suas bases teóricas estão sempre em construção. Ainda hoje não se tem uma definição estabelecida – e talvez nunca haja – sobre informação, por exemplo. No entanto, o que interessa aqui é apenas entender como esses dois últimos se relacionam com o fenômeno da desinformação.

Desde o final dos anos 1990 e início dos 2000 a internet e as TDIC se popularizaram e se consolidaram como ferramentas imprescindíveis para a sociedade contemporânea. É cada vez mais raro encontrar alguma instância da vida cotidiana que não esteja dependente do uso da internet ou de um *smarthphone*. O acesso facilitado a essas tecnologias digitais transformou a forma como as pessoas se comunicam, produzem e disseminam informação. Este conceito é complexo de ser definido, no entanto diversos autores propuseram suas interpretações. Capurro e Hjørland (2007, p. 193) fazem uma extensa reflexão sobre informação, entendendo que é interdisciplinar e pertencente às várias áreas do conhecimento, no entanto para a CI pode ser tratada como informação objeto ou informação como subjetivo. No segundo caso, a informação depende da interpretação do sujeito, por se tratar de um signo que deve ser compreendido por um agente cognitivo.

Na perspectiva de Buckland (1991) a informação é dividida em três elementos, “informação como processo”, “informação como conhecimento” e “informação como coisa”. Essas três abordagens configuram a informação como um elemento presente em qualquer objeto, basta que ocorra um processo de significação. Nesse sentido, Araújo (2009) explica que os estudos sobre informação passaram por um processo de mudança de perspectiva, no qual esse fenômeno deixou de ser tratado como objeto, e sim como um processo que precisa ser compreendido a partir de um sujeito que produz uma interpretação. É com essa abordagem sobre o fenômeno da informação que essa pesquisa se alinha, pois se trata de uma visão mais adequada para o estudo da (des)informação através de uma perspectiva social, cultural, histórica e política.

A popularização das TDIC tornou o acesso à informação e à comunicação mais democrático; no entanto, o excesso de caminhos e fluxo pelos quais a informação percorre, bem como a postura ativa na produção de conteúdo digital, trouxe um novo desafio para os usuários, no que diz respeito a distinguir o verdadeiro do falso. A intensificação do fluxo



informacional em rede gerou o fenômeno da infodemia, o qual Kalil e Santini (2020, p. 5) caracterizam como:

[...] uma quantidade e variedade excessiva de informações de diferente qualidade e credibilidade (algumas falsas, outras imprecisas, outras baseadas em evidências). A infodemia dificulta que as pessoas encontrem fontes e orientações confiáveis quando precisam, o que representa riscos para a saúde global.

O excesso de informações dificulta a verificação da qualidade e abre espaço para a produção e disseminação de desinformação. Kalil e Santini ainda acrescentam a noção de que os dois fenômenos estão relacionados, uma vez que um permite a produção do outro, e vice-versa. A grande produção de informação gera a infodemia, que por sua vez abre espaço para a disseminação de desinformação. Isso gera uma confusão social na qual a linha entre o que é real e o que é falso fica mais tênue, exigindo um olhar mais atento dos usuários, algo bem raro em tempos de consumo rápido da informação.

O ato de contar mentiras, espalhar boatos e descontextualizar fatos ou falas não é uma novidade, mas hoje a sociedade se depara com um cenário completamente diferente no tocante à disseminação de informação falsa. O fenômeno da desinformação e da pós-verdade tem sido objeto de diversos estudos, pois apresenta implicações sociais, políticas, ideológicas, além de ameaçar o estado democrático. Entende-se desinformação a partir da perspectiva de Tucker *et al.* (2018, p. 2), em que a consideram uma categoria abrangente, que descreve os diversos tipos de informação online que podem levar às percepções incoerentes em relação à realidade. Assim, os autores incluem no escopo da desinformação: *fake news*; *clickbait*s (isca de cliques); teorias da conspiração; pseudociências, rumores e informação falsa, sejam elas produzidas com ou sem a intenção de enganar.

Na perspectiva de Brisola e Bezerra (2018, p. 3319), a desinformação é um conceito relacionado a práticas militares de contra informação e espionagem, mas que se espalhou pelos meios de comunicação privados e estatais, de modo que pode estar presente “[...] em livros de história ou em discursos políticos, em histórias em quadrinhos ou em jornais de ampla circulação.”

Apesar da grande quantidade de estudos sobre o fenômeno nos últimos anos, a desinformação ainda não apresenta uma base teórica bem definida, portanto é necessário abordar a temática de forma ampla. De acordo com Schneider (2022, p. 73), estudos em língua inglesa utilizam dois termos para diferenciar uma desinformação com intenção de

enganar e outra que não é intencional, *disinformation* (desinformação) e *misinformation* (misinformação) respectivamente.

A *disinformation* envolve diversas formas intencionais de enganar, pois trata-se de uma informação produzida de modo descontextualizado, incompleto e mentiroso, e que busca prejudicar alguém ou obter benefícios próprios. Cada indivíduo teria suas próprias motivações para criar e disseminar uma *disinformation* (Fallis, 2014, p. 1; Schneider, 2022, p. 73; Guimarães Junior; Miranda, 2024, p. 5). Assim, a desinformação não corresponde à falta de informação. Pinheiro (2014, p. 3) entende que

[...] compõe o conceito de maneira indissociável o elemento subjetivo relativo ao ato deliberado de induzir ao erro. Também envolve uma metodologia preferencial, a atuação secreta, em que o autor permanece desconhecido do alvo. Por fim, outro aspecto também de ordem subjetiva, o objetivo de influenciar a opinião de alguém mediante a deturpação da verdade.

*Misinformation*, por sua vez, trata do compartilhamento de informação falsa ou descontextualizada, mas sem a intenção de enganar, ocorrendo por negligência, um viés específico ou por um simples engano (Fallis, 2014, p. 1; Guimarães Junior; Miranda, 2024, p. 5). Embora não haja a intenção de enganar, a *misinformation* não é menos perigosa, em especial quando “[...] ela fortalece a desinformação ao ampliar a escala de circulação e a intensidade persuasiva da informação oriunda de fontes desinformadas, confirmando crenças e preconceitos” (Schneider, 2022, p. 78).

Há um terceiro conceito para as ações de desinformação, a *malinformation* (mal-informação), que é uma informação verdadeira, mas é utilizada com o intuito de prejudicar um indivíduo ou organização. Esse tipo de prática ataca a reputação e busca causar medo e pânico (Wardle; Derakshan, 2018, p. 46; Baines; Elliot, 2020, p. 12). Um exemplo disso são os casos de chantagem por meio do roubo e ameaça de vazamentos de dados sensíveis e particulares de uma pessoa.

Em uma sociedade hiperconectada, onde cada vez mais as pessoas passam uma quantidade de tempo significativa nas redes sociais, a disseminação de informação tem ocorrido de forma mais acelerada e com uma abrangência muito maior. A velocidade na qual se consome a informação, deixa cada vez menos espaço para se dar a devida atenção a um conteúdo que é veiculado na internet. Isso tem gerado preocupações, pois nem sempre esses conteúdos são verídicos. O avanço acelerado de tecnologias de comunicação, inteligência artificial, algoritmos que regem redes sociais, o uso de artifícios retóricos para defender a liberdade de expressão, descontextualizar e enganar visando benefícios próprios, têm tornado

cada vez mais difícil distinguir entre o que é real e o que é falso. Esse cenário complexo tem sido alvo de estudos e recebeu a denominação de pós-verdade.

O termo pós-verdade se tornou bastante popular e foi escolhido como Palavra do Ano de 2016 pelo *Oxford Dictionaries*, estando relacionado com dois acontecimentos daquele ano: a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos e a saída do Reino Unido da União Europeia, movimento conhecido como *Brexit* (abreviatura para *Britain exit*) (Araújo, 2020, p. 2). O *Oxford Dictionary* (2016, tradução minha) define pós-verdade como um “adjetivo definido como ‘relacionado a ou denotando circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião do que apelos à emoção e crença pessoal.’”

De acordo com Araújo (2020, p. 2), o uso dessa expressão para designar o atual momento é inadequado pois seria apenas um novo nome para um fenômeno antigo, e seu objetivo seria desconsiderar tudo o que já foi produzido e pensado sobre o assunto. Schneider (2022, p. 61) é adepto desse pensamento ao dizer que ter as crenças pessoais como fator que influencia mais a opinião pública do que evidências ou argumentos racionais, não é justificativa para cunhar um novo termo. O fenômeno seria bastante velho, mas o que há de novo é a presença de um viés conservador nos fluxos de desinformação atuais, aliado à velocidade e à abrangência de sua produção e circulação, com custos relativamente baixos. Além disso, há a coleta de dados mediante interações em redes sociais e demais formas de vigilância de navegação, trocas de mensagem, compras e deslocamento no espaço digital.

Dessa forma, Schneider (2022, p. 61) entende que a caracterização da pós-verdade é oriunda de três fatores: 1) as mediações informacionais sociotécnicas operacionalizadas por algoritmos por corporações capitalistas de vigilância, mineração de dados e produção de metadados, mercadoria de predição comportamental; 2) a emergência após um século de crescente popularização da cultura científica ao redor do planeta, mas de modo desigual; 3) o viés conservador em termos políticos, morais e culturais, com um espectro frequentemente fascista, servindo de cortina de fumaça para uma visão econômica neoliberal. Por fim, Schneider define pós-verdade como

[...] uma nova modalidade multifacetada de engodo e autoengano articulada com variedades de niilismo, que tem por lastro o fracasso das promessas modernas de progresso, justiça, liberdade, racionalidade, felicidade, paz, meritocracia e fartura para quem se esforça segundo as regras do jogo, que seriam iguais para todos os jogadores - um fracasso tão decantado e difundido aos quatro ventos como fatal e definitivo, quanto essas promessas são simplesmente mistificadas ou apagadas (Schneider, 2022, p. 61).

Percebe-se que para o autor há um fator que em muito contribuiu para a atual configuração da pós-verdade, que é o componente da crise do regime capitalista. Esse fator está relacionado com diversas questões de crise social, ambiental, econômica, política, democrática e na saúde. Assim, cada vez mais há uma busca por caminhos imediatistas que proporcionem condições mais dignas de vida. O descrédito no qual instituições públicas, acadêmicas e de comunicação têm caído nos últimos anos, abriu espaço para que figuras carismáticas conquistassem as massas com soluções fáceis para os problemas da sociedade e discursos fervorosos.

Um outro elemento que se apresenta como constituinte da formação de uma desinformação (assim como da informação), é a linguagem. É por meio de artifícios de linguagem que se aplica uma aparência de opinião e neutralidade, mas na verdade mascara um viés ideológico, além de ser utilizada para criar estereótipos que influenciam a opinião, de modo que indivíduos passam a aderir a essas noções construídas através da desinformação (Brisola; Bezerra, 2018, p. 3322).

De fato, a temática da desinformação e da pós-verdade não são novidade, mas há elementos que tornam esse processo muito mais preocupante, pois são a culminância de uma série de circunstâncias que estavam em ação ao longo dos anos e que estão se agravando. Cabe agora destacar alguns momentos históricos nos quais ocorreram práticas de desinformação significativas.

## **2.1 Facetas da desinformação ao longo da história**

É pertinente realizar um apanhado histórico das táticas de desinformação que ocorreram ao longo da história da humanidade, antes do período pós criação da internet e da criação do novo paradigma da sociedade da informação. Desse modo, ao comparar os dois aspectos, será possível ter uma noção mais abrangente da influência que as TDIC tiveram no processo de disseminação de desinformação. No entanto, cabe ressaltar que o intuito não é dar conta de toda a história de casos que envolvem esse fenômeno, mas apenas de pontuar momentos em que ele se fez evidente e de grande influência.

A presente temática passou a ganhar mais destaque em 2016 a partir de dois acontecimentos, a primeira eleição de Donald Trump a presidente dos Estados Unidos e a saída do Reino Unido da União Europeia (Araújo, 2024, p. 32; Santini, 2022, p. 349; Schneider, 2021). Esses eventos políticos foram impulsionados pelo compartilhamento de informações falsas, colocando em pauta o fenômeno e o modo como ele estava afetando

diversas instâncias da sociedade, que ganhou mais ênfase durante a pandemia de COVID-19. Diversas áreas do conhecimento têm se ocupado em desenvolver estudos sobre a desinformação, cujo conceito ainda não está bem definido, então ciências políticas, direito, ciência da computação, comunicação social e áreas da saúde têm se dedicado a esse fenômeno (Araújo, 2024, p. 32).

Muito do que se entende hoje como desinformação está vinculado às TDIC, entretanto, essa manifestação ocorre desde muito antes da internet, das redes sociais e aplicativos de mensagem. Pensando nesse conceito de forma ampla, é possível dizer que até mesmo seres não humanos presentes na natureza utilizam artifícios para enganar, sobreviver ou predar. Conforme explica Schneider (2022), antes do surgimento da linguagem humana e suas várias formas de mentira, a própria natureza já dispunha de artifícios para confundir e alterar a aparência:

[...] tartarugas fluviais que permanecem imóveis sob as águas, com a boca aberta, da qual sai um apêndice que parece um verme para atrair os peixes incautos. A aparência do verme apetitoso oculta a voraz tartaruga, que irá devorá-los. [...] Mas ninguém supera os moluscos, lulas, sépias, polvos, que mudam de cor, forma e textura conforme queiram se ocultar de predadores ou iludir suas vítimas. Ninguém, antes dos humanos (Schneider, 2022, p. 14).

O ato de enganar na natureza, como mimetismo e camuflagem, são comuns em animais não humanos para conseguir se proteger ou predar. Esses artifícios acontecem de forma mais complexa e intencional dependendo da espécie (Anolli, 2004, p. 41), no entanto não é possível categorizá-los como uma desinformação, uma vez que é algo inerente aquela espécie e serve como uma forma de sobrevivência. Assim como na fala de Schneider, o ser humano elevou o ato de enganar para um novo nível de sofisticação.

Boatos, fofocas, mentiras e outras formas de enganação sempre existiram no convívio em sociedade. Impulsionado por diversos motivos, um indivíduo é levado a realizar algum ato de desinformação no intuito de ter algum ganho pessoal ou até mesmo na tentativa de ter uma atitude, mas fato é que a ação de desinformar é inerente ao ser humano. Ao longo da história da humanidade, estratégias de desinformação foram usadas para manipular, difamar ou enganar. Santos e Rodrigues (2022, p. 5) citam como exemplo o império romano, no Séc. I, quando Otávio (filho adotivo de Júlio César e futuro imperador de Roma), criou uma campanha de difamação contra o Ex-cônsul Marco Antônio, afirmando que o mesmo se tratava de um bêbado promíscuo que estava sujeito às manipulações de Cleópatra, com quem se relacionava na época. Otávio e Antônio eram opositores políticos, sendo o segundo

contrário à nomeação do primeiro ao trono de Roma. “Então, Otávio para se desfazer desse obstáculo, utilizou um falso discurso sobre a integridade de Antônio, assim, Otávio se tornou Augusto, título de Imperador e o primeiro no Império Romano a utilizar *fake news* para chegar ao poder” (Santos; Rodrigues, 2022, p. 6).

Ainda segundo estes autores, conforme a sociedade foi evoluindo tecnologicamente, novas formas de disseminar informação (e por consequência desinformação) foram surgindo. A criação da prensa tipográfica ampliou o espaço de divulgação de informações falsas (Santos; Rodrigues, 2022, p. 6) o que antes estava restrito a uma pequena comunidade, agora poderia se espalhar por uma cidade.

Embora no texto de Santos e Rodrigues o termo *fake news* seja utilizado para caracterizar a difamação de Marco Antônio, a forma utilizada na época difere do que se entende hoje, já que de acordo com Bucci (2019, p. 38), existem dois que elementos caracterizam o referido conceito, o primeiro é a falsidade, pois são produzidas com o intuito de mentir, enganar e distorcer a verdade. O segundo é que elas apresentam características de notícias jornalísticas autênticas, buscando se apropriar do rigor e da credibilidade do jornalismo para aumentar as chances de que o público acredite na notícia, além de utilizarem chamadas sensacionalistas. Sobre isto, Araújo (2021, p. 5) acrescenta que

*Fake news* são, assim, mentiras travestidas de jornalismo. Elas podem ter origem um site que copia, na aparência, as características de um site jornalístico; podem ter como nome ou endereço web o mesmo nome de uma instituição já existente, com uma letra trocada; podem ser assinadas por pessoas que se apresentam como jornalistas sem serem, ou por pessoas com o nome quase idêntico ao de jornalistas ou colunistas reconhecidos e respeitados. O texto utiliza a estrutura típica do jornalismo – linguagem, entrevistas, apoio em avaliações de especialistas, imagens, entre outros

Portanto, essa característica de se disfarçar como uma notícia jornalística é o que caracteriza as *fakes news*. Embora a definição de Araújo seja pensando no atual contexto, os elementos que compõem essa tática podem ser percebidos desde muito tempo. Um dos primeiros registros históricos mais antigos data de 1835, com o caso que ficou conhecido como o “Grande Engodo da Lua”. O jornal *The New York Sun*, publicou naquele ano uma série de seis capítulos, contando sobre a revelação de vida na lua, sendo esta descoberta atribuída ao astrônomo Sir John Herschel e seu colega de viagem Dr. Andrew Grant. Em 1834, os dois viajaram para África do Sul com o intuito de observar as estrelas do hemisfério sul, mas ao observar tinham descoberto (supostamente) água, rochas cobertas por flores, animais similares aos que existem na terra, embora alguns fossem claramente mais evoluídos, uso de fogo e a descoberta de alguns homens-morcego (BBC, 2022).

Essa publicação causou uma grande comoção na cidade, grande parte da população acreditou no que foi veiculado no jornal e outras publicações rivais da cidade reimprimiram a notícia. A suposta descoberta foi tema de debates em diversos locais, inclusive na Universidade de Yale, mas eventualmente se descobriu que tudo era mentira. O autor verdadeiro da paródia era o britânico Richard Adams Locke, que havia recém chegado à redação do *The New York Sun*, e junto com Benjamin Day, fundador do periódico, decidiram publicar uma matéria sensacionalista para alavancar as vendas e ganhar notoriedade. Locke então decidiu escrever uma paródia sobre astronomia e presença da religião na ciência, algo comum para a época, mas acabou ganhando uma repercussão e credibilidade maior do que o esperado (BBC, 2022).

O caso do “Grande Engodo da Lua” é um exemplo de *fake news* que por ter sido uma paródia com teor cômico, a princípio não causou grandes prejuízos para a sociedade da época; isto, no entanto, é bastante diferente do que ocorre com as notícias manipuladas e fora de contexto que são amplamente veiculadas em ambientes virtuais e que conseguem atingir um grande número de leitores em pouco tempo, tornando a disseminação dessa desinformação muito eficiente.

Durante a década de 1940 houve um aumento dos casos de câncer de pulmão, cuja proporção enorme possibilitou a realização de estudos nos anos 1950 que identificaram uma relação entre a consumo de cigarro e o câncer de pulmão, sendo que o principal foi o de Doll e Hill, que de acordo com Zamboni (2002, p. 2) “[...] além de deixar evidente a íntima relação tabaco-câncer do pulmão, demonstrou a correspondência entre o aparecimento da neoplasia do pulmão e a carga tabágica (quantidade de tabaco inalado) consumida pelos pacientes (atual, passada, nos últimos 10 anos e total)”.

Apesar das evidências científicas, a indústria do tabaco se mexeu para garantir a continuação do mercado, de modo que foi criada uma fundação que iria financiar cientistas para que afirmasse que não é totalmente correta a conclusão de que o fumo causa câncer de pulmão. Além disso, criou-se a ideia de que deveria haver um debate entre os dois lados, de modo que o público leigo acredita na ideia de cientistas que concordam com a conclusão e outros que discordam. Assim, a indústria se mantém até hoje (Araújo, 2024, p. 41), sendo um dos exemplos mais antigos do que hoje é denominado negacionismo científico.

De acordo com Pivaro e Giroto Júnior (2020, p. 1078), o questionamento sobre as mudanças climáticas constitui uma das maiores crises quando se fala de negacionismo científico e a estratégia de criar uma “confusão popular” é a mesma utilizada na indústria do tabaco. O *lobby* do tabaco e da indústria do petróleo passariam por prejuízos econômicos em

virtude de pesquisas científicas que apontam para os prejuízos do cigarro e da emissão de gás carbônico na atmosfera, assim, ambas financiaram estudos para contradizer as descobertas da época. Além disso, o papel da mídia foi importante nesse processo por apresentar os dois lados, de modo que se criou a noção de que o debate entre pesquisadores científicos e negacionistas era válido, criando uma falsa equivalência e legitimação dos estudos que negam a crise climática.

Assim, cria-se um cenário em que se questiona a noção prévia de que existe consenso na ciência, de modo que, se os dois lados têm o mesmo peso na opinião pública, não haveria motivo para mudanças imediatas na forma de produção de combustível e energia, mantendo o funcionamento da indústria sem prejuízos. Dialogando com estas ideias, Marques; Raimundo, (2021), mencionam que o interesse econômico se sobrepõe às questões de preservação do ambiente:

Dessa forma, o discurso negacionista questiona o valor histórico do conhecimento científico, dos argumentos racionais e da experiência adquirida ao longo dos anos, ao defender a ideia de que todas as opiniões têm o mesmo valor. Nesse sentido, vale-se de versões discursivas fragmentadas e anacrônicas para alavancar o antagonismo a fim de explicar qualquer fato, seja social ou natural, como tendo igual poder explicativo, pondo o senso comum, na maioria das vezes, como argumento de igual valor para contradizer o conhecimento científico (Marques; Raimundo, 2021, p. 68).

Isto permite compreender que as práticas de negacionismo científico tem como intuito proteger interesses particulares, principalmente de grupos industriais que lucram com a venda de produtos, mas que também causam algum impacto ambiental, de saúde e bem estar social. Para garantir o lucro e a manutenção do mercado, esses *lobbies* buscam deslegitimar as evidências do meio científico, ao encomendar estudos que apontam evidências contrárias e se apropriam da legitimidade do campo acadêmico, criando uma noção de que existe espaço para o debate.

Ainda durante o século XX, é possível encontrar alguns exemplos de métodos de desinformação, tais como uso de propagandas como um fator crucial na manipulação social. Durante o período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, as campanhas nazistas foram espalhadas com a intenção de construir um sentimento de aversão e ódio em relação às pessoas de origem judaica. Meios de comunicação como a imprensa e o teatro foram importantes para criar essa comoção social sobre os Judeus (Santos; Rodrigues, 2022, p.6).

Uma outra forma de desinformação bastante popular é a teoria da conspiração, que pode ser entendida como uma narrativa para explicar que determinados fatos ou situações são



planejados por um grupo secreto ou organização, com a finalidade de ganhos econômicos, políticos, influência e desestabilização de grupos rivais. Em geral, apresenta-se uma explicação simplista para os acontecimentos e contrária aos comunicados oficiais das instituições. Nicolas (2016, p. 261) indica que

[...] toda descontinuidade, todo drama, todo desastre (uma guerra, uma epidemia, uma crise financeira, uma catástrofe ecológica, que mais poderia ser?) pode ser lido, retrospectivamente, como o resultado (possível) de um plano, de um acordo, de um desígnio secreto ligado a uma certa intenção e a certos homens que têm uma capacidade de prejudicar e um poder inversamente proporcional ao fato de serem poucos em número. Homens que não sabemos necessariamente quem são (se não conspiradores escondidos), mas que sabemos necessariamente que existem e agem em qualquer lugar

Essas teorias são um construto narrativo que pode se fazer presente em termos macro e micro. Nicola (2016, p. 263) entende que todos estão suscetíveis a acreditar em diferentes tipos de teorias que apresentam. Assim, um fracasso profissional, uma disputa de vizinhos ou um conflito familiar são apenas alguns exemplos de situações em que se busca um entendimento por meio de especulação. Em um cenário mais abrangente, onde a grande massa pode ser influenciada por figuras carismáticas, busca fazer parte de um grupo ou simplesmente se alinha em relação às mesmas questões ideológicas, é ainda mais comum a ideia de construir um ambiente em que indivíduos passam a acreditar em narrativas fantasiosas.

A título de exemplo cita-se a teoria dos protocolos dos sábios de Sião. De forma resumida, o “Movimento Sionista”, iniciado no final do século XIX pela comunidade judaica e com uma base nacionalista, buscava estabelecer um estado nacional judeu, preferencialmente na Palestina, terra originário do patriarca Semita Abraão. Assim, em 1987 foi realizado o “Primeiro congresso Sionista” realizado na cidade de Basileia, Suíça. Nesse congresso, supostamente foram escritos os “Protocolos dos Sábios de Sião”, um compêndio de 24 capítulos apresentando atas de reuniões com planos secretos para controle mundial dos judeus, após a queda dos estados nacionais modernos. Esses supostos planos chegaram até Adolf Hitler, na década de 1920, e serviram como um dos meios para alimentar o antissemitismo que se espalhava pela Europa, e que só avançou até chegar às atrocidades cometidas contra Judeus na Alemanha na primeira metade do Século XX (Vieira, 2019, p. 7).

Embora teorias da conspiração existam há muitos anos, elas ganharam destaque nos últimos anos dentro do debate público, em virtude do uso de aplicativos de mensagem, redes sociais e fóruns na internet. Um movimento conspiracionista que ganhou força, por exemplo, foi o dos antivacinas. Foi notória a quantidade de pessoas no Brasil que se recusaram a

receber a vacina durante a pandemia de COVID-19, que teve seu início decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020.

Até o início da pandemia haviam três motivos principais para rejeição de vacinas: a ideia de que a aplicação das vacinas eram incentivadas por interesses econômicos da indústria farmacêutica (teoria conspiratória da Big Pharma), e que muitos vírus, como o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), foram desenvolvidos em laboratório e difundidas para vender medicamentos; a noção de que anticorpos naturais e prevenção com vitaminas e chás, seriam imunizantes mais eficientes e que os efeitos colaterais das vacinas podem ser minimizados se a aplicação ocorresse separadamente, com intervalos maiores entre as imunizações e somente quando a criança estivesse com o sistema imunológico mais maduro (Verzaro; Hida, 2022, p. 26185).

Ainda em janeiro de 2020 já haviam iniciativas para o desenvolvimento de uma vacina para combater o vírus SARS-CoV-2, que foi destacado pelas autoridades sanitárias estatais, pela grande mídia e por figuras de destaque no meio científico como uma forma de diminuir drasticamente o número de mortes e os casos da doença. Logo, grupos conspiracionistas e antivacinas começaram a negar a versão oficial divulgada pelas instituições regulatórias e começaram a criar narrativas da existência de “[...] planos maléficos, empreendidos em segredo, de forma oculta do restante da população, por diferentes atores. Esses conteúdos acabam por moldar a visão dos indivíduos sobre a pandemia e, conseqüentemente, a adesão à vacinação” (Pereira; Cotinguiba, 2023, p. 230).

Há de se considerar também a influência religiosa nesses movimentos negacionistas de vacinas. Verzaro e Hida (2022, p. 26186) explicam que tradicionalmente a relação entre ciência e religião não era harmoniosa até o século XX. Era comum que o adoecimento fosse visto como uma punição divina para os pecadores, no início do século XVIII, por exemplo, período em que surgiram movimentos de resistência à vacinação, no qual o clero, apoiado em questões ideológicas, defendia que as doenças não deveriam ser prevenidas ou tratadas, por ser um “castigo de Deus”. Em linha similar, os médicos defendiam o tratamento, mas não a prevenção, pois isso afetaria o faturamento (Gonzaga, 2023, p. 20).

Na década de 1990, teve grande repercussão um estudo sobre a vacina tríplice viral, que influenciou campanhas de vacina, pois apresentava uma falsa associação entre a vacina e o autismo (Smith, 2025). Em 2014, meninas relataram convulsões e desmaio após a dose da vacina Papilomavírus Humano (HPV) no Acre. Esses dois casos minaram a confiança nas campanhas de prevenção e nas vacinas de inúmeros brasileiros e fomentaram o crescimento dos movimentos antivacina no Brasil (Gonzaga, 2023, p. 20; Marchetti *et al.*, 2020).

Ainda que a relação com as vacinas tenha mudado significativamente nos últimos anos, até mesmo com líderes religiosos se posicionando de forma favorável às campanhas de imunização, como a da Rubéola, que tem origem em células embrionárias humanas, no contexto da pandemia de COVID-19, grupos evangélicos pentecostais e neopentecostais no Brasil e nos EUA se posicionaram contra as campanhas de vacinação. Isso estaria aliado também às questões políticas e ideológicas, uma vez que o vírus teria começado a se disseminar na cidade de Wuhan, na China.

No Brasil, por exemplo, houve um alinhamento ideológico entre os líderes religiosos, como Silas Malafaia e Edir Macedo, com o governo do então presidente Jair Bolsonaro, que em diversas oportunidades foi contra o uso de vacinas durante os anos de 2020 e o início de 2021 (Xavier, 2021; Verzaro; Hida, 2022, p. 26187).

A pandemia de COVID-19 foi marcada por interferências políticas e ideológicas em questões de saúde. Na época, Bolsonaro editou uma medida provisória (MP) que retirava a autonomia dos estados e municípios para definir suas estratégias de combate ao vírus, dificultando e limitando que o poder público agisse efetivamente. Além dessas manobras, o presidente e outras figuras políticas continuavam a fazer declarações anticiência, influenciando negativamente a adesão das medidas de distanciamento social (Fiocruz, 2021).

Havia também uma crise interna do então governo, que em menos de 6 meses de pandemia, teve três ministros diferentes à frente do Ministério da Saúde. O primeiro foi exonerado por discordar do presidente em relação ao distanciamento social; o segundo desistiu com apenas 30 dias no cargo e sem maiores explicações, e o terceiro durou mais tempo à frente da pasta durante o primeiro ano da pandemia, e foi responsável pela implementação de medicamentos sem comprovação científica no tratamento para COVID-19. Em contrapartida, as vacinas que só foram aprovadas para administração na população em janeiro de 2021, e em outubro do mesmo ano quase metade da população já estava vacinada e observou-se uma diminuição dos casos (Gonzaga, 2023, p. 22).

Essa negligência em relação à vacinação e às medidas de distanciamento social, resultaram no grande número de casos no Brasil. Em junho de 2020, o país já era o terceiro com maior quantidade de óbitos, e após decretado o fim da pandemia em 2022, os dados oficiais do país apontavam um total de 700 mil óbitos ocasionados pelo vírus. “No Brasil, a desinformação da população em relação à COVID-19 foi apontada como estratégia política do governo Bolsonaro” (Gonzaga, 2023, p. 30).

Desse modo, o movimento antivacina já vinha crescendo no Brasil e ganhou mais força no período da pandemia, pois foi endossado por líderes políticos e religiosos no Brasil.

As consequências dessas ações ficaram claras quando doenças erradicadas do país, como o sarampo e a poliomielite, voltaram a apresentar casos (Kroll, 2023).

Um elemento pouco abordado dentro das discussões sobre a desinformação, são as práticas de contrainformação. Normalmente associada ao contexto militar, a contrainformação é uma estratégia de guerra e espionagem cujo intuito é dificultar o acesso inimigo à informações verdadeiras, por meio da divulgação de dados falsos. Todavia, esse ato pode ocorrer em diversos contextos e nem sempre se caracteriza como uma desinformação no sentido de enganar. Conforme Polonini (2022, p. 7) explica, a contrainformação pode surgir na forma de conteúdo que busca combater as narrativas estabelecidas pelos grupos hegemônicos. Cunha (2020) vai apontar o uso dessa tática durante o período militar, empregado pela resistência social e política contra o regime repressor por meio de mídias de áudio, teatro e publicações de pequena circulação, sendo “O Pasquim” uma das mais conhecidas.

Atualmente a contrainformação está mais ligada às práticas de conteúdos ativistas em meio digital. Blogs, sites jornalísticos e perfis em redes sociais são utilizadas com meio de apresentar e divulgar uma nova narrativa dos fatos que são veiculados pela mídia tradicional. De acordo com Lima *et al.* (2018, p. 113), o baixo custo, a usabilidade e a liberdade autoral foram alguns dos fatores que permitiram o surgimento de canais midiáticos alternativos, formado por jornalistas e ativistas políticos.

As propagandas e anúncios também se tornaram um espaço com a possibilidade de veiculação de desinformação. Muito ligadas ao meio jornalístico e midiático, propagandas têm como intuito divulgar, principalmente, produtos e serviços, apresentando informações que podem determinar a decisão do consumidor. Entretanto, esses meios de divulgação podem ser enganosos e usar práticas que desinformam, com o intuito de ganhar vantagem mercadológica. As propagandas enganosas podem ser qualquer tipo de informação ou comunicação que seja parcial ou completamente falsa, se utilize de omissão ou induza o consumidor ao erro (Brasil, 1990).

As propagandas também são empregadas no cenário político. Tomando como exemplo o início do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, especialmente no que tange às medidas de preservação ambiental e dos povos originários, houve uma série de controvérsias em relação ao que era veiculado pelos canais oficiais do governo e do exército, e o modo como algumas operações estavam sendo conduzidas.

Quase reduzindo os debates a um problema de relações públicas, o material propagandístico sobre a Operação Verde Brasil 1 e 2 circulava nas redes

sociais com uma narrativa ufanista publicizando informações falsas para a população. No ecossistema narrativo, a máquina de propaganda do Estado expôs a população ao universo de dados, imagens, contexto e narrativas que serviram ao projeto institucional de ocupação militar e bolsonarista Regattieri (2023, p. 111).

Essas práticas atuaram para não apenas mudar a percepção pública das operações ambientais, criando uma imagem positiva, mas também para bloquear quaisquer críticas fossem feitas. Mesmo antes do uso das recentes TDIC, a disseminação desinformação já se apresentava como algo bastante prejudicial para um indivíduo ou para um grupo específico, afetando o bem estar social, a saúde e interferindo em questões políticas. Esse fenômeno já ocorre há bastante tempo e conforme a tecnologia é desenvolvida, cria uma sociedade conectada de forma ampla e veloz, na qual a desinformação passa a ser disseminada de forma muito eficiente.

### ***2.1.1 Desinformação na contemporaneidade***

Por anos a televisão prevalecia como a principal fonte de informação da população brasileira, no entanto as redes sociais apresentam indícios de consolidação como principais meios de manter-se informado. Mais da metade da população (51,6%) faz uso dessas plataformas com esse intuito, sendo que a mais utilizada é o *Instagram* (68%), seguido do *Youtube* (55,9%) e do *Facebook* (43,7%). Apesar do alto índice de uso dessas redes, ainda prevalece o acesso à informação através do perfil de veículos de comunicação tradicionais como G1, Globo e CNN Brasil (*The conversation*, 2025). Então o que se observa é uma mudança no meio de comunicação, antes as pessoas tinham que esperar um horário específico na programação de uma emissora para ter acesso às notícias, agora um fato é noticiado poucos minutos após ter ocorrido.

O fator preocupante nesses ambientes virtuais é a participação dos usuários, no qual todos podem interagir, compartilhar e produzir conteúdo. O que muda nesse caso é que diferente dos veículos tradicionais de mídia, não há necessariamente um comprometimento com questões éticas e legais no momento de compartilhar uma informação que pode estar errada ou descontextualizada.

Aqui cabe apresentar o conceito de Desinformação Digital em Rede (DDR). Schneider (2022, p. 15) cunhou o termo e explica que se trata do conjunto de ações desinformacionais veiculadas por meio redes digitais como *Facebook*, “X” (antigo *Twitter*), *Instagram*, *Whatsapp*, *Tiktok*, *Telegram* e outros. Por meio dessas plataformas, os usuários podem

disseminar diversos tipos de desinformação, com baixo custo das operações, em comparação com a mídia tradicional em que há a necessidade de uma equipe e estrutura, além de um alcance maior e personalizado, da difícil regulação dessas ações, em termos técnicos e jurídicos, permitindo que esse tipo de conteúdo se propagasse pelo mundo quase inteiro (Schneider, 2021).

A forma como essas redes sociais operam é complexa e de certa forma convidativa para a disseminação de desinformação. Essas plataformas utilizam algoritmos e robôs (*bots*)<sup>1</sup> para gerir as operações realizadas pelos usuários, ocorrendo um tipo de mediação algorítmica (Macêdo Junior, 2020, p. 103). Com potencial para se tornarem espaços de transparência, pluralidade, empoderamento de minorias, e de uma esfera pública e horizontal, as redes sociais têm cada vez mais ameaçado a legitimidade e a confiança da população nas instituições democráticas e que eram portadoras da verdade como a imprensa e o meio científico (Barbosa, 2019, p. 7; Santini, 2022, p. 349). Parte disso ocorre por conta dos *bots*, exército de *trolls*<sup>2</sup>, perfis falsos, entre outros, que recebem dinheiro para se manifestar de forma coordenada (Santini, 2022, p. 349).

*Social bots* são algoritmos de computador que produzem conteúdo e interagem com humanos em redes sociais, tentando emular e possivelmente alterar seu comportamento (Ferrara *et al.*, 2016, p. 96, tradução própria)<sup>3</sup>. Assim, nada mais são do que perfis programados para disseminar determinadas informações que podem estar ideologicamente enviesadas, afetando a percepção e a formação de opinião, impactando a tomada de decisão das pessoas em relação a questões de consumo, de política e de cidadania. São construídos dentro de uma lógica de comportamento comunitário, divulgando mensagens, aumentando popularidade e falsificando interações online (Santini, 2022, p. 350).

Essas ferramentas já foram utilizadas como forma de se infiltrar em debates públicos, manipular o mercado financeiro, roubo de informações pessoais, disseminação e criação de desinformação (Ferrara *et al.*, 2016 p. 98). Assim, cada vez mais esses *social bots* são vistos como uma ameaça à democracia, pois são capazes de alterar a opinião dos milhões de usuários dessas redes, direcionando sua tomada de decisão para que seja convergente com os

---

<sup>1</sup> “A palavra ‘bot’ é uma abreviação de ‘robot’ (‘robô’ em inglês), porém, no contexto deste trabalho o conceito faz referência a um tipo específico de algoritmo: linhas de código desenvolvidas para automatizar diversas tarefas computacionais em plataformas de redes sociais online.” (Santini, 2022, p. 350).

<sup>2</sup> *Trolls* são indivíduos que usam o anonimato para usar discurso de ódio, preconceito, misoginia e xenofobia para perseguir pessoas nas rede sociais, geralmente por meio de comentários ofensivos e publicação de imagens para atacar minorias (Campbell, 2023).

<sup>3</sup> *Social bots is a computer algorithm that automatically produces content and interacts with humans on social media, trying to emulate and possibly alter their behavior.*

interesses políticos, econômicos e ideológicos daqueles que são proprietários dessas plataformas.

O uso desses programas é variado, podendo ser empregados com forma de realizar publicações automáticas, interações com usuários, mapeamento e raspagem de dados (Santini, 2022, p. 352). Um caso bastante conhecido foi o da “*Cambridge Analytica*”. O escândalo ocorreu quando houve uma denúncia nos jornais de que a empresa teve acesso, através do *Facebook*, aos dados de mais de 50 milhões de estadunidenses e utilizou, sem consentimento dos usuários, essa massa informacional para fazer propaganda política (BBC, 2018). Essa ação teve influência no processo eleitoral do país, culminando na vitória de Donald Trump em 2016 e no *Brexit*. Assim, por meio da coleta de dados e da identificação de padrões comportamentais é possível manipular a opinião das massas.

De acordo com Santini (2022, p. 352) algumas estratégias envolvem o uso combinado de agentes humanos, produzindo conteúdo, e dos *social bots*, disseminando. Essas figuras tóxicas ganharam empoderamento com a popularização da internet, assim passaram a ser categorizadas em *trolls*, *fakers*, *haters* e *bullies* (Bolesina; Gervasoni, 2020, p. 44). Com a possibilidade de anonimato, esses perfis têm ganhado cada vez mais adeptos que apresentam posturas agressivas e autoritárias dentro do espaço das redes sociais.

Bolesina e Gervasoni (2020, p. 45) identificam *trolls* como indivíduos que estão presentes em diversas plataformas assediando outros usuários, causando e instigando provocações, alvoroços, e entrando em debates de forma agressiva. Assim, aparecem em seções de comentários, fóruns, blogs, grupos de *WhatsApp*, jogos online e no “X” criando um ambiente caótico e sem agregar nada, interagindo por meio de frases controversas que tem como objetivo desestabilizar, provocar e irritar os usuários que estão engajados em algum debate, por exemplo.

Outro tipo de usuário que busca tumultuar os espaços de interação das redes sociais são os *fakers*. Esse tipo se caracteriza por serem pessoas que se dedicam a enganar de forma proposital visando benefícios próprios, aplicando golpes criminosos, usando identidades falsas e desinformação. “Apesar de próximo em alguns sentidos, o *Faker* é diferente do *Troll*. Este, quer especialmente tumultuar o cenário pela bagunça que intenta gerar; já o *faker*, “age propositalmente de má-fé para prejudicar ou enganar” (Bolesina; Gervasoni, 2020, p. 47).

Ainda de acordo com Bolesina e Gervasoni, os *fakes* compartilham *fake news* e desinformação por meio de *links* falsos que estão disfarçados no meio de textos ou notícias, que conseguem capturar informações pessoais e financeiras da vítima, o que acaba causando prejuízo de ordem pessoal ou patrimonial.

O terceiro tipo são os *haters* (odiadores), que são característicos por sua agressividade e criticismo gratuito. Estão bastante presentes na seção de comentários, mas não se limitam apenas a ela, aparecendo em qualquer espaço no qual possam se manifestar, sempre com a particularidade de um linguajar agressivo e violento. De acordo com Bolesina e Gervasoni (2020, p. 48), o *hater* acredita que sua manifestação é indispensável, afinal ele estaria do “lado certo” e seu comentário trará a “verdade” e expor quem merece, com total convicção de que sua opinião é relevante. Os autores ressaltam que esse tipo de usuário não apresenta um pré-requisito ideológico ou partidário. Assim, entende-se que tanto extremistas de esquerda ou de direita, liberais, conservadores, entre outros, podem ter esse tipo de comportamento nas redes.

Por fim, Bolesina e Gervasoni (2020, p. 48) apresentam os *bullies* (valentões), uma forma similar ao *hater*, mas agora agindo por meio do assédio constante e intencional, direcionado para um alvo específico, que estaria em uma relação de vulnerabilidade em termos de poder. Há um avanço para violências físicas, verbais, sociais e psicológicas de modo constante. No contexto da internet, o *cyberbullying* passa a ser uma extensão do *bullying*, pois a agressão que antes acabava quando a vítima se afastava do agressor, mas agora continua de modo online. O prejuízo para o alvo dessa prática é altamente tóxico, tendo implicações sociais e psicológicas.

Portanto, a atuação de diversos agente humanos que se dedicam a criar e compartilhar desinformação, interagir com usuários de redes sociais incitando o ódio contra comunidades socialmente vulneráveis e o uso de programas para criação de perfis falsos e ampliar o escopo da disseminação desses conteúdos falsos e de ódio, tem criado um ambiente cada vez mais tóxico em plataformas de interação virtual e de grande proliferação das diversas formas de desinformação.

Uma vez estabelecidos os agentes que regem e atuam nessas redes, cabe buscar compreender a elaboração do ambiente que é criado a partir das interações que são realizadas em plataformas como *Facebook*, *Youtube*, “X”, *TikTok* e demais redes sociais. A princípio não há uma cobrança para que pessoas possam utilizar esses aplicativos, criar uma conta, ver e interagir com o conteúdo compartilhado nessas plataformas.

Parte significativa da renda é gerada através da venda de anúncios personalizados, do destaque de perfis e de determinadas publicações. Assim, empresas e influenciadores pagam para ganharem destaque e aparecerem com mais frequência no *feed* de modo direcionado. Dessa forma um algoritmo que coleta os dados de interesse dos usuários seleciona quem vai receber que tipo de anúncio enquanto rola a tela. “À medida que você fornece dados, faz parte



de determinados grupos ou curte e compartilha certos conteúdos nas redes sociais, o algoritmo sabe quais interesses você pode ter, o que pode comprar e se faz ou não parte do público-alvo de um anunciante” (Costa, 2022).

Na perspectiva de Bezerra e Borges (2021, p. 184) definem essa prática, denominada publicidade programada, como um:

sistema que atualmente domina o financiamento de sites e serviços gratuitos da internet. Ela consiste em um complexo processo de aquisição de espaços publicitários comprados por anunciantes através de um serviço de corretagem prestado por plataformas, que distribuem anúncios por milhões de websites orientadas pelo conhecimento que julgam possuir sobre as preferências de cada usuário.

Não é incomum ouvir relatos de pessoas que ao pesquisarem um determinado assunto ou produto na internet, passarem a ver anúncios em suas redes sociais relacionado ao que buscaram. Isso ocorre porque outra fonte dessas plataformas é o licenciamento de dados, que consiste na venda dos dados públicos coletados em redes sociais para empresas que auxiliam marcas a entenderem tendências e como elas são vistas pelas pessoas (Costas, 2022). Essa coleta de dados é feita por algoritmos de inteligência artificial, através de um processo chamado *deep learning* (aprendizado profundo).

Assim, por meio da análise de interações, curtidas, comentários e compartilhamento, esses programas mapeiam o interesse dos usuários e definem o que será entregue, que tipo de conteúdo tem maior chance de capturar a atenção das pessoas e por consequência maior chance de um clique. Mesmo que o usuário utilize as configurações da plataforma para alterar suas preferências, isso por si só já implica no fornecimento de indicadores para os algoritmos.

Uma rede que entrega um conteúdo direcionado para os interesses dos usuários gera preocupações em relação às consequências como a formação de “bolhas” ou “câmaras de eco” (Kaufman; Santaella, 2020, p. 7). Ao serem regidas por um algoritmo que direciona apenas conteúdo que é de interesse dos usuários, as plataformas de interação virtual criam um ambiente propício para a proliferação de desinformação. Como explicam Kumar e Shah (2018, p. 9), um usuário que se identifica com ideias liberais, em geral vai interagir com conteúdo de perfis liberais, vai adicionar como amigo ou seguir pessoas que tenham pensamento similar e em alguns casos vai começar a criar o próprio conteúdo.

O algoritmo então irá capturar essas informações e sugerir para este usuário novos perfis, páginas, notícias e todo tipo de conteúdo que esteja de acordo com a ideologia deste usuário. Isso cria uma polarização entre os indivíduos que utilizam essas plataformas, grupos divididos em suas bolhas, consumindo apenas conteúdo que condiz com seu ponto de vista, e

quando essas bolhas se encontram, acabam gerando conflitos que em nada agregam para um debate e muitas vezes são fomentados pelos *trolls*.

Uma pessoa que está constantemente exposta nas redes sociais a um conteúdo que está de acordo com o que ela acredita pode acabar se tornando enviesada e ter pouco pensamento crítico em relação ao que é veiculado nesses espaços, ficando mais suscetível ao compartilhamento dos vários tipos de desinformação. Por exemplo, um usuário pode acreditar em uma *fake news* simplesmente por estar alinhada com seu pensamento político, o que por consequência faria com que esse usuário interagisse com aquele conteúdo por meio do compartilhamento, fazendo aquela publicação chegar a mais pessoas e assim se espalhando de forma mais rápida. Além disso, os algoritmos de inteligência artificial irão entender que aquele usuário é passível de interagir com conteúdos similares, recomendado cada vez mais desinformação.

Em uma vertente semelhante, Gonzaga (2023, p. 28; Recuero, 2022) entende que o ecossistema desinformativo consiste em três atores em que cada um tem suas respectivas responsabilidades e são interdependentes para manter o funcionamento do sistema. De acordo com a autora, no topo do sistema estão os produtores, que tem a função de produzir propositalmente um conteúdo desinformativo. Composta por perfis de pessoas reais e influentes como médicos e políticos, essa é a parte mais citada e influente do ecossistema. Essa categoria apresenta uma credibilidade social e são pessoas consideradas importantes, entretanto não são necessariamente competentes em nível profissional.

A segunda categoria é o papel de distribuição, sendo formada por perfis vinculados a pessoas ou não (no caso, os *social bots*). Em ambos os casos, há um compartilhamento em massa do que foi produzido pela primeira categoria, dando uma maior visibilidade. Esses grupos agem por motivações financeiras ou ideológicas, sendo fiéis às figuras de autoridade, como políticos. Os “Bolso-army” (exército de Bolsonaro), por exemplo, ficaram a cargo de defender o ex-presidente e suas ideologias a qualquer custo, compartilhando conteúdos que reafirmam suas opiniões e hostilizando aqueles que discordam (Gonzaga, 2023 p. 29; Recuero, 2022; Nemer, 2019).

A base do ecossistema consiste nos consumidores e conta com a maior quantidade de pessoas, cujo perfil socioeconômico e cultural é distinto. São indivíduos comuns que participam de grupos de família, de trabalho, futebol, prédio e constantemente recebem e compartilham conteúdo desinformativo, que desce do topo do ecossistema até à base e garantindo sua circulação pelos aplicativos de mensagens e redes sociais. Essa base se

envolve cada vez mais com as notícias, pois são feitas para despertar emoções e assim, essas pessoas garantem a manutenção do ecossistema. (Gonzaga, 2023, p. 29; Nemer, 2021).

Embora esteja clara a forma como as redes atuam para criar um ambiente de alta de circulação de desinformação, Kaufman e Santaella (2020, p. 8), chama atenção para um fator que realmente dificulta o combate a esse fenômeno:

Em função de seu apelo, as fake news têm mais probabilidade de serem compartilhadas do que notícias corretas. Mas as grandes causadoras dos compartilhamentos são as crenças nas quais os indivíduos se enclausuram: só gostam daquilo que está em concordância com o que confortavelmente pensam e sentem. É justamente o perfil de cada um que é rastreado pelos algoritmos. Portanto, o grande vilão não é simplesmente o algoritmo, mas a dificuldade que o ser humano tem para transformar seu modo de pensar e ver o mundo.

Essa afirmação leva ao questionamento do porquê de os indivíduos serem tão suscetíveis e propensos a acreditar em desinformação. Cabe agora trazer uma discussão voltada para os sujeitos, suas motivações, posicionamento ideológico e outros aspectos que facilitam a crença em desinformação e o seu uso enquanto ferramenta de manipulação.

## **2.2 Cognição e sociedade: manipulação por meio da desinformação**

Redes sociais, *fake news*, *social bots*, *trolls*, algoritmos e demais artifícios utilizados para manipular e disseminar informações falsas são eficazes, mas apenas porque alguém acredita neles. Por se tratar de um fenômeno complexo e que envolve diversos fatores de ordem psicológica, sociológica, política, econômica e tecnológica, muitas áreas têm se dedicado a compreender os diversos aspectos que envolvem a desinformação. Todo esse arcabouço teórico é acumulado e usado de forma interdisciplinar, de modo que hoje é possível indicar as causas do atual regime de pós-verdade.

Santos, Andrade e Jaeger (2025, p. 8) apontam a relevância de aprofundar os estudos sobre a desinformação a partir de um viés cognitivo. Em um estudo recente, os autores fazem um levantamento bibliográfico de pesquisas que abordam fatores psicológicos que estão relacionados ao fenômeno da desinformação. Raciocínio motivado, viés ideológico e de confirmação, dogmatismo e fundamentalismo religioso são alguns exemplos desses elementos cognitivos.

O raciocínio motivado parte da ideia de que o sujeito, na maioria das vezes, chega a conclusões que lhe são favoráveis, de modo que há uma tendência a defender ideias

compartilhadas dentro de um grupo, sendo uma forma de manter sua participação nessa comunidade (Kahan, 2013 *apud* Santos; Andrade; Jaeger, 2025, p. 8). O senso de pertencimento exerce influência nas crenças do indivíduo, de modo que há uma pressão social para que as opiniões sejam similares dentro de um círculo social.

Santos, Andrade e Jaeger (2025) citam os estudos de Bronstein *et al.* (2019), apresentam resultados que levam ao entendimento que pessoas com pouco raciocínio analítico, e maior propensão a dogmatismo e fundamentalismo religioso apresentam uma maior probabilidade de acreditar em notícias falsas. Por outro lado, Pennycook e Rand (2019 *apud* Santos; Andrade; Jaeger, 2025, p. 8) demonstram que indivíduos com raciocínio mais analítico são mais capazes de discernir notícias falsas de verdadeiras, independente de crenças e ideologia política. Portanto, de acordo com esses estudos, a falta de raciocínio crítico e a falta de conhecimento sobre um determinado assunto são fatores mais determinantes para que haja uma credibilidade maior para atos de desinformação, do que pensamento político e religioso.

Existem dois tipos de viés cognitivo que podem ser considerados relevantes no processo de crença em uma desinformação. O primeiro é o viés de confirmação, em que o indivíduo tem a tendência a buscar, interpretar e lembrar informações, seja em ambiente externo ou na memória que confirmem crenças já existentes, ignorando ou descartando evidências contrárias e que não estejam de acordo com as expectativas pessoais. Esse ato mental é não-consciente e bastante comum que leva pessoas a interpretações ambíguas e até erradas apenas como forma de apoiar seus pontos de vista preestabelecidos (Santos; Andrade; Jaeger, 2025, p. 9).

O segundo viés é o efeito Dunning-Kruger, que consiste em “desconexão entre o desempenho real e a autoavaliação de pessoas com alto ou baixo desempenho/conhecimento sobre um determinado assunto” (Kruger & Dunning, 1999 *apud* Santos; Andrade; Jaeger, 2025, p. 9). Ou seja, de acordo com os autores, se trata de um efeito no qual as pessoas com pouco conhecimento sobre um determinado assunto tendem a superestimar aquilo que acreditam ser um saber aprofundado, não reconhecendo as suas limitações. Em contrapartida, pessoas com alto nível de conhecimento tendem a subestimar sua própria *expertise* e a superestimar as habilidades de outros.

Em tempos de redes sociais em que todos precisam ter uma opinião bem formulada sobre todos os assuntos, inclusive havendo cobrança para que figuras públicas se posicionem sobre determinados temas, gera um grande volume de pessoas produzindo conteúdo superficial e de maneira confiante após terem pouco contato com temáticas complexas. Por

outro lado, aqueles indivíduos que realmente tem conhecimento aprofundado levam um tempo maior para formular uma opinião embasada (Santos; Andrade; Jaeger, 2025, p. 9).

Similar ao viés de confirmação, há também a tese da cognição cultural, que destaca a tendência de as pessoas identificarem riscos e fatos em relação aos seus próprios valores pessoais (Fagundes *et al.* 2021, p. 5). Há uma maior inclinação a interpretar os acontecimentos e fatos de acordo com a visão de mundo particular e alinha com o grupo social ao qual o indivíduo pertence, causando efeitos cognitivos mais fortes do que as evidências contrárias. Assim, considerando o fenômeno da desinformação e diante de ideias divergentes sobre diversas temáticas sociais, políticas e ambientais, o que se observa é uma tendência dos indivíduos a seguirem aquelas ideias que reforçam suas crenças já estabelecidas.

No caso da crise climática Fagundes *et al.* (2021, p. 5) explicam que “o problema não é as pessoas não conhecerem ou serem indiferentes ao que os cientistas dizem, mas, sim, elas não concordarem com o que escutam devido às crenças e aos compromissos, pessoais e do grupo com o qual se identificam”. Portanto, apesar de existirem fatores cognitivos individuais que afetam o julgamento das pessoas e a possibilidade de acreditar em desinformação, há de se considerar a grande influência cultural e comunitária no qual ela está inserida.

No tocante aos efeitos dos meios de comunicação na sociedade, algumas teorias do campo da psicologia são pertinentes para traçar uma compreensão maior sobre a credibilidade que informações falsas recebem de uma grande quantidade de pessoas. Le Bon é um dos expoentes da psicologia de massas que ajuda a explicar o “comportamento de manada” e o psicólogo Leon Festinger postulou a teoria da dissonância cognitiva, que estabelece as noções sobre como as pessoas selecionam e rejeitam informações (Neves; Oliveira, 2024, p. 3).

Diante do atual regime de pós-verdade, argumentação lógica, convencimento racional, discursos coerentes e uso de dados são cada vez menos importantes para convencer as massas. Discursos inflamados e “fatos alternativos” que apelam para as emoções e ânsias, cada vez mais insatisfeitas, têm se mostrado mais eficazes para influenciar suas decisões. A título de exemplo, o movimento político liderado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, ganhou amplo apoio ao mobilizar parte da população, apelando para seu sentimento de marginalização e insatisfação com a elite política brasileira (Machuy; Schneider; Campos, 2023, p. 2).

Por meio de uma estratégia populista de comunicação, direcionando a insatisfação da população para figuras ligadas ao Partido do Trabalhadores (PT) e à esquerda brasileira, e incitando a rejeição a uma suposta agenda comunista, criou-se uma polarização das massas,

na qual não há meio termo, apenas extremismo, sejam de esquerda ou de direita. Sobre isto, Schneider (2021) indica que geralmente aparecem

personagens geralmente carismáticas, dotadas de temperamento sanguíneo, que apresentam soluções fáceis para problemas complexos, recorrendo ao medo, ao desespero, ao preconceito e à ignorância, avessas a um compromisso intelectual sério com o debate racional, calcado em argumentos e evidências demonstráveis e falseáveis, para além do conhecimento tácito, dos costumes ou das crenças.

Nesse sentido, cabe citar o artigo “Os três tipos puros de dominação legítima”, de Max Weber (2003). O autor constrói uma análise das formas em que a dominação pode ser legitimada, resultando em uma relação de autoridade e obediência. Weber chega à três tipos fundamentais de dominação: legal, tradicional e carismática.

A dominação legal é característica de empresas e organizações onde os indivíduos, inclusive os que ocupam posições de poder, estão submetidos a um ordenamento formal. Esse sistema de dominação pode ocorrer em função do cargo que uma pessoa ocupa em determinado momento. Aqui são desconsideradas características pessoais de quem ocupa posições maiores em uma hierarquia, pois o que importa é o ordenamento formal.

Na dominação tradicional um dominador é legitimado pela tradição e costumes fixados em uma determinada sociedade. A obediência ocorre em virtude de uma fidelidade, crença e confiança nas ordenações e poderes já existentes. A estrutura de poder patriarcal é um dos exemplos deste tipo. Weber (2003, p. 134) analisa a dominação carismática e que é pertinente para o presente estudo. Nela, a obediência ocorre com base nas qualidades pessoais dos líderes, a partir das quais ocorre uma percepção desse indivíduo enquanto um ente especial, sobre o qual se deposita confiança nas decisões, por entendermos que ele pode tomar atitudes que passam por cima das leis e dos costumes.

Sob esse prisma é possível observar o comportamento de líderes políticos e religiosos que conquistam as massas por meio de seus discursos e soluções simples para problemas complexos, mas que por possuírem esse comportamento, ganham credibilidade com o público para o qual discursam. Figuras políticas como Jair Bolsonaro e líderes religiosos como Silas Malafaia, são o que Froehlich (2019, p. 130), denominam de pseudo autoridades cognitivas. Na perspectiva do autor, eles são caracterizados pelo uso de um discurso voltado para os medos, anseios, preconceitos, ressentimento e raiva. Por se tratarem de pessoas que estão em uma posição de poder, naturalmente recebem uma certa credibilidade de seus seguidores. Para este autor:

Autoridade cognitiva falsa tem sucesso por causa do autoengano, especialmente o autoengano coletivo. Sua autoridade é baseada nas multidões e no líder, mas é falsa porque não é sustentada por evidências, fatos ou razão. É uma autoridade baseada na emoção. Ela cria uma bolha para seus seguidores que é difícil de romper, mas não apenas isso, eles ridicularizam aqueles que desafiam sua visão da realidade (Froehlich, 2019, p. 130, tradução própria)<sup>4</sup>.

A dificuldade de furar essas bolhas vêm de diversos fatores. O algoritmo, como já foi explicado, é um deles. Outro fator é causado pelo já citado viés de confirmação. Em geral, as pessoas buscam informações que confirmem aquilo que elas acreditam. Conci; Maia (2021, p. 367) apontam que estes tipos “Se sentem mais confortável quando entram em contato com informações que corroboram suas visões de mundo do que outras dissonantes, capazes de confrontar suas percepções e seus entendimento da realidade”. Mesmo diante de evidências, as pessoas buscam sustentar suas crenças. Em termos biológicos, quando um indivíduo aceita que algo que ele conhece é errado e precisa aprender a informação correta, há maior gasto de energia do continuar manter fiel ao conhecimento anterior, mesmo que incorreto (Souza, 2021).

Conforme explica Festinger (1975), a dissonância cognitiva ocorre na dificuldade de enfrentar situações em que suas opiniões e crenças são confrontadas com uma informação contrária. Desse modo, mesmo que uma pessoa veja evidências concretas de que aquilo que ela acredita é falso, não há garantia de que ela irá mudar sua visão, ainda mais, conforme exemplifica Souza (2021), quando foi necessário um esforço grande para que o indivíduo obtivesse aquele conhecimento, ainda que incoerente.

A formação dessas bolhas é beneficiada pelo movimento de manada. Um dos principais pensadores do conceito de “psicologia das massas” foi Gustave Le Bon, que chamou atenção para a tendência de indivíduos que tinham comportamentos, pensamentos, sentimentos e ações completamente diferentes do esperado quando estavam isolados, em relação a suas atitudes na presença de um grupo ao qual ele pertence e forma um todo. Le Bon entende essa “massa psicológica” não apenas como um simples agrupamento de pessoas, mas como uma totalidade de indivíduos que se reconhecem a partir de um conjunto de crenças comuns e inquestionáveis, praticamente uma doutrina. Conforme apresenta,

---

<sup>4</sup> False cognitive authority succeeds because of self-deception, especially collective self-deception. Its authority is that of the crowds and leader, but false because it fails to be supported by evidence, facts, or reason. It is an authority based in emotion. It creates a bubble for its adherents that is difficult to breach, but not only that, they mock those who berate those who challenge their view of reality.

As multidões apenas conhecem os sentimentos simples e extremos, e, nesse sentido, aceitam ou recusam em bloco as opiniões, as ideias e as crenças que lhes são sugeridas, considerando-as verdades absolutas ou erros igualmente absolutos. É o que sempre acontece com todas as crenças que têm origem na sugestão, em vez de terem sido determinadas pelo raciocínio. Todos sabemos como as crenças religiosas são intolerantes e conhecemos o poder despótico que elas exercem sobre as almas (Le Bon, 1980, p. 26).

Então, a característica principal desses grupos é a sensação de pertencimento na qual um indivíduo se sente confortável quando está diante da presença de pessoas que possuem opiniões semelhantes e aquilo que ele acredita não só não é questionado, como é constantemente validado pelos pares. Entretanto, podem haver casos em que esse indivíduo se sente levado a concordar com o grupo pela pressão social, mesmo que discorde do que está sendo dito. O que ocorre é o apagamento da heterogeneidade da massa. Le Bon (1980, p. 13) percebe isso a partir do apagamento das aptidões intelectuais e da individualidade do ser humano.

Portanto, essas características psicológicas e sociológicas dos indivíduos não são desconhecidas por grupos políticos que moldam suas estratégias discursivas para conseguir cada vez mais adeptos. Quem também não está alheio a isso, são as empresas responsáveis pelo desenvolvimento de plataformas de interação social, cujos algoritmos são programados para criar esses nichos de indivíduos e polarizar cada vez mais a sociedade.

A partir do exposto nesta seção, foi possível perceber a complexidade da desinformação e da pós-verdade, fenômenos que sempre existiram, mas que ganharam novos contornos com o descontentamento social aliado às figuras de liderança com discursos que apelam para essa insatisfação, sentimentos de raiva, medo, preconceito, o uso de soluções simples para questões sociais complexas em contrapartida ao descrédito e distanciamento do meio científico e veículos de comunicação, o extremismo ideológico e religioso.

Tudo isso é misturado no espaço das redes sociais onde elementos como o anonimato, a falta de responsabilização, o uso do escudo da liberdade de expressão, táticas de *cyberbullying*, e o uso de algoritmos que formam as bolhas de massas homogêneas, e criam uma nova faceta desse fenômeno que tem afetado a sociedade em instâncias políticas, econômicas, saúde e bem-estar social. No tocante às questões políticas, é necessário discutir um pouco mais a fundo o papel da política alinhada à ideologia de extrema direita e seu papel na disseminação de desinformação nas redes e conquista das massas.

### **2.3 Práticas de desinformação da extrema direita**



A conceituação do que se entende por direita e esquerda é um tanto quanto variável conforme o país no qual se discute a questão, mas para os fins desta pesquisa cabe iniciar com uma conceituação de Bobbio (1995), que entende essas ideologias como lados opostos em debates sobre questões sociais, políticas e econômicas. A esquerda possui um caráter mais voltado para a luta pela igualdade social, buscando a participação cidadã e promover um progresso para todos. A direita, por sua vez, se volta para a individualidade, e aceita as diferenças e desigualdades existentes na sociedade, tendendo a prezar por uma tradição e ordem vigente.

Em ambos os espectros se encontram diversas vertentes que foram se desenvolvendo ao longo dos anos. No entanto, a que precisa ser melhor compreendida aqui é a extrema direita, ou ultra-direita. Observa-se uma ideologia cujas características são um nacionalismo e um conservadorismo exacerbado, geralmente conduzindo uma atitude hostil em relação a grupos heterogêneos, de modo que a diferença entre o espectro moderado e o extremo não são necessariamente as ideias apresentadas, mas a forma como buscam implementá-las. Outra característica da extrema direita é o uso de práticas autoritárias e violentas.

Nos últimos anos o mundo assistiu a uma ascensão da extrema direita e do pensamento conservador. A eleição de Donald Trump em 2016, sua reeleição em 2024, e a figura de Jair Bolsonaro assumindo a presidência do Brasil em 2018, somados aos ataques antidemocráticos que se seguiram após sua derrota nas urnas em 2022, são apenas alguns dos resultados da instalação da ideologia extremista na sociedade brasileira em boa parte da população mundial.

A crise no sistema capitalista vem se intensificando desde 2007/2008, com a crise financeira que teve início nos Estados Unidos e tem impacto até hoje. Uma série de medidas econômicas foram tomadas para preservar o sistema que visa o capital, no entanto, vários movimentos sociais iniciaram protestos contra estratégias econômicas exploratórias e casos de corrupção, como o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos e o “Indignados” na Espanha, ambos em 2011, são exemplos dessas iniciativas com viés de esquerda. Era de se esperar que isso fortalecesse as ideologias mais voltadas para as questões sociais, no entanto, foi a direita que conseguiu se sair melhor na capitalização dessa crise mundial, em especial sua vertente mais radical (Maschietto, 2024).

Desse modo, “[...] a lógica discursiva da direita não foi norteadada pela rechaça ao neoliberalismo, mas sim no recurso a pautas de naturezas distintas, em especial identitárias, que, no extremo, colocariam em xeque as próprias bases da democracia” (Maschietto, 2024, p. 10). Essa ideia corrobora com Umberto Eco (2018) e sua analogia sobre a extrema direita, ao dizer que ela seria como uma nebulosa que orbita diversos assuntos e os atrai para o seu

centro. Seu discurso é voltado para pautas que causam insatisfação na população, como o debate sobre a criminalidade, por exemplo.

O discurso da direita é simplório e violento, geralmente sugerindo a prisão ou morte de criminosos. Já a esquerda, por sua vez, trata o assunto de forma mais complexa, abordando questões estruturais, históricas e sociais, relacionadas a um sistema capitalista que favorece poucos e exclui a maioria, de modo que em alguns casos, por questões de subsistência, muitas pessoas têm que recorrer a uma vida de criminalidade. A retórica da direita será muito mais atrativa para pessoas que vivem em áreas com altas taxas de crime e violência, pois oferece uma solução simples e imediata, além de apelar para os sentimentos de insegurança, medo e insatisfação dessas pessoas.

Assim, a extrema direita vai buscar preencher lacunas geradas pelas crises no regime capitalista, por meio de um viés que não ataca a causa do problema, mas desvia seu foco para outras situações, já que as figuras autoritárias de extrema direita trazem resposta simples ao mal-estar existente (Albuquerque; Rodas, 2023, p. 3; Negri; Igreja; Pinto, 2019). Suas soluções são pautadas pela opressão de indivíduos que vão contra seus ideais de família, religiosidade e pátria. Assim, as classes que se sentem prejudicadas, acabam vendo na extrema direita um espaço de pertencimento e identidade a partir da constrição de valores e perspectivas comuns, tais como o “cidadão de bem”, “trabalhador” ou “patriota” (Albuquerque; Rodas, 2023; Cesarino, 2019, p. 534), se opondo às figuras fantasiosas que ameaçam o bem estar social, como os comunistas, grupos feministas, minorias étnicas e gênero.

Sobre as características dessa ideologia, Silva *et al.* (2014, p. 413) explicam que:

A extrema-direita, marcadamente associada às trágicas experiências do nazifascismo, continua apresentando muitos traços originais do contexto de sua emergência: irracionalismo, nacionalismo, defesa de valores e instituições tradicionais, intolerância à diversidade cultural, étnica, sexual, anticomunismo, machismo, violência em nome da defesa de uma comunidade/raça considerada superior.

Desse modo, a extrema direita reúne práticas conservadoras e neoliberais, ao mesmo tempo que alimenta a expectativa de um pânico moral a partir da vilanização de pautas sociais e identitárias, com o intuito de esconder os avanços do neoliberalismo e seu impacto na vida da maior parte da população. Essa nova onda de extremismo ganha força a partir dessas duas vertentes e se personifica nas figuras autoritárias e carismáticas que conquistam as massas, agregando todas as pautas em si, colocando-se em uma falsa posição de igualdade e utilizando do populismo para ganhar a simpatia das massas.

Operando por uma lógica de crises constantes, a extrema direita aponta causas e culpados para a precarização social. A ameaça comunista, até hoje, é motivo para a atual crise pela qual o Brasil tem passado, mesmo quando a nação nunca teve um governo alinhado com a ideologia comunista. O que ocorre é uma inversão na qual grupos historicamente dominantes, se colocam como oprimidos pelos avanços sociais conquistados por minorias, se tornando vítimas e justificando suas medidas que em sua grande maioria se provam drásticas (Albuquerque; Rodas, 2023, p. 4). É por meio dessas estratégias que a extrema direita consegue manter seu público engajado e sob a constante “ameaça” de uma crise política e social.

Entende-se que foi por meio de uma performance discursiva que apela para os afetos e inseguranças da população, que a extrema direita brasileira conseguiu ganhar adeptos e mobilizar as massas a defender os ideais pregados por figuras de liderança. Em adição, a extrema direita deve muito do seu sucesso ao uso das redes para espalhar seu discurso. Como já foi explicado anteriormente, as redes estão povoadas por indivíduos que utilizam o anonimato para disseminar desinformação, discurso de ódio, teorias da conspiração, e só se sentem mais confortáveis em produzir esse tipo de conteúdo quando são validados por figuras de autoridade.

O espaço público das redes permite que as massas expressem seus anseios e exerçam pressão sobre o estado através de movimentos sociais organizados. A primavera árabe em 2010 e o já citado *Occupy Wall Street*, de 2013, são exemplos disso e de como as redes são locais que a princípio permitem a disseminação de informação, de visões diferentes e de debates. Entretanto, os elementos que compõem as redes tornaram esses espaços cada vez menos democráticos e abertos à pluralidade, e mais tóxicos e intolerantes.

A extrema direita teve mais sucesso que os movimentos de esquerda para conquistar as massas através das redes, justamente pela forma como as plataformas de interação social operam, favorecendo o tipo de conteúdo disseminado por radicais, que despertam o interesse dos demais usuários em interagir, seja para concordar ou discordar. A extrema direita conseguiu operacionalizar a disseminação de desinformação por meio da compra de impulsionamento de conteúdo nas plataformas e do monitoramento e análise das mídias sociais para adequar o discurso e aumentar o engajamento. As pautas extremistas passaram a estar sempre em circulação nas redes, ao ponto de serem relativizadas e debatidas como se houvesse alguma validade, mesmo quando defendiam atos antidemocráticos.

Pode-se perceber essa relativização nos podcasts de mesa, formato que se popularizou bastante no *Youtube*, e que são um espaço onde muitas pessoas associadas à ideologia de

extrema direita são convidadas para disseminar suas ideias e, em alguns casos, para debater com pessoas que discordam dessas ideias extremistas. O meio científico, os veículos de comunicação e as instituições governamentais não ficaram alheios a todo esse contexto, e buscaram também adequar o discurso na tentativa de dialogar com um público maior. Eles recorreram às iniciativas de divulgação científica, ao uso de plataformas sociais e à participação em podcasts, por exemplo. Diante disso, cabe abordar a produção de conteúdo digital a partir das redes sociais e plataformas de audiovisual, fazendo um apanhado geral dos meios de comunicação tradicionais até o atual contexto.

### 3 A DISPUTA PELA MEMÓRIA

O campo da Memória Social possui sua própria construção epistemológica, que é atravessada pelas contribuições de outras áreas como a filosofia, as ciências sociais, a psicologia, a antropologia, dentre outras que se preocupam em desenvolver os aspectos teóricos relacionados à memória.

Rosa (2021) aponta alguns nomes relevantes nos estudos sobre memória, tais como Maurice Halbwachs que trabalha com memória individual e coletiva, Pierre Nora relacionando o conceito aos lugares de memória, Andreas Huyssen com a epidemia da memória, Michael Foucault que aborda a produção de subjetividade; Jelín, por sua vez, vai entender a memória a partir de processos institucionais, políticas públicas e produtos culturais. Aleida e Jan Assmann desenvolvem os conceitos da memória comunicativa, cultural, cumulativa e funcional. Por fim, Candau associa a memória a um recorte identitário. Gondar (2008, p. 1) entende que esse conceito apresenta uma polissemia, sendo a memória social o resultado de um entrecruzamento de diversas disciplinas e sentidos variados, de modo que apresentar uma distinção entre memória social, coletiva e individual se torna um desafio.

Tendo sido bastante influenciado pelas contribuições teóricas de Émile Durkheim e Henri Bergson, Halbwachs (1990) desenvolveu a categoria de “memória coletiva”, por meio da qual postula que o contexto social é a base da reconstrução da memória, não podendo haver uma análise efetiva do fenômeno da recordação e localização de lembranças sem considerar o espaço social do indivíduo ou comunidade. A memória, portanto, deixaria de ser apenas uma dimensão individual, sendo na verdade construída a partir da coexistência em um grupo social:

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (Halbwachs, 1990, p. 25).

Quando se aborda o tema da memória a primeira impressão é a de que se trata de algo individual; entretanto, Halbwachs entende que um sujeito que lembra é aquele inserido em grupos de referência, em que a memória é construída socialmente, mas levando em consideração que “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (Halbwachs, 1990, p.

51). Desse modo, a memória é construída ao longo do tempo nesses grupos sociais, uma vez que são as pessoas que lembram; mas, é no aspecto da coletividade desses espaços de comunidade onde é determinado o que será lembrado. Não obstante, o papel do indivíduo é essencial no processo rememoração, afinal:

[...] lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (Halbwachs, 1990, p. 26).

Objetos, lugares e acontecimentos podem ser pertinentes na rememoração de um acontecimento, na confirmação de um pensamento e, claro, na construção de uma memória. As testemunhas, por sua vez, não precisam ser consideradas de forma literal, pois conforme explica Halbwachs (1990, p. 27): “Assim, para confirmar ou recordar uma lembrança, as testemunhas, no sentido comum do termo, isto é, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível, não são necessárias.”

Assim, na perspectiva deste autor a memória é um fenômeno construído pelo coletivo, dentro de um contexto social. Elas permanecem coletivas na mesma medida em que são lembradas por outros, mesmo que apenas um sujeito se encontre envolvido, uma vez que este está inserido naquele grupo. Quanto mais estruturada, mais influência na construção das memórias será exercida pelo conjunto social. A força da coletividade exercida no todo implica na forma como são rememorados os acontecimentos, a impressão deixada e a permanência daquele fato na memória das pessoas.

Sobre isso, Paul Ricouer (2007, p. 27) entende que “[...] quando narramos coisas verdadeiras, mas passadas, é da memória que extraímos, não as próprias coisas, que passaram, mas as palavras concebidas a partir das imagens que elas gravaram no espírito, como impressões, passando pelos sentidos”. Destarte, a memória é algo construído e mutável. Sempre que um indivíduo rememora um acontecimento, essa lembrança retorna de uma forma significativamente diferente do que realmente ocorreu. Assim, o grupo como um todo determina o retrato da memória, podendo ser interpretada como parte do passado que surge no momento presente do pensamento de cada sujeito, ou meio de guardar fatos vividos (Peres, 2021, p. 73).

Ainda sobre as contribuições de Halbwachs, Astrid Erll (2012, p. 19, tradução nossa) explica que seus estudos se diferenciam em três áreas de investigação, sendo a primeira sobre o condicionamento social da lembrança individual; a segunda trata da investigação de formas

e funções da memória que se constituem entre gerações; por fim, está a ampliação do conceito de memória coletiva no escopo da transmissão cultural e da formação da tradição, ou como é conhecida hoje, na memória cultural. Portanto, a memória coletiva é parte natural do indivíduo que se constitui a partir do seu entorno sociocultural, por meio de interações, comunicação, meios e instituições que fazem parte das comunidades sociais e culturais.

A memória coletiva seria um processo social complexo, que envolve muitas interações e mudanças ao longo do tempo, sendo necessário que o indivíduo seja pertencente a um quadro social. Já a memória individual seria uma particularização da anterior, pertencente apenas aquele sujeito, mas que ainda assim é construída a partir de uma coletividade.

Essa noção de memória enquanto uma construção baseada em experiências vividas, no entanto, não trata do fato em si, mas de sua significação e representação dialogando com novas percepções influenciadas pelo meio. Essa construção e reconstrução ocorre constantemente, uma vez que esse processo envolve juntar partes para produzir essa memória coletiva.

Santos, Andrade e Jaeger (2025, p. 14) abordam aspectos cognitivos relacionados à crença em desinformação, bem como elementos que tornam o sujeito mais cético em relação à informação veiculada em redes sociais, por exemplo. Um desses elementos é a memória coletiva, que de acordo com os autores seria um tipo de “sistema imunológico cognitivo”. Diversas gerações se desenvolveram em ambiente cuja a memória coletiva foi construída com base em desinformação ou informações descontextualizadas e alteradas, como no caso de inúmeras comunidades latino-americanas, que passaram por ditaduras civil-militares.

O encerramento do período ditatorial no Brasil foi marcado por anistia dos responsáveis, políticas de ocultamento e esquecimento que criou em boa parte da população uma memória coletiva que abrandou esse período, de modo que aqueles que viveram o período “[...] são mais suscetíveis a acreditarem em desinformações como ‘naquela época não existia corrupção’ ou ‘naquela época tudo funcionava’” (Santos; Andrade; Jaeger, 2025, p. 14). Os autores ainda complementam que durante a ditadura militar brasileira pouco circulavam informações que prejudicasse o regime em virtude da repressão e censura, e mesmo após o final desse período, a falta de uma política pública voltada para a criação de uma memória coletiva sobre o que realmente aconteceu.

Atos mais contundentes para tentar reparar o dano que ocorreu nesse período só ocorreram entre 2011 e 2014, conforme será abordado nas seções seguintes, mas o que basta para esta seção é abordar a importância do desenvolvimento de uma memória coletiva sólida.

De acordo com Brito e Martínez (2005), quando uma memória coletiva se consolida, ela pode trazer mudanças para as estruturas sociais, pois

[...] os mecanismos de repetição ou seleção que operam na memória dos indivíduos serão paralelos nos processos coletivos. Pennebaker e Basanick (1998) ilustram esse significado ao apontar como falar e pensar sobre determinados eventos produzirá e manterá a memória coletiva. O mesmo ocorre com o nível de impacto que os eventos exercem sobre os indivíduos e os coletivos [...] Assim, deduz-se que a memória coletiva se consolidará se os eventos provocarem mudanças institucionais, políticas ou históricas importantes (Brito; Martínez, 2005, 178-179, tradução nossa)<sup>5</sup>.

Através de mecanismos institucionais que se preocupam em documentar e salvaguardar a memória de uma comunidade, há uma consolidação do que se entende como o fato. Isso se enraíza na cultura e no imaginário popular, tornando-se um conhecimento geral e comum. Entretanto, conforme explica Bravo (2021, p. 58), quando uma sociedade apresenta uma memória coletiva fragmentada, isso irá implicar em uma sociedade hiper-individualizada onde há uma ruptura nas relações de cooperação, solidariedade e empatia que permitem o exercício da cidadania em prol do bem comum, constituindo, assim apenas partes isoladas de um todo.

Se esses indivíduos estão isolados, logo cada sujeito vai ter sua própria versão do passado histórico. Isso vai ao encontro da discussão sobre desinformação e ao modo como a sociedade está cada vez mais isolada em suas bolhas, criando suas próprias versões dos fatos conforme convém com suas crenças. Ao tratar da memória coletiva, Bravo (2021, p. 59) explica que esse conceito ganha sua relevância ao “elaborar uma crítica da história oficial”, buscando lacunas, fatos não registrados.

Nesse sentido, o testemunho teria sua pertinência dentro desse processo de construção da memória e seria importante porque em diversos casos, a história oficial é fabricada, alterada ou descontextualizada por grupos políticos ou empresariais, visando benefícios próprios. Bravo (2021, p. 59) exemplifica o apagamento da memória coletiva com o caso dos campos de concentração nazista durante a Segunda Guerra Mundial, que foram registrados como algo relacionado a esse período, e por esse motivo ficaram marcados no imaginário. No

---

<sup>5</sup> (...) los mecanismos de repetición o de selección que operan en la memoria de los individuos serán paralelos en los procesos colectivos. Pennebaker y Basanick (1998) ilustran esta acepción cuando señalan cómo el hablar y el pensar sobre determinados sucesos producirá y mantendrá la memoria colectiva. Lo mismo sucede con el nivel de impacto que los hechos ejercen en los individuos y en los colectivos (...) Así, se deduce que la memoria colectiva se consolidará si los sucesos provocan importantes cambios institucionales, políticos o históricos (Brito & Martínez, 2005: 178-179)



entanto, ele chama atenção para o revisionismo que tem ocorrido sobre processos autoritários e genocídios, tanto desse como de outros momentos históricos, uma vez que

Se a dor do outro não é reconhecida como o que é, como uma tragédia da humanidade, ou seja, se a tragédia não é identificada como própria, mas, ao contrário, é identificada como algo distante e alheio à realidade circundante, então significa que a história não foi assumida como coletividade, como a história de todos. Assim, não será possível construir uma cidadania responsável, porque o exercício da cidadania passa primeiro pelo exercício da memória coletiva, pelo reconhecimento dos fatos históricos de dor concebidos como próprios (Bravo, 2021, p. 59, tradução nossa)<sup>6</sup>.

O autor ainda infere que a sociedade do entretenimento e a cultura do entretenimento tem certa responsabilidade no processo de apagamento ou resignificação de momentos históricos de barbárie, pois se resumiram a datas comemorativas ou mesmo a produções midiáticas sem profundidade. Produtos artísticos de massas, em alguns casos, não estariam preocupados em recuperar a memória da “dor esquecida ou omitida”, mas mantê-las no passado, ou mesmo transformá-las em um objeto nostálgico estéril. Mecanismos industriais da sociedade do entretenimento se encarregaram de fragmentar a memória coletiva.

Os novos “impérios” midiáticos e de comunicação seriam também parte fundamental do processo de fragmentação da memória coletiva, pois monopolizam a informação midiática que circula, criando uma ideia exagerada da disponibilização de informação sobre diversos assunto, sejam sociais, científicos, históricos, políticos, entretenimento (Bravo, 2021, p. 63). Como já estabelecido na seção anterior, esse excesso de informação não significa qualidade, pois ter acesso não é o suficiente; além e principalmente por isso, é necessário que o sujeito seja capaz de compreender, discernir e aplicar a informação. Ainda segundo o autor, a “[...] verdade se confunde com a quantidade, ou se perde nela”. (Bravo, 2021, p. 63). ?

Ruggiero (2022, p. 1) está em convergência com Bravo ao afirmar que a memória coletiva também tem sido afetada pela cultura digital. Seu argumento é desenvolvido ao longo de quatro aspectos: velocidade de consumo; vigilância dos corpos; empobrecimento sensorial; e aniquilação da experiência. No primeiro, Ruggiero (2022, p. 22) alerta para o consumo rápido e intensificado de informação, em que o conteúdo, em sua maioria banal, é produzido de forma ininterrupta. Sempre há uma novidade, sempre há algo que está em alta nas redes,

---

<sup>6</sup> Si el dolor del otro no se reconoce como lo que es, como una tragedia de la humanidad, es decir, si no se identifica la tragedia como propia, sino al contrario, se identifica como algo lejano y ajeno a la realidad circundante, entonces significa que no se ha asumido la historia como colectividad, como la historia de todos y no será posible construir ciudadanía responsable, porque el ejercicio ciudadano pasa primero por ejercicio de la memoria colectiva, del reconocimiento de los hechos históricos de dolor concebidos como propios.

mas na semana seguinte já foi esquecido. Para o autor, essa cascata de informações acessíveis para grande parte da população tem se mostrado um elemento que diminui as capacidades mentais e perceptivas ao invés de sua expansão, como se acreditava. Portanto, há uma disputa pela atenção dos indivíduos, há busca por mantê-lo sempre consumindo conteúdo em uma rede social, com barra de rolagem infinita e que altera a percepção de tempo.

O autor ainda acrescenta que produtos de consumo e serviço têm utilizado artifícios para reduzir o tempo de tomada de decisão. Há sempre pressa para conseguir uma promoção de um produto que vai esgotar, ou de um curso com poucas vagas. Inteligência artificial agora oferece respostas rápidas, quando antes seriam necessários, ao menos, alguns minutos de busca. Tudo é construído de modo que não haja espera e que o tempo para a tomada de decisão seja mínimo.

O segundo aspecto é a vigilância dos corpos (Ruggiero, 2022, p. 23), em que os indivíduos estão sempre sendo monitorados por dispositivos de comunicação que rastreiam e coletam, principalmente, os dados dos usuários; além disso, eles registram seus hábitos tanto no espaço físico como no digital. Toda ação feita no meio virtual pode ser rigorosamente analisada e quantificada, desde movimentos de clique com o mouse, o tempo gasto na mesma página, e até mesmo o movimento do olho durante a leitura do conteúdo. No espaço urbano, além das câmeras de vigilância, dispositivos celulares estão constantemente registrando a movimentação dos usuários, mapeando seu tráfego. Esse monitoramento ininterrupto e, por que não antiético, contribui para o aprimoramento e a sofisticação dos sistemas de informação e *big data* que posteriormente se revertem nos meios de disseminação da informação baseadas nas informações de cada indivíduo, gerando as já citadas câmaras de eco.

De acordo com Ruggiero (2022, p. 24), o empobrecimento sensorial é um processo que ocorre devido a já citada intensificação da produção de novos conteúdos, informações e dados, incapacitando a memória coletiva e criando as condições de acesso à comunicação e informação de modo excessivo que pode gerar um apagamento sistemático do passado e da construção etérea do presente. Fenômenos sociais que ocorrem de forma lenta, cuja percepção de sua existência só é contabilizada anos depois são marginalizados e perdem seu valor ou interesse. Tudo precisa ser imediato, tudo tem que estar disponível através de um clique e no tempo que o usuário deseja. Desse modo, Ruggiero (2022, p. 24), menciona que

Sempre haverá online algo mais informativo, surpreendente, engraçado, divertido, impressionante do que qualquer outra coisa nas circunstâncias reais imediatas. Cada vez é mais comum encontrar jovens e adolescentes, idosos e crianças, conectados pelos olhos e mão, apertando obcecadamente seus celulares e navegando em aplicativos, em rodas de grupos aleatórias em

locais variados, da sala de estar ao ponto de ônibus, em festas, lanchonetes e salas de espera.

Por fim, a aniquilação da experiência versa sobre a volatilidade da memória no espaço urbano e sua fragmentação dentro das dinâmicas digitais do século XXI. Redes como *Facebook*, *Instagram* e *Tik Tok* se configuram como serviços de exposição de imagens efêmeras, que saciam o desejo dos usuários de apreensão do presente. “O modo como estas tecnologias operam e se cruzam transformam a paisagem urbana e o comportamento dos transeuntes, pois o mapeamento em tempo real e a exposição dos conteúdos alteram a percepção espacial e temporal da cidade” (Ruggiero, 2022, p. 25).

Ainda de acordo com as ideias deste autor, dentre os efeitos nocivos está a sincronização em massa da consciência e da memória, padronizando experiências em larga escala, resultando em uma perda de identidade, singularidade e conduzindo ao desaparecimento da participação e da criatividade dos indivíduos na construção e compartilhamento simbólico. Para explicar o efeito citado por Ruggiero, pode-se citar as famosas *trends de Tik Tok*. No contexto digital, o termo *trend* se refere a uma tendência, e no caso da rede social, significa um formato de vídeo que se populariza e recebe muitas visualizações. Essa *trend* é reproduzida por outros usuários como forma de ganhar engajamento na rede, e isso, como destaca o autor, leva a um apagamento da individualidade e da criatividade, pois em diversas ocasiões os vídeos são reproduzidos de forma bastante similar.

Ações repetitivas e mecânicas de deslizar a tela com o dedo se sobrepõem ao ato de olhar e escutar. A compulsão de consumir conteúdo é o que perpetua a segregação e isolamento dos indivíduos, e a perda da atenção é continuamente criada, uma vez que as imagens não são fixas, apenas rolam no dispositivo e não permanecem enquanto memória e recordação, de modo que atrofia e deixa de ser reconhecida como tal (Ruggiero, 2022, p. 25).

Assim, o fio condutor das narrativas de vivência deixa de ser o cotidiano urbano e de seus elementos familiares, de trabalho e relacionamentos, passando a ser mercadorias eletrônicas e serviços de mídia, em que toda experiência é filtrada, registrada e construída. Assim como os conglomerados de mídia e redes sociais ditam o conteúdo de suas plataformas com base nos dados fornecidos pelos usuários (muitas vezes sem ciência e consentimento), eles mesmos entregam para esses grupos a matéria-prima necessária ao aprimoramento dessa lógica de consumo sempre que interagem com uma interface digital (Ruggiero, 2022, p. 25).

Portanto, o consumo exagerado de informação, muitas vezes fútil, e de forma acelerada tem contribuído para uma fragmentação da memória coletiva. O modo como as

peessoas se conectam e vivenciam suas experiências, agora pautado por um regime digital, tem aberto margem para o esquecimento, o revisionismo e o apagamento de fatos históricos de forma intencional, criando espaço para ressignificações manipuladas e narrativas “paralelas” de acontecimentos. Claro, não se defende aqui que a história é completa e imutável, mas para que se construa uma nova historiografia dos fatos, é necessário um contingente de pesquisadores e acadêmicos que deem conta dessa tarefa.

Para os fins de continuidade desta pesquisa, cabe agora tecer alguns comentários sobre papel do meio audiovisual e cinematográfico no processo de criar um imaginário sobre fatos históricos através da condução das narrativas. Essas produções carregam não apenas os ideais daqueles que desenvolveram o projeto, bem como o contexto no qual foram elaborados, de modo que filmes, documentários, programas televisivos e mais recentemente, vídeos de *Youtube*, têm a capacidade de se enraizar no imaginário popular e, de certa forma, de ditar o modo como as pessoas pensam sobre determinados acontecimentos.

### **3.1 Construção de um imaginário através da mídia audiovisual**

Conforme visto no início da sessão, a construção teórica de Halbwachs defende a formação de uma memória coletiva através do confronto e até mesmo da sobreposição da memória individual dos sujeitos que compõem o grupo. Esse fenômeno social é afetado por elementos externos que influenciam na formação ou até mesmo na fragmentação dessa memória. Assim, é possível pensar que as mídias de massa tenham impacto significativo na formação de um imaginário e na forma como as pessoas percebem determinados aspectos da realidade, mas tendo sua percepção ditada, em partes, pelas produções midiáticas.

O amplo consumo de mídias de massa é determinante na interpretação e produção de sentido da realidade, criando um imaginário social e coletivo. A veiculação de conteúdos de forma constante desempenha um papel importante na construção simbólica das percepções e visões do indivíduo e do grupo sobre aquilo que os cerca, acontecimentos recentes e passados. A mídia, de um modo geral, apresenta essa característica, mas aqui o foco será na mídia audiovisual, especificamente no cinema documental e na produção de conteúdo para o *Youtube*.

Memória e História são elementos que podem ser manipulados pelos mais variados meios de comunicação de massa, seja em nível macro ou micro. Isso é ainda mais facilitado quando as barreiras entre o que é real e o que é mito se tornam mais tênues, e a memória

coletiva está cada vez mais fragmentada dada ao grande consumo de informação continuamente pautada pelas redes sociais e sua mediação por meio de algoritmos.

Portanto, entende-se aqui que essas mídias constroem um imaginário social sobre os mais variados assuntos. Durand (1997, p. 18) entende o imaginário como

[...] o conjunto de imagens que constitui o capital pensado dos *homo sapiens* - aparece-nos como o grande denominador fundamental onde se vêm encontrar todas as criações do pensamento humano. O imaginário é essa encruzilhada antropológica que permite esclarecer um aspecto de uma determinada ciência humana por um outro aspecto de outra.

Assim, imagens simbólicas fazem parte da composição do imaginário, juntamente com outros aspectos que não são concretos e que não podem ser explicados pela razão. Destarte, o inconsciente, a imaginação, o mito, a fantasia e a subjetividade são elementos, que de acordo com Durand (1997, p. 18), estariam formando o imaginário de cada indivíduo. Portanto, esse fenômeno se trata de um conjunto de fatores que existem, circulam e são produzidos pela sociedade, moldando a percepção coletiva sobre diferentes aspectos da realidade.

Produções audiovisuais de ampla circulação como cinema, televisão e vídeos publicados no *Youtube*, *Instagram*, *Tik Tok* são meios que influenciam a forma como os indivíduos percebem e interpretam sua realidade. Essa capacidade pode ser percebida a partir do consumo massificado de produtos midiáticos e culturais, que podem promover ideologias e moldar a opinião pública. Um exemplo claro disso é a visão que as pessoas têm em relação a determinados governos ou regimes políticos com base no que é apresentado pela grande mídia. Carvalho (1998, p. 10) elabora essa prática com base nos regimes políticos e afirma que é por meio do imaginário que se pode atingir os medos e as esperanças de um povo, bem como é por esse meio que se definem identidades, objetivos, inimigos, organizam o passado, presente e futuro. O autor ainda complementa e corrobora com Durand ao dizer que:

O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também, [...], por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos (Carvalho, 1998, p. 10).

Não são escassos os exemplos de regimes políticos que se utilizaram de meios midiáticos para promover suas ideias e afetar a percepção da sociedade. Provavelmente um dos mais famosos é o da propaganda política nazista, com o “Ministério do Reich para Esclarecimento Popular e Propaganda”, liderado por Joseph Goebbels. “O objetivo do Ministério era garantir que a mensagem nazista fosse transmitida com sucesso através da arte,

da música, do teatro, de filmes, livros, estações de rádio, materiais escolares e imprensa” (United States Holocaust Memorial Museum, 2025).

Adorno e Horkheimer (1985), em seu livro *Dialética do Esclarecimento*, introduzem o conceito de indústria cultural, no qual produtos culturais são padronizados em mercadorias de consumo de massa, se tornando acessível para maioria das pessoas, mas nesse processo o conteúdo perde sua individualidade e autenticidade. Assim, a mídia hegemônica fabrica narrativas que informam, modelam e reforçam percepções sociais e ideológicas. Essa produção em massa cria a sensação de necessidade, que sempre deve-se estar consumindo algum tipo de conteúdo. No entanto, trata-se de algo ilusório que serve apenas aos interesses dessa indústria cultural, diminuindo o espaço para um pensamento crítico do que está sendo consumido. Essa padronização e produção em massa de conteúdo serve muitas vezes apenas como reprodutor de discursos e como aliado da criação de imagens estereotipadas que reforçam uma noção preestabelecida e acabam se fixando no imaginário social.

Levando esse aspecto para o campo político e ideológico, não é incomum ver estereótipos relacionados à esquerda e à direita. Em tempos de polarização política, muitas visões distorcidas de ambos os lados são disseminadas por veículos midiáticos. Um exemplo de formulação de um imaginário social bem sucedido contra uma ideologia é o anticomunismo. No Brasil esse movimento tem seu início por volta dos anos 1930, época em que ocorria um avanço nos meios de comunicação de massa, rádio, cinema, e músicas populares que aos poucos iam ganhando seu espaço no país. De acordo com Andrade (2023, p. 29) essas novas tecnologias de comunicação foram utilizadas pelos governos da época para disseminar seus projetos políticos. O programa de rádio “A voz do Brasil” é um dos mais antigos do país e foi um dos principais meios de disseminação de informação da imprensa da época, sendo importante na formação da opinião pública.

Temendo a adesão do comunismo pela classe trabalhadora, iniciou-se uma campanha de difamação contra o movimento político. Assim, governantes, igreja e as elites econômicas buscavam evitar mudanças estruturais que ocasionassem a perda de seus privilégios e de seus interesses particulares. O discurso anticomunista é disseminado por meio do rádio e jornais impressos, buscando atingir direto ou indiretamente os medos e anseios da população, criando um estado de constante alerta, alimentando a ideia de uma luta de toda a sociedade, e construindo uma coletividade que combate um suposto regime comunista. Segundo Mourelle (2015), a propaganda anticomunista disseminava a ideia de que seus adeptos eram rebeldes contra Deus, família e a ordem, além de outras características que criaram o senso dos

comunistas enquanto pessoas que atentavam contra os bons costumes e boas práticas sociais, eram contrários à moral e aos valores ocidentais.

A estratégia era a desqualificação do comunismo por meio da construção de uma narrativa em que a ideologia seria contra os valores civilizatórios e iria alterar as bases da sociedade, afetando aspectos como a propriedade privada, eliminação das classes sociais, fim da liberdade individual e de expressão. Sobre isto, Andrade (2023, p. 33) destaca que

Por intermédio da propaganda anticomunista, o “comunismo” foi sendo construído de acordo com as necessidades do momento, tendo, como norte, os interesses do Executivo e dos grupos sociais conservadores. A caracterização do que seriam os símbolos e os costumes comunistas, sempre dentro do campo da barbárie, da vileza, do primitivismo, possibilitou criar uma atmosfera de medo e angariar adeptos para a luta contra esse inimigo da “sociedade”.

O comunismo é um exemplo bastante interessante para abordar a construção de um imaginário, pois essa ideia persiste até hoje na memória de parte da população brasileira. Muito do discurso de grupos conservadores, liberais e bolsonaristas utilizam o comunismo como um espantalho, por meio do qual as mesmas críticas, utilizadas nos anos 1930, permanecem sendo disseminadas atualmente.

Durante o período de seu mandato, Bolsonaro e seu grupo de apoiadores se utilizavam do discurso anticomunista para instigar parte da população, principalmente em assuntos relacionados à economia do país, às relações com outras nações e ao PT enquanto opositor direto, que para muitos ficou associado com a ideologia comunista, ainda que na verdade este partido esteja mais ligado a viés de centro-esquerda.

Essa retórica anticomunista é fortalecida pela falta de conhecimento sobre as ideias do comunismo e pelo que já foi construído em termos de imaginário coletivo, tanto através da mídia, que obedecia a interesses de grupos políticos que viam a referida ideologia como uma ameaça, quanto em produções cinematográficas hollywoodianas que durante o período da Guerra Fria tinham os Soviéticos, e por consequência os comunistas, como vilões em diversos filmes. *Red Menace*, um filme do gênero *Noir* de 1949, “007 - Operação tentáculo” de 1983 e “Rocky IV” de 1985 são apenas alguns exemplos de filmes que têm personagens soviéticos como vilões, carregando alguns estereótipos que passam a se enraizar no imaginário coletivo. Mesmo em produções contemporâneas como a série *Stranger Things* (2015 - presente), em sua terceira temporada, apresentam personagens russos como antagonistas.

Essa tendência de retratar personagens soviéticos como vilões de produções cinematográficas vem de antes do período da Guerra Fria, mas se acentuou bastante naquela

época. No entanto, os russos não são os únicos vilões populares em filmes de Hollywood. Observando uma parte significativa da história do cinema dos EUA, é possível perceber a tendência de retratar de forma tendenciosa e estereotipada, certos países que entraram em conflito com a nação norte-americana (Brook, 2015). Japão, Alemanha, China, Rússia, Vietnã e Iraque são alguns que estiveram no lado oposto dos Estados Unidos, seja em termos econômicos, ideológicos ou mesmo no conflito armado.

Até mesmo os povos originários do norte da América já foram retratados como vilões em filmes dos EUA. Enquanto isso, fora dos filmes, o país também se dedicava a combater os seus inimigos. No contexto da Guerra Fria, por exemplo, a nação norte-americana buscava evitar que mais países se aliassem ao bloco comunista. Um caso emblemático é o do Brasil, país que teve o golpe Militar de 1964 apoiado por eles. (Durão, 2024; Starling, 2024).

Esse comportamento se repete em outras mídias, como as histórias em quadrinhos e charges, que durante a primeira metade do século XX tinham o costume de representar certas nacionalidades e etnias de formas estereotipadas. O personagem de tiras de jornal dos anos 1930, “Flash Gordon”, tinha como um de seus principais vilões o tirano Ming, que carrega em suas feições o estereótipo asiático de pele amarelada e bigodes e sobrancelhas longas. Além desse, pode-se citar também o gibi franco-belga “Tintim no Congo”, serializado entre 1930 e 1931. Muito anos após sua publicação o quadrinho foi alvo de críticas por trazer uma representação racista da população, caracterizada por selvagens preguiçosos e que não dominavam a língua francesa (Krachenski, 2020, p. 131).

Embora sejam exemplos de mídias de outro país e até mesmo antigas e com pouca circulação atualmente, elas ainda tiveram penetração suficiente no país, especialmente os filmes, para construir um imaginário coletivo não apenas sobre comunismo, mas como diversas outras questões. Isso mostra como a mídia tem um poder de influência na forma como as pessoas percebem a realidade, especialmente daquilo que elas desconhecem e veem apenas sendo representada de forma descaracterizada em produções midiáticas.

Pensando no contexto atual de produção audiovisual autônoma, o *Youtube* tem despontado como um espaço para a disseminação de discursos que afetam as milhares ou milhões de pessoas e influenciam a construção de um imaginário coletivo. Produtores de conteúdo com uma personalidade carismática, mas que não possuem necessariamente uma expertise em temas políticos, acabam disseminando suas opiniões por meio dos vídeos publicados na plataforma.

Embora não se trate de um meio tradicional de comunicação de massa como o cinema ou a televisão, o *Youtube* se tornou um espaço de grande relevância em termos de produção



audiovisual. Em números recentes, a plataforma de vídeos é a segunda maior rede social em termos de quantidade de usuários, ficando atrás apenas do *Facebook*, com 2,5 bilhões de pessoas utilizando a plataforma mensalmente até janeiro de 2025 (Shepherd, 2025). Diante disso, é seguro afirmar que o conteúdo produzido no *Youtube* exerce influência sobre o público e por consequência pode ser utilizado como meio de conduzir narrativas e disseminar fatos “alternativos”, com o intuito de moldar o imaginário coletivo.

Em se tratando de abordar fatos, muitos canais se dedicam a produção de conteúdo relacionado a História, em geral explicando o contexto de determinados períodos, aspectos políticos, culturais, econômicos e sociais. Alguns desses canais têm um formato dedicado para estudantes da educação básica que estão se preparando para provas, com vídeos mais resumidos sobre o conteúdo. “Toda matéria”<sup>7</sup> e “Descomplica”<sup>8</sup> são dois exemplos. “Vogalizando a história”<sup>9</sup>, “Canal História e tu”<sup>10</sup>, “Nerdologia”, “Débora Aladim”<sup>11</sup> são canais de História<sup>12</sup>, com vídeos mais extensos, abordando o assunto de forma mais abrangente, já que não estão necessariamente preocupados em produzir conteúdo para estudante, mas para um público amplo que se interessa por história.

Os produtores de conteúdo não têm a obrigatoriedade de ter alguma formação acadêmica sobre a temática que abordam, portanto é possível encontrar pessoas que criam um canal sobre História, mesmo sem ter domínio do assunto, e disseminam livremente as informações erradas. No entanto, boa parte do público que se interessa por esse tipo de conteúdo utiliza diferentes fontes para se informar, e a própria comunidade virtual, formada inclusive por pessoas que possuem expertise sobre o tema, se encarregaram de apontar equívocos. Assim, é de se imaginar que o canal iria passar por alguma mudança em termos de conteúdo, buscando trazer embasamento, ou mesmo iria ter um crescimento baixo.

Entretanto, em tempos de redes sociais e pós-verdade, em que os fatos se tornam menos relevantes, abre-se espaço para a produção de conteúdo cuja proposta é trazer uma versão alternativa da História, por vezes descontextualizada ou mesmo alterada. Em termos de História do Brasil, um dos momentos mais marcantes e que ainda gera debates é o da Ditadura Militar Brasileira, que será abordado a seguir.

---

<sup>7</sup> <https://www.youtube.com/@TodaMateriaOficial/featured>

<sup>8</sup> <https://www.youtube.com/@descomplica>

<sup>9</sup> <https://www.youtube.com/c/VogalizandoaHist%C3%B3ria>

<sup>10</sup> <https://www.youtube.com/@canalhistoriaetu15>

<sup>11</sup> <https://www.youtube.com/@deboraaladim>

<sup>12</sup> O “Canal nostalgia” se identifica como um canal educativo, abordando diversos assuntos além de História.

### 3.2 Negacionismo histórico na ditadura militar

O período da ditadura militar brasileira é um dos fatos históricos mais lembrados e presentes no imaginário do país, primeiro por ser relativamente recente e por ainda existirem marcas dessa época. Com violação de direitos humanos, prisões arbitrárias, desaparecimentos que até hoje não tiveram explicação, torturas, assassinatos, perseguição política, censura e aumento da desigualdade social, o período da ditadura militar (1964 - 1985) é lembrado como um dos momentos mais obscuros do Brasil (Schwarcz; Starling, 2015).

Entre os dias 31 de março e 2 de abril de 1964 as forças militares brasileiras e o congresso realizaram um golpe que retirou Jânio Quadros do cargo de presidente e colocou o país nas mãos dos políticos e ministros ligados ao exército (Villa, 2004; Fausto, 2006). O que de início era dito como algo apenas temporário acabou se tornando 21 anos, sendo lembrado como um dos períodos mais complexos e marcantes da história brasileira.

Entretanto nos últimos anos viu-se, em meio a ascensão da extrema direita, grupos e figuras políticas que se diziam a favor de um retorno da ditadura militar, endossando figuras que hoje são conhecidas por terem tomado parte em atos de tortura contra presos políticos (Filho, 2018). São utilizadas diversas justificativas para defender o golpe de 1964, inclusive a de que os militares salvaram o Brasil de uma tomada de poder por comunistas, embora isso seja descartado por historiadores (Leal, 2021). Esse discurso em defesa da ditadura se apoia em um suposto “milagre econômico”, aumento da segurança pública e melhoria na educação. Maia (2023, p. 3), afirma que

Ao longo desses quatro anos, na contramão do processo de justiça de transição até então empreendido, observa-se a construção de um discurso oficial que exalta a ditadura recente, nega o terrorismo de Estado, revive as narrativas anticomunistas e insiste na necessidade da manutenção da ordem e da segurança nacional para o desenvolvimento da nação.

Políticos como Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão, ambos militares, foram figuras de destaque na defesa desse discurso enviesado e descontextualizado, principalmente enquanto exerciam o cargo de presidente e vice, respectivamente. Aproveitando-se de sua posição de autoridade e do desconhecimento que muitas pessoas têm sobre o período, fomentaram a prática de negacionismo da ditadura militar.

Na concepção de Valim, Avelar, Bevernage (2021, p. 15) “o negacionismo histórico pode ser pensado como um mosaico de falas, práticas e representações mobilizadas com o objetivo de legitimar certas leituras dos nossos passados sensíveis – sobretudo de suas

violências, seus extermínios e dominação dos mais vulneráveis”. Para Maia (2023, p. 16) o negacionismo histórico “é fenômeno de negação ou suavização das violações de direitos humanos provocadas deliberadamente por indivíduos, órgãos de Estado ou grupos articulados.” Além disso, a autora associa o fenômeno à extrema direita e vincula sua origem à negação do Holocausto Judeu.

O negacionismo da ditadura militar é uma prática de revisionismo histórico que está presente nos grupos de extrema direita, buscando argumentações de caráter conspiratório para defender e minimizar os crimes cometidos no período. Embora muito do que aconteceu na ditadura militar seja de conhecimento público, muitas informações ainda são sigilosas e protegidas. Além disso, muitos militares que fizeram parte da ditadura e cometeram crimes não foram julgados e nem condenados.

O revisionismo histórico não constitui uma prática condenável do ponto de vista historiográfico, uma vez que a busca por novas informações – em novos documentos e fontes – faz parte da atividade do historiador, especialmente quando realizadas a partir de uma perspectiva crítica, legítima e científica. No entanto, o que se observa em diversos casos é um revisionismo ideologicamente enviesado e utilizado como instrumento político para ressignificar o passado (Melo, 2013, p. 50).

Durante o governo Bolsonaro o negacionismo da ditadura militar foi incorporado como parte do discurso para conquistar apoiadores. Antes mesmo de ser candidato à presidência da república, nas eleições de 2018, Jair Bolsonaro expressou a sua admiração por militares do período ditatorial. Durante a votação do *Impeachment* da então presidenta Dilma, em 2016, em sua fala o deputado federal homenageou Carlos Alberto Brilhante Ustra, coronel que chefiou o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), divisão de repressão e inteligência da ditadura, e foi o 1º militar do regime condenado pelo crime de tortura – que Bolsonaro considera um “herói nacional” (Barba; Wentzel, 2016; Veja, 2019).

Como presidente, Bolsonaro e seus apoiadores tomaram diversas investidas com o intuito de relativizar e ressignificar o período da ditadura militar. Em seu primeiro ano de mandato foram tomadas medidas para homenagear o dia 31 de março de 1964, além do governo negar a existência de um golpe e da ditadura (Mazui, 2019). De acordo com Maia (2023, p. 19), o discurso utilizado para defender a ditadura gira em torno de quatro afirmações:

As demonstrações de negacionismo acerca da ditadura estão assentadas geralmente em quatro afirmações: O golpe teria sido uma contrarrevolução diante de uma suposta ameaça comunista; as possíveis violações de direitos humanos foram resultados de excessos individuais de agentes públicos mal treinados, e não de uma política deliberada do Estado; a ditadura não foi uma ditadura, pois havia um aparato legislativo e jurídico em funcionamento; a ditadura foi um período de prosperidade e segurança, muito em função de uma memória sobre o crescimento econômico do governo Médici. Todas essas negações já foram amplamente desconstruídas pelos historiadores dedicados ao período.

Embora o Brasil tenha se redemocratizado, até hoje existem pendências em relação aos crimes cometidos na ditadura. Diferente do Brasil, a Argentina passou por enfrentamento do passado, processo que ocorreu em 1985 e ficou conhecido como “Julgamento da Juntas”, no qual os militares responsáveis pelos crimes da ditadura, que durou de 1976 até 1983, foram para o banco dos réus.

No Brasil o acerto de contas com os responsáveis pela ditadura militar foi bem mais brando. A transição do governo militar para o democrático não foi marcada pelo enfrentamento dos crimes cometidos, tendo os militares saindo de cena por meio das negociações com as elites civis da época (Teófilo, 2024, p. 2). Diferente da Argentina, não houve uma iniciativa mais contundente do estado no sentido de responsabilizar os militares e de buscar uma solução para as inúmeras vítimas que não foram amparadas pelo governo.

Em agosto de 1979 a Lei da Anistia foi aprovada, e segundo Teófilo (2024, p. 3) tratou-se de uma autoanistia baseada na retórica de que o processo que originou a anistia veio de um acordo bilateral e do esquecimento mútuo. Tanto os militantes de esquerda quanto os militares de direita teriam os seus atos esquecidos, algo que seria feito pensando no futuro da nação, no qual não haveria espaço para antigas disputas, como depreende-se das ideias de Filho (2002, p. 179):

Na visão unânime dos militares, uma vez derrotada, a esquerda esforçou-se por vencer, na batalha das letras, aquilo que perdeu no embate das armas. Tal atitude foi desde o início caracterizada pelo lado castrense como revanchista e inoportuna. Mas, em geral, o argumento que unifica a crítica militar às tentativas da esquerda de construir uma narrativa própria sobre os acontecimentos de 1968-1975 adquire um caráter um pouco mais formal. [...], qualquer esforço de trazer à lembrança o que efetivamente ocorreu na breve e brutal repressão aos grupos da esquerda brasileira (não apenas armada, vale registrar) representaria uma violação ao próprio princípio da Anistia. Conforme essa ótica, anistiar é zerar as contas e, portanto, esquecer.

Apesar da demora do estado em responsabilizar os crimes cometidos na ditadura, outros grupos e instituições foram criadas e tomaram a iniciativa de denunciar os atos de violência praticados pelos militares, bem como preservar documentos, arquivos e livros que

permitiram a transmissão da memória sobre aquele período. Entre 1978 e 1985, no âmbito da sociedade civil, surgiram três grupos que tiveram uma maior relevância: o Projeto Brasil Nunca Mais, o Comitê Brasileiro de Anistia e o Grupo Tortura Nunca Mais. Dentre as providências figuram análise de processos que tramitaram na justiça militar, denúncia de atos de violação contra os direitos humanos, formação de pesquisas, relatórios e dossiês sobre vítimas da ditadura, buscando os paradeiros de mortos e desaparecidos. Hoje a documentação produzida por esses e outros grupos estão de posse do Arquivo Edgar Leuenroth<sup>13</sup> da Unicamp (Santos, 2021, p. 291-292).

Anos após a redemocratização do país, em 1995, o governo de Fernando Henrique Cardoso promulgou a Lei dos Mortos e Desaparecidos (Lei 9.140/1995), em que foi reconhecida a responsabilidade do Estado pelo desaparecimento dos presos políticos. Outras medidas da época incluíram a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). De acordo com Santos (2021, p. 293), a comissão não teve o poder de julgar os militares que violaram direitos humanos, o que dificultou a investigação mais incisiva sobre os crimes.

Durante os dois governos petistas, de 2003 a 2016, novas medidas foram tomadas em relação aos acontecimentos da ditadura militar. Entre medidas progressistas e retrógradas sobre a preservação e disseminação da memória, a que mais se destacou foi a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que inicialmente teve caráter provisório e sem competência para encaminhar julgamentos e punições. Conforme Teófilo (2023, p. 14),

O momento mais decisivo na construção de uma memória oficial ocorreu durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Tratou-se não apenas do momento em que o Estado se empenhou mais na elaboração de uma narrativa oficial, mas o processo em si foi singular para a disputa de memórias sobre a ditadura de uma forma geral.

A CNV foi instaurada no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), a partir da Lei nº 12.528/2011 (Brasil, 2011), e enfrentou a oposição das forças armadas e dos setores conservadores. Apesar da pressão política e do pouco apoio administrativo oficial, a Comissão obteve apoio de mais de uma centena de comissões em estados, municípios, universidades, sindicatos e organizações estudantis e profissionais. De acordo com Buzalaf (2019, p. 6), apesar de não ter caráter punitivo vinculado às instâncias judiciais, ajudou a esclarecer as violências praticadas, principalmente, durante a ditadura civil-militar (1964-1985).

---

<sup>13</sup> Arquivo Edgar Leuenroth: <https://ael.ifch.unicamp.br>. Data de acesso: 22 jul. 2025.

Assim, o primeiro relatório do CNV denunciou nominalmente um grande número de torturadores, elucidou casos de violação, mortes e desaparecimentos de corpos. Em adição, houveram propostas para proibir eventos oficiais em comemoração à ditadura, medidas para abertura e divulgação de documentos sigilosos do período, preservação de locais históricos, instalação de um Museu de Memórias e alteração da denominação de logradouros, vias de transporte e instituições públicas, que levavam nomes de militares que participaram da ditadura (Santos, 2021, p. 295).

Nem todas as proposições da Comissão foram realizadas e os povos originários, que também foram vítimas da ditadura, não foram contemplados nas iniciativas de reparação. De todo modo, em 2016, dois anos após a divulgação dos relatórios do CNV, a presidenta Dilma Rousseff passou por um processo de *Impeachment*, sendo retirada do cargo. Com o breve governo de Michel Temer e a chegada de Jair Bolsonaro à cadeira da presidência, diversas mudanças foram feitas em ministérios e secretarias relacionadas aos direitos humanos, de modo que muitas propostas do CNV foram vetadas. (Santos, 2021, p. 295).

O processo de construção de uma memória oficial da ditadura militar no Brasil passou por um processo conciliatório que pouco responsabilizou os envolvidos nos crimes e quando o fez, foi depois de um longo período. Com o avanço do conservadorismo, a ditadura foi uma das pautas amplamente defendidas, conquistando muitos apoiadores com base em um discurso que evoca a noção de um período em que os militares defendiam o bem estar social, combatendo e prendendo apenas militantes comunistas, defendendo a moral, combatendo a corrupção e se baseando no mantra “Deus, Pátria e família”, lema que passou a ser repetido por diversos grupos políticos conservadores.

É importante ressaltar que o apagamento e revisionismo são elementos que estão enraizados na conduta militar durante a ditadura. Por meio de censura de informações sobre índices econômicos e denúncias de corrupção, além das “versões oficiais” de crimes cometidos pelas forças armadas, a Ditadura Militar contribuiu para construir representações sobre o período que influencia diversos setores da sociedade (Bauer, 2018, p. 197).

Foi apenas durante o processo de transição política que a sociedade passou a ter conhecimento sobre o que ocorreu na ditadura, muito em virtude de entrevistas, investigações, matérias jornalísticas e publicações de livros com as memórias de ex-presos e perseguidos políticos. Aos poucos esses relatos foram sendo disseminados e foi-se iniciando, conforme explica Bauer (2018, p. 200), a “guerra de memórias”, visto que a versão hegemônica sobre a ditadura, divulgada pelos próprios organizadores do regime, era diferente do que estava sendo relatado pelas vítimas.

Diversos livros foram escritos sobre a ditadura militar, tanto do lado dos que denunciavam os crimes do período, quanto de membros das forças armadas. Ao longo dos anos 1980 várias versões negacionistas foram publicadas. Obras como “Brasil: nunca mais”, de 1985 e “Brasil: Sempre”, de 1986, defendiam que a violação de direitos humanos eram práticas institucionais da ditadura (Bauer, 2018, p. 200). Civis militares também tomaram parte nesse processo, e Carlos Alberto Brilhante Ustra escreveu “A verdade sufocada”, relativizando torturas cometidas contra prisioneiros políticos. Armando Falcão, ministro da justiça durante a ditadura, lançou em 1989 o livro “Tudo a declarar”. Obras como estas servem de base para o discurso negacionista atual sobre a ditadura.

Até os anos 1990, essas publicações eram restritas ao círculo de militares (Gallindo; Pureza, 2024, p. 46), e foi apenas na virada dos anos 2000 que houve uma aceleração da produção, disseminação e aceitação das versões negacionistas do período militar. Os vários fatores já citados ao longo dessa seção foram criando o ambiente propício para isso e simultaneamente, a internet e as mídias digitais tornaram-se um espaço privilegiado para a produção de conteúdo negacionista, potencializando a desinformação em relação ao período da ditadura militar e suas consequências para o Brasil.

Aliado a isso, a falta de equipamentos culturais que se preocupam com a preservação da memória do período ditatorial e o processo conciliatório de anistia que se deu após a redemocratização, de certa forma, deixou um vácuo no que em anos recentes passou a ser ocupado pelo negacionismo histórico em âmbito digital. Considerando ainda os aspectos relacionados à lógica de operação das redes, por meio de algoritmos e da constante exposição dos usuários às informações negacionistas, criando-se um cenário que culminou em uma tentativa de golpe de 08 de janeiro de 2023.

#### 4 CONTEXTOS DA MÍDIA EM TEMPOS DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

*Smartphones, Streaming, Youtube, TikTok, Spotify, podcast*, são apenas alguns dos exemplos dos diversos formatos e dispositivos de mídia que se popularizaram nos últimos 10 anos. O avanço tecnológico trouxe uma ampliação da produção de conteúdo, e o que antes exigia uma grande estrutura de equipamentos de gravação, edição, sonorização e pessoas qualificadas, agora pode ser feito por qualquer pessoa com um *smartphone* e disposição para produzir conteúdo. Oliveira; Silva; Figueira Filho (2022, p. 99) acrescentam que

Os dispositivos digitais como computadores pessoais, máquinas fotográficas, notebooks, tablets e, principalmente, smartphones colocaram à disposição de muitas pessoas a capacidade de gravar, editar e distribuir conteúdos audiovisuais, em uma variedade de formatos e linguagens. As capacidades das tecnologias digitais e as formas como elas têm sido construídas e utilizadas acabaram diminuindo as barreiras à participação de mais pessoas na produção de conteúdos audiovisuais

Essa facilidade abriu um novo mercado que descentralizou a produção de conteúdo audiovisual dos grandes conglomerados de comunicação. Hoje, diversos perfis em redes sociais são de influenciadores e produtores de conteúdo digital que em sua grande maioria publicam vídeos longos, curtos, imagens, e textos, dependendo do tipo de plataforma na qual atuam ou até mesmo, como é comum, atuando em várias mídias sociais concomitantemente. Um produtor de conteúdo no *Youtube*, por exemplo, pode ter um perfil no Instagram e compartilhar sempre que publicar um vídeo ou compartilhar trechos mais interessantes para atrair espectadores para seu canal. Naturalmente há uma diversidade e quantidade de conteúdo e produtores muito maior nas redes do que nas mídias mais tradicionais.

Ser amador não é impedimento para produzir conteúdo. Diferente das mídias tradicionais, começar a produzir conteúdo não exige grande *expertise*, podendo até mesmo ganhar relevância em termos de público e posteriormente profissionalizar a produção. Nos tempos atuais a produção de conteúdo audiovisual é direcionada principalmente para o *Youtube*, uma plataforma bastante popular no Brasil (Burgess; Green, 2009; Coelho; Oliveira, 2011; Meili, 2011), com canais que publicam vídeos de forma simples, com pouca edição, apenas o produtor falando para câmera, até publicações de vídeos longos, com edição, sonorização, uso de câmeras profissionais, roteiro e demais elementos que compõem esse tipo de produção.

As mídias audiovisuais, com origem no século XIX, são associadas fortemente à figura dos irmãos Lumière, que em 1895 criaram o cinematógrafo, um aparelho que permitia



a captura e projeção de imagens em movimento. Dava-se início aí o processo que iria culminar na criação do cinema como se conhece hoje. As mídias audiovisuais como programas de televisão, séries, animações, podcasts, jogos, são amplamente difundidas pelas massas como forma de entretenimento. Entretanto, cabe ressaltar que nem sempre foi esse o caso. O audiovisual começa a surgir apenas no século XIX, possibilitado pelo avanço tecnológico, e mesmo outras formas de entretenimento só se popularizaram alguns séculos atrás.

Duarte (2014, p. 13) explica que durante o Feudalismo e ainda após o seu fim, a distinção entre tempo de produção e de lazer era regido por um componente de classes. Aquelas que eram dedicadas a servir – e mesmo a burguesia da época – realizavam um trabalho produtivo diário, enquanto a classe aristocrática usufruía de atividades prazerosas. Já após a transição para um período capitalista, o trabalho assalariado gerou a ideia de que as atividades realizadas para a subsistência própria e a de familiares, deveria permitir que o trabalhador desfrutasse de tempo livre para ele mesmo. As produções em fábricas também reforçaram a diferenciação entre período de trabalho e período de lazer.

Conforme a ideia de ter mais tempo livre foi se generalizando pela classe trabalhadora de países industrializados, surgiu a necessidade de meios de entretenimento de massa. Assim, *Music halls* começaram a surgir na Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos do século XIX. Nesses espaços o proletariado comia, bebia, dançava, e assistia a shows musicais e apresentações circenses (Duarte, 2014, p. 16). Diante disso, começou-se a visualizar um promissor ramo de negócios no entretenimento popular, que incluía a publicação de folhetins vendidos por um preço baixo e com histórias serializadas.

A virada que expandiu os meios de entretenimento foi o avanço tecnológico da virada do século XIX para o século XX. Nesse período, começa a surgir o cinema, gravações sonoras e transmissão via rádio. De acordo com Duarte (2014, p. 19), a primeira transmissão de rádio ocorreu na véspera de natal de 1906. Essa tecnologia de radiodifusão ficou restrita às forças armadas durante a Primeira Guerra Mundial, sendo difundida apenas a partir da década de 1920 para receptores privados, e somente na década de 1930 que a produção em massa tornou os receptores de rádio acessíveis para a população, se constituindo como um meio comum da cultura de massas com a transmissão de música popular pelas recém-estabelecida indústria fonográfica. “Em tempos calmos, o rádio trouxe mais barulho para o mundo, inclusive música ambiente, não apreciada por pessoas que sentem que a música deve ser ouvida com atenção” (Briggs; Burke, 2006, p. 168).

O cinema começa a surgir em paralelo ao rádio, mas apelando para um modo de entretenimento coletivo. Isso e a rápida proliferação dos aparelhos cinematográficos, multiplicou os estabelecimentos voltados para exibição de filmes nas principais cidades industrializadas da Europa e de forma similar nas grandes cidades da América do Norte. No que tange à cultura de massas, Duarte (2014, p. 21) explica que a concentração do cinema nessas regiões se deu porque, diferente dos espetáculos populares, a quantidade de capital necessário para garantir a qualidade de uma sala de cinema era muito alta. Mesmo os Estados Unidos que iria se consagrar como uma potência na produção cinematográfica, na primeira década do século XX ainda precisava importar títulos europeus.

Todavia, seria na década de 1920 que iria surgir o grande centro do cinema estadunidense. Ainda no início da década anterior, diversos estúdios haviam se estabelecido em Nova York, Chicago e Filadélfia, cuja produções eram voltadas para a “classe trabalhadora urbana, composta principalmente de imigrantes das mais diversas origens, com um conteúdo quase sempre moralista e potencialmente ‘disciplinador’ das massas” (Duarte, 2014, p. 22). Com incentivos estatais da Califórnia, muitos estúdios passaram a se mover para a costa oeste dos Estados Unidos:

Em 1920, todas as principais empresas de entretenimento fundadas por imigrantes judeus (as *big eight*: Universal, Paramount, Warner, Columbia, 20th Century-Fox, Metro-Goldwyn-Mayer, United Artists e RKO) tinham construído gigantescos estúdios na pequena localidade, que ficaria depois famosos como a meca da produção cinematográfica: Hollywood (Duarte, 2014, p. 23).

Com a Europa servindo de palco para os principais conflitos da Segunda Guerra Mundial, países como a França, que estava completamente arrasada após a ocupação Nazista e a Alemanha, que havia perdido a guerra, tiveram uma pausa forçada em suas produções cinematográficas, assim a emergente indústria do cinema nos Estados Unidos, ganhou cada vez mais força e conseguiu se expandir cada vez mais pelo continente americano e europeu, tendo como rival apenas o cinema soviético. O fato é que Hollywood se tornou um gigante do entretenimento audiovisual, se popularizando mundialmente, e tendo relevância até hoje.

Apesar de o Brasil receber bastante influência da cultura norte-americana, exportada pelos filmes que ocupam a maioria das salas de cinema nacionais, a indústria audiovisual do país ganhou força no meio televisivo, com grandes conglomerados de mídia produzindo conteúdo de entretenimento como novelas, programas educativos, humorísticos, esportivos, educacionais/informativos e telejornais.

O rádio e a televisão eram os meios midiáticos mais presentes na sociedade brasileira e não é possível falar de um sem mencionar o outro, tendo o primeiro estabelecido as bases para a consolidação do segundo (Leal, 2009, p. 2). De acordo com Jambeiro (2002, p. 44), os meios de comunicação de massa brasileiro são predominantemente controlados por interesses privados. A venda de tempo de transmissão para anúncios é o que dá a sustentação financeira para emissoras, entretanto, jamais se distanciou completamente do governo, mesmo que recebendo favores de forma indireta.

Na década de 1920 as primeiras transmissões de rádio eram feitas de forma amadora, por clubes experimentais e associações culturais, cujo conteúdo disseminado era principalmente transmissões eventuais de músicas, notícias e anúncios de utilidade pública. Foi só a partir de 1923 que surgiram as primeiras emissoras brasileiras, sendo a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a primeira a ter transmissões regulares no país (Jambeiro, 2002, p. 45; Leal, 2009, p. 3). Em 1930, o Brasil já contava com 19 emissoras funcionando regularmente, em 1938 já eram 41, operando com a venda de anúncios e tendo como principal audiência para seus programas de literatura, ciência e músicas clássicas, a alta sociedade brasileira, artistas e intelectuais, pois ainda era a classe que conseguia adquirir um aparelho de rádio.

A radiodifusão aliada com a rápida industrialização do centro sul brasileiro permitiu que a audiência começasse a se diversificar, assim, novos programas foram introduzidos pelas emissoras, geralmente com foco em entretenimento, variedades e comédia. Com essa constante expansão, foram feitos decretos declarando que

[...] o espectro eletromagnético era um privilégio do Estado, que poderia utilizá-lo diretamente para o bem público. Diziam também que o poder executivo poderia fazer concessões de canais, por tempo determinado, para companhias privadas que quisessem estabelecer emissoras comerciais (Jambeiro, 2002, p. 45).

Essa regulação estatal provocou a fundação da Associação Brasileira de Rádio, em 1933. Ainda no início da década de 1930, o modelo brasileiro de concessão nasceu com a revolução brasileira, que tomou a decisão de adotar o modelo internacional chamado *trusteeship model*, que permitia a gestão do espectro eletromagnético pelo estado e permitindo a exploração comercial, por um determinado tempo e sob condições específicas (Jambeiro, 2002, p. 46; Leal, 2009, p. 2).

Assim, a expansão dessas atividades econômicas durante toda a década, provocou um grande crescimento da inserção de publicidade nos meios de comunicação de massa, além de

uma variedade maior do tipo de conteúdo que era veiculado. O rádio se tornou um competidor relevante pelas verbas publicitárias disponíveis no mercado, para jornais e revistas. Nesse processo, em 1938 surge o primeiro e maior conglomerado brasileiro de veículos de comunicação de massas, chamado de “Emissoras e Diários Associados”, fundado pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand (Jambeiro, 2002, p. 47).

Na década de 1950, o rádio já estava completamente consolidado no padrão industrial, a qual se integrou a televisão. Sob o domínio do sistema empresarial, tinha como objetivo melhorar o comércio de bens e serviços, divertir e emocionar o público consumidor. A televisão tinha iniciado no Rio de Janeiro e em São Paulo, os centros mais desenvolvidos do país, e que continuam sendo o foco da produção de conteúdo para a mídia televisiva (Ramos; Haje, 2011, p. 15).

Foi em São Paulo, no dia 18 de setembro de 1950, que ocorreu a primeira transmissão de imagens no Brasil pela TV Tupi-Difusora, emissora do conglomerado de Chateaubriand (Leal, 2009, p. 5). De acordo com Capparelli (1982, p. 20 *apud* Jambeiro, 2002, p. 49), “a TV Tupi-Difusora começou transmitindo imagens para apenas cerca de 500 aparelhos receptores na cidade de São Paulo, mas três meses depois havia já 2 mil aparelhos funcionando ali”. A segunda emissora foi inaugurada em 1951, também por Chateaubriand, contudo dessa vez na cidade do Rio de Janeiro. Essa novidade levou outros grupos radiodifusores a entrarem no mercado; destaca-se a Rádio Televisão Paulista que surgiu no mesmo ano e foi ativa até o meio da década de 1960 quando foi comprada pela TV Globo. Em seguida nasce a TV Record de São Paulo, em 1953 (Jambeiro, 2002, p. 49).

Uma característica do início da televisão brasileira é o uso da radiofonia com imagens. De acordo com Leal (2009, p. 5), a maioria dos primeiros profissionais da televisão tinha começado sua carreira no rádio. Esse movimento de importação influenciou no tipo de programação da televisão, em que houve uma adaptação de uma mídia para a outra, inclusive seguindo uma vertente muito popular hoje, o telejornalismo. Esse tipo de programação surgiu em 1952, sendo adaptada pela primeira vez na TV Tupi Rio a partir de um rádio-jornal. O “Repórter Esso”, foi um grande sucesso no telejornalismo brasileiro e teve sua existência encerrado em 31 de dezembro de 1970.

Em crescimento constante, a televisão brasileira só teve sua consolidação na década de 1960. Jambeiro (2002, p. 50) explica que:

Embora durante os anos 50 novas emissoras de televisão tenham sido instaladas em diversas regiões do país, não havia possibilidade de transmissão em rede entre elas. Excetuando-se filmes importados, os

programas eram mostrados ao vivo e produzidos localmente. A programação somente começou a ser nacionalmente integrada após o surgimento do vídeoteipe. A primeira vez em que isto aconteceu foi na inauguração de Brasília como capital do Brasil, em 21 de abril de 1960. Uma nova era começou então para a TV brasileira, com a adoção de processos industriais de produção de programas.

Corroborando com essa ideia, Mattos (2002, p. 87) e Leal (2009, p. 7) explicam que o vídeoteipe (VT) foi importante na consolidação da televisão e para estabelecer uma estratégia de programação, ampliar a audiência, conseguir mais anúncios publicitários e, conseqüentemente, um aumento nos lucros. Novelas e programas diários só foram possíveis em virtude do uso do VT, possibilitando uma programação horizontal e a criação do hábito de assistir televisão rotineiramente, e prendendo a atenção do telespectador, diferente do modelo anterior em que todo dia era transmitido um conteúdo diferente.

O uso do VT possibilitou que a televisão tivesse características diferentes do rádio até sua total cisão na década de 1960, com a divisão em duas indústrias autônomas. Essa consolidação veio acompanhada de várias iniciativas de regulamentação. Em 1962 o Congresso Nacional instituiu o Código Nacional de Telecomunicações e, em 1963 o Regulamento dos serviços de Radiodifusão, ambos normatizando a estrutura e funcionamento da indústria da TV (Jambeiro, 2002, p. 58; Leal, 2009, p. 7).

Outro marco na expansão da televisão no Brasil foi na ditadura militar. Leal (2009, p. 8) explica que durante esse período adotou-se uma postura de integração, segurança e desenvolvimento nacional, baseado na industrialização e crescimento econômico:

A ditadura militar contribuiu para o impulso no desenvolvimento da TV no Brasil, ao criar vários órgãos estatais que lidavam com a produção cultural, ao formular leis e decretos, ao congelar as taxas dos serviços de telecomunicação, ao dar isenção das taxas de importação para compra de equipamento, ao proporcionar uma construção de uma estrutura nacional de telecomunicações em redes e ao fazer uma política de crédito facilitado (Leal, 2009, p. 8).

Claro que o desenvolvimento dessa indústria contribuía para o papel de legitimação do governo militar e de suas propostas políticas, econômicas e culturais. A televisão representava um instrumento importante para disseminar a noção de segurança nacional e modernização da estrutura econômica e social do país (Jambeiro, 2002, p. 73). O Brasil tinha cerca de 2 milhões de aparelhos de TV em 1964, número que dobrou em 1969 e em 1974 já haviam cerca de 9 milhões de televisores nas residências. Esse crescimento foi impulsionado pelas políticas de incentivo e pela lei de compra a crédito (Jambeiro, 2002, p. 79). Essas políticas,

chamadas de “milagre econômico” brasileiro não foram benéficas para toda a população. Na verdade, elas apenas aumentaram a disparidade entre a população mais pobre e a rica.

Em 1965 é inaugurada a “TV Globo”, que hoje é a maior emissora do Brasil e uma das maiores do mundo. No entanto, sua liderança em muito se deve a um acordo feito com o grupo norte americano “Time-Life”, antes mesmo de sua estreia nas televisões brasileiras. “O acordo foi estabelecido como um contrato de assistência técnica porque a legislação brasileira proibia qualquer empresa estrangeira de participar na direção intelectual e administrativa de uma empresa licenciada para operar serviços de TV” (Jambeiro, 2002, p. 95). Com esse acordo, a “TV Globo” recebeu apoio técnico para garantir uma qualidade administrativa, financeira, orçamentária, contábil, novos programas e equipamentos melhores. A parceria só durou até 1968, mas garantiu que a emissora tivesse estrutura e qualificação para garantir a sua fatia do mercado, apostando em programas populares, voltados para as classes socioeconômicas mais baixas. Sobre isto, Mattos (2002, p. 96) destaca que

A consolidação da TV Globo como Rede Nacional começou em 1969, quando seus programas passaram a ser transmitidos simultaneamente em várias cidades através de microondas. Em 1971, a Rede Globo (...) planejou a publicidade e adaptou programas para diferentes gostos, adequando cada um deles aos resultados das pesquisas socioculturais. Em 1972, com o estabelecimento da televisão colorida no país, a Globo consolidou de vez sua liderança no mercado.

Desse ponto em diante a “TV Globo” se manteve como a principal emissora brasileira, ganhando até visibilidade internacional e sendo praticamente um sinônimo de audiovisual brasileiro. No entanto, esse mercado passou por mudanças nos últimos 15 anos, pois o crescente uso das redes sociais vem tirando cada vez mais o brasileiro da frente da televisão e levando-o para frente das telas de computador e *smartphones*. Aliado a isso, as novas plataformas de *streaming*, que hoje já são amplamente populares, representam mais um competidor para as emissoras de tv nacionais. O *Youtube* é um exemplo de plataforma em que a produção de conteúdo audiovisual é o foco e pode ser feita por qualquer pessoa. Cabe agora discutir a ascensão desse novo modelo de negócio e da descentralização da produção de conteúdo.

#### **4.1 Produção de conteúdo audiovisual para internet**

Schumpeter (1961, p. 108; 1997, p. 10) usa o conceito de destruição criadora para descrever o processo de inovações e mudanças na economia que leva à substituição de

modelos de negócios, indústrias e formas de organização antigas por novas. Assim, há um ciclo contínuo de inovações e busca por melhores estruturas econômicas que substituem as anteriores. A teoria de Schumpeter é evidente na introdução de novo modelo de produção de conteúdo audiovisual na internet. Diferente de meados do século XX, onde era necessário uma estrutura e organização massiva para que uma emissora tivesse sua programação diária sendo exibida nas televisões brasileiras, hoje, com um simples *smartphone*, uma pessoa dispõe de câmera, armazenamento em nuvem, aplicativos de edição e escrita para fazer uma produção audiovisual e publicar no *Youtube*.

Conforme explica Kiuchi, Silva e Gomes (2018, p. 2), esses produtores de conteúdo, popularmente chamado de *Youtubers*, ganharam destaque conforme a plataforma foi se popularizando e hoje exercem influência no grande público, especialmente na geração Z, considerados nativos digitais. No *Youtube* o modelo de comunicação é diferente daquele adotado por outras mídias audiovisuais, pois se trata de uma produção distribuída e aberta. Uma pessoa pode criar sua conta na plataforma e agir como um simples espectador do conteúdo que é publicado ou produzir o seu próprio, inclusive com a possibilidade de ganhos financeiros. O *Youtuber* tem a opção de monetizar o seu conteúdo por meio da plataforma, que divulga propagandas antes dos vídeos, ou por meio de acordos com empresas que querem divulgar seus produtos e marcas no conteúdo do vídeo (Budiono; Triyono, 2020, p. 345; Melo; Freitas, 2017 p. 5).

Em 2023 o Brasil era o terceiro país que mais consumia conteúdo no *Youtube* (Forbes Tech, 2023), portanto não é surpresa que muitas pessoas tenham encontrado nesta plataforma uma profissão como produtor de conteúdo audiovisual, influenciador e comunicador (Sammur; Silva; Cortez, 2018, p. 41). A versão beta do *Youtube* foi lançada em 2005 e em pouco tempo já estava viralizando<sup>14</sup>, sendo comprada pelo Google no ano seguinte. Hoje muitos canais brasileiros já atingem milhões de inscritos e de visualizações, abordando temáticas variadas, sendo bastante comum encontrar canais sobre entretenimento, tutoriais, eletrônicos, jogos, viagens, beleza, fitness, dia a dia e vlogs.

Os *Youtubers* têm extrapolado os limites da internet, além de criarem seus perfis em redes sociais, têm realizado trabalhos em meios de comunicação de massa tradicionais como rádio, cinema, televisão e teatro, aproveitando sua popularidade na internet e levando seus inscritos para vê-los em outras mídias (Leite, 2019, p. 70). Um dos primeiros casos foi a

---

<sup>14</sup> Viral é um termo que surgiu junto com o crescimento do número de usuários de blogs e redes sociais na internet. A palavra é utilizada para designar os conteúdos que acabam sendo divulgados por muitas pessoas e ganham repercussão (muitas vezes inesperada) na web (MATSUKI, 2012).

*Youtuber* Kéfera Buchmann, que ficou famosa por seu canal “5incominutos” cujo conteúdo gira em torno de vlogs, humor e entretenimento; ela foi protagonista do filme “É Fada” de 2016, que embora não tenha sido um sucesso de críticas, conseguiu arrecadar um valor significativo na bilheteria. A influenciadora também participou de produções cinematográficas como atriz/dubladora, rádio e teatro.

Outro exemplo é o *Youtuber* infantil Lucas Neto, com o canal “Lucas Toon” que hoje conta com mais de 52 milhões de inscritos e 32 bilhões de visualizações<sup>15</sup>. O influenciador foi protagonista de diversos filmes, sendo o primeiro deles lançado em 2018 sob o título “Lucas Neto Em: Perdidos na Noite de Natal”. Além disso, participou de peças de teatro e de programas de televisão.

Observa-se um processo inverso ao que aconteceu anteriormente, uma vez que os meios de comunicação tradicionais migravam para a internet, em virtude da crescente popularidade. No entanto, agora são os influenciadores, cuja carreira se constrói na internet por meio do *Youtube* e de outras redes sociais, que estão migrando para a mídia tradicional por meio da participação em programas de televisão, anúncios publicitários, filmes, estampando capas de revistas e publicando livros.

Sobre o processo de profissionalização de influenciadores, Ferreira, Grangeiro e Pereira (2019, p. 9) explicam que pode ser classificado em três fases:

A primeira fase já explicada aqui neste artigo destaca o início da internet, quando pessoas comuns realizam postagens por hobby. Na segunda fase, denominada profissionalização, é identificada a relevância deste influenciador e sua preocupação para realizar maior engajamento de seu público. Por fim, a terceira fase, identificada como aspiração, caracteriza-se por intenso planejamento e objetividade das pessoas em se tornarem parte deste meio. Nesta fase, encontram-se influenciadores que representam modelos a serem seguidos.

No início de sua carreira como influenciadores não há uma pretensão de se tornarem formadores de opinião, conquistando de imediato um público e relevância, seguindo muito mais as tendências e replicando o que já é produzido. Claro que isso não é uma regra, pois podem haver casos de *Youtubers* que iniciaram com um conteúdo de nicho, no qual não havia uma tendência de como produzir os vídeos, pois eram poucos os que abordavam aquela temática específica.

A título de exemplo, observado a partir do consumo de conteúdo particular do autor, observou-se que a maioria dos canais de Youtube sobre quadrinhos era voltado principalmente

---

<sup>15</sup> Dados obtidos no canal “Lucas Toon”, na data de 23 de junho de 2025.  
<https://www.youtube.com/@lucastoon>



para comentar notícias, indicar promoções, fazer resenhas e comentar o que estava tendo público no país. No entanto, desde o final de 2019, mas se popularizando bastante a partir de 2020, observou-se uma crescente tendência de canais que abordam histórias em quadrinhos, mas por meio de um arcabouço teórico, relacionando essa mídia com áreas principalmente da história, filosofia, arte e psicologia. Por ser uma abordagem diferente, percebe-se que havia de início uma autenticidade maior nesse tipo de canal, pois nem sempre as histórias abordadas nos vídeos eram aquelas que estavam sendo publicadas ou eram mais populares na época. Importante ressaltar que isso se trata apenas de uma percepção particular, carecendo de um olhar mais atento e utilizando métodos adequados em futuros estudos.

O segundo estágio da profissionalização de influenciadores já conta a seu favor o fato de conter suas características próprias, uma linguagem mais única e que dialoga com o público, fazendo-os ser amplamente conhecidos. Aqui o influenciador já se permite emitir sua própria opinião, não precisa mais depender tanto de conteúdos que seguem tendências e cria conteúdos mais autênticos. De acordo com Granja (2016) essas características só podem ser vivenciadas pelos influenciadores durante esse estágio, pois a partir do crescimento no público de um canal, empresas passam oferecer acordos para que o *Youtuber* anuncie sua marca no canal, o que em alguns casos pode inibir a autenticidade deste profissional e afetar o relacionamento com o público.

Diante disso, atingir o terceiro estágio pode ser um motivo de atenção para os influenciadores, pois as parcerias com grandes marcas podem fazer com que sua autenticidade seja perdida. Em casos recentes, diversos influenciadores foram alvos de críticas por divulgarem casas de apostas online (*bets*) em suas redes sociais, incentivando o vício em jogos de azar, algo que tem causado sérios danos financeiros para aqueles que jogam com recorrência. O alcance que esses influenciadores tem, permite que a divulgação de casas de apostas atinja uma grande quantidade de brasileiros, de modo que, segundo informações do Banco Central, a média brasileira de gastos por mês com *bets* fica entre 20 e 30 bilhões de reais. O Senado Federal aprovou o Projeto de Lei nº 2.985/2023, instituindo novas regras para a publicidade de casas de aposta online, proibindo a participação de “artistas, atletas, influenciadores, membros de comissões técnicas profissionais, comunicadores, autoridades ou qualquer pessoa física” (Monteiro, 2025; Meio e Mensagem, 2025; Sacchitiello, 2025).

Assim, seja de modo consciente ou não, de modo geral, os influenciadores acabam fazendo jus ao nome que recebem, pois agem como formadores de opinião, chegando a literalmente influenciar o seu público com base no conteúdo. De acordo com uma pesquisa feita por Kiuchi, Silva e Gomes (2018, p. 9), a grande maioria das pessoas se identifica com

as ideias dos *youtubers* que assistem, variando apenas de acordo com o assunto. Sobre a influência dos produtores de conteúdo houve uma variação maior, sendo influenciados por exemplo na compra de determinados produtos, mas quando se tratava de assuntos mais delicados, a concordância ou não, ia depender da forma como o assunto é abordado e em alguns casos os espectadores já tinham opinião própria formada.

Alguns canais que abordam questões políticas e sociais podem ser bastante influentes com o público. O conteúdo jornalístico e histórico tem ganhado notoriedade no *Youtube*, com produtores de conteúdo publicando vídeos comentando acontecimentos recentes e históricos do Brasil. Entretanto, por se tratarem de assuntos complexos, podem ocorrer muitos casos de misinformation ou desinformação. Não há uma obrigatoriedade para que o conteúdo produzido seja condizente com os fatos, nem que o *youtuber* faça uma pesquisa extensa para falar com mais propriedade sobre o assunto.

Diante disso, alguns canais de *youtube* se ocupam em utilizar esse espaço para disseminar e defender suas ideias em relação a questões políticas, ideológicas, sociais e históricas, e o fazem por meio do audiovisual, de modo que desenvolvem a construção de um imaginário coletivo que afeta a forma como as pessoas percebem a realidade e os fatos. Diante disso, é necessário abordar a produtora de conteúdo e canal de *Youtube* “Brasil Paralelo” e discutir sobre a sua atuação no cenário audiovisual e social do Brasil.

## 4.2 Brasil paralelo

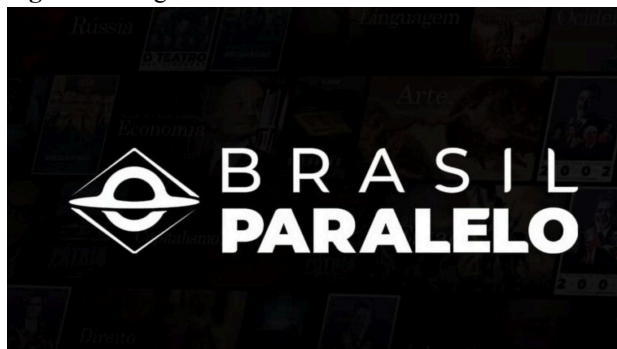
Em 2013 o Brasil enfrentava crises políticas e econômicas, dentre os quais destaca-se um marco, as Jornadas de Junho, manifestações populares que fizeram levante em protesto à falta de segurança, violência policial, baixa qualidade e aumento da tarifa dos transportes públicos, gastos com eventos esportivos (o Brasil iria sediar a Copa do Mundo no ano seguinte), bem como reivindicações trabalhistas e de classe. Toda essa instabilidade social gerou uma grande polarização nas eleições de 2014, na qual Dilma Rousseff foi reeleita, apesar da insatisfação de parte considerável da população com seu governo anterior (Firmino, 2020, p. 167).

Diante do contexto de grande insatisfação política da população com o resultado das eleições de 2014 e de uma nova visão política, e do *Impeachment* de Dilma Rousseff, a então presidente em 2016, um grupo de jovens empreendedores percebem que uma mobilização coletiva poderia gerar mudanças efetivas no cenário político. Conforme afirma Filipe Valerim, um dos sócios do “Brasil Paralelo” em entrevista (Boletim da Liberdade, 2018), esta teria

sido, portanto, a motivação para a criação da produtora de conteúdo, a partir da qual eles começam sua empreitada audiovisual com duas câmeras emprestadas, uma sala de seis metros quadrados e dinheiro também emprestado para custear viagens e aluguel (Boletim da Liberdade, 2018).

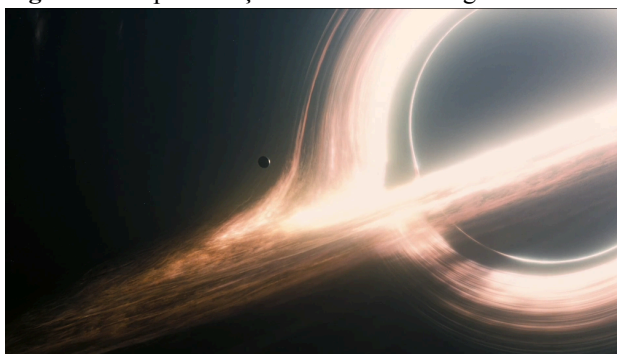
De acordo com Valerim, o nome da produtora passou por várias modificações, mas foi definido após uma associação com o filme “Interestelar” de 2014, dirigido por Christopher Nolan, em que o protagonista precisa buscar um planeta habitável para salvar a humanidade, e durante sua viagem para o espaço acaba chegando a uma dimensão paralela. “O *Brasil Paralelo* seria o buraco de minhoca que levaria as pessoas a uma realidade diferente daquelas das grandes mídias e, na perspectiva dos produtores, salvando-as” (Carvalho, 2018, p. 52). Abaixo segue um comparativo entre a atual logo do “Brasil Paralelo” e imagens de um buraco negro, objeto astronômico que leva o protagonista do filme para uma dimensão paralela (Figura 1; Figura 2).

**Figura 1** - Logo oficial do Brasil Paralelo



Fonte: Site oficial do Brasil Paralelo (2025)

**Figura 2** - Representação de um buraco negro no filme “Interestelar” (2014)



Fonte: Interstellar Wiki (2025)

Valerim comenta que os sócios pretendiam realizar entrevistas com professores, políticos, escritores, historiadores e filósofos que fossem contrários à política vigente e que pudessem explicar o processo que levou até a crise política extrema da época. Essas

entrevistas seriam, então, disponibilizadas na internet e seria cobrado um valor para quem quisesse assistir. Conforme conseguiam acesso a uma pessoa, isso facilitava o contato com a próxima.

As 86 entrevistas realizadas pelo “Brasil Paralelo” foram reunidas e editadas em formato de documentário, sendo lançados no canal de *Youtube*<sup>16</sup> da produtora. A série recebeu o título de “Congresso Brasil Paralelo” e conta com seis episódios que variam entre 26 min até pouco mais de 1h de duração. Notadamente, a série foi um sucesso de público; o primeiro capítulo “Panorama Brasil – um raio x inconveniente”, foi lançado em 14 de dezembro de 2016 e até a presente data (25 jun. 2025) já conta com mais de 5 milhões visualizações e mais de 2 mil comentários. Os demais episódios da série alcançaram menos sucesso em termos de visualizações, mas ainda foram bastante assistidos.

Apesar de Valerim indicar na entrevista que a produtora teve um começo mais comedido e com limitações financeiras, a quantidade de pessoas entrevistadas, bem como suas posições sociais e ocupação de cargos públicos, o que as tornaram pessoas de difícil acesso para um produtora iniciante, reforçam a tese de que o “Brasil Paralelo” possuía capital social e político para realizar o projeto (Paulo, 2020, p. 103; Carvalho, 2018, p. 53).

O “Brasil Paralelo” se apresenta como produtora independente e empresa com capital privado, sustentada pelo lucro das vendas de assinatura para conteúdos exclusivos, sendo inclusive contra grandes investidores, patrocinadores ou de incentivo estatal, pois isso poderia atrapalhar a autonomia e isenção do grupo (Borges, 2019, p. 153). Então, a produtora se mantém com a venda de cursos educacionais exclusivos e o apoio dos membros cadastrados. De acordo com Paulo (2020, p. 103), ainda em 2016, a produtora anunciou a venda de 68 palestras com diversas figuras ligadas à política brasileira. Dentre eles o autor destaca Mendonça Filho (antigo ministro da educação), Gilmar Mendes, Jair Bolsonaro e seus filhos, e Olavo de Carvalho. Os assinantes do “Brasil Paralelo” também podem participar de grupos fechados e debates com temas relacionados às séries.

As próximas produções do “Brasil Paralelo” seguiram o mesmo modelo de entrevistas editadas para formar um documentário. “Brasil: a última cruzada” foi o segundo lançamento da produtora, publicado em 2017 e contando com 5 capítulos. De acordo com Alcântara, Belmont e Fornazier (2021, p. 24), a série documental tem como objetivo “contar a história do Brasil nesta ótica revisionista. Os produtores do material alegam que a história ensinada em sala de aula é uma história que negligencia os reais fatos ocorridos no processo de formação

---

<sup>16</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=IFwpm7kjiWU>. Data de acesso em: 25 jun. 2025.

do atual território brasileiro.” Ao ser questionado sobre a escolha dos entrevistados, Valerim relata que:

Quanto à seleção do elenco de entrevistados, cada caso é um caso. Geralmente somos orientados pelo nível de especialidade e a capacidade de expressão dos entrevistados para abordar os temas que serão tratados no documentário. Três atributos que perseguimos na hora de selecionar entrevistados e produzir as séries são: Didática, storytelling e design. Acreditamos que esses três elementos são fundamentais para transmitir a mensagem com eficiência.

Sobre isso, Carvalho (2019, p. 54) levanta uma crítica em relação ao segundo documentário da produtora, que tem como objetivo narrar uma “nova historiografia”, mas teve apenas dois entrevistados com produções historiográficas relevantes, Jorge Caldeira e Alberto da Costa e Silva. Outros, com pesquisas acadêmicas em História, são Flavio Alencar e Valdirene Ambiel, bem como três professores do campo. Os demais entrevistados são jornalistas, escritores, economistas, cientistas políticos, professor de sociologia e filosofia e até mesmo yoga. Para citar apenas algumas das personalidades que contribuíram para o documentário, constam os integrantes do Instituto Mises e da família real, Olavo de Carvalho, Luiz Felipe Pondé, Leandro Narloch, Rodrigo Constantino, dentre outros que estão associados ao pensamento conservador e liberal.

Essa seleção de profissionais não seria suficiente para suplantiar a historiografia vigente com uma nova, uma vez que segundo Carvalho (2018, p. 54)

Para propor uma nova historiografia, seria esperada uma abordagem de pesquisa científica realizada com especialistas e pesquisadores da área, que pudesse contradizer a vigente, eventualmente pautada por especialistas de outras áreas do conhecimento que contribuíssem no desenvolvimento da pesquisa, como economistas e cientistas políticos.

Apesar das críticas feitas à “Última Cruzada”, isso não impediu a produtora de tentar alavancar o documentário e levá-lo para além da internet. Em 2019 o “Brasil Paralelo” lançou um financiamento coletivo para transformar a série documental em um filme. Para atingir o objetivo, era necessário reunir o valor de 2 milhões de reais, cuja meta final era a finalização do projeto audiovisual e a distribuição de assinaturas para exibição em escolas brasileiras. O financiamento alcançou cerca de R\$400 mil, um valor que seria o suficiente para produção do filme, mas não para sua implementação em escolas. No entanto, em dezembro do mesmo ano, a TV Escola, canal do Ministério da educação, fechou contrato com a produtora e garantiu a distribuição do filme (Paulo, 2020, p. 104).

Algumas das produções seguintes a do “Brasil Paralelo” foram lançadas nos anos seguintes: “O Teatro das Tesouras”, “O dia depois da eleição” e “Era Vargas: o crepúsculo de um ídolo”, lançados em 2018. Os dois primeiros abordam as eleições presidenciais após o processo de redemocratização e o fim da ditadura militar no Brasil; o segundo, no entanto, tem um foco nos impactos mercadológicos e econômicos da política brasileira, enquanto o terceiro trata da figura de Getúlio Vargas e o contexto político da época em que governou o Brasil.

Vale destacar que a produção seguinte do “Brasil Paralelo”, lançado em 2019, foi o documentário “1964: o Brasil entre armas e livros”, disponível no *Youtube*, considerado um dos vídeos mais assistido do canal. Parte desse sucesso deve estar relacionado à tentativa de lançamento nos cinemas, quando, após um acordo com a rede Cinemark, o “Brasil Paralelo” fez uma pré-estreia do documentário em algumas salas de cinema nas cidades de São Paulo, Recife, Brasília, Curitiba e Belo Horizonte. No entanto, isso gerou críticas nas redes sociais, inclusive com alguns perfis levantando a *hashtag* “#BoicoteCinemark”. Diante da má repercussão do caso, a rede de cinema decidiu cancelar as próximas exhibições e enviou um comunicado à imprensa alegando que não queria se envolver em questões político-partidárias e que não tinha conhecimento prévio da temática do documentário (Correio Braziliense, 2019).

Rocha (2020; 2021) explica que esse documentário entende que a história brasileira só se torna inteligível quando inserida no contexto internacional e por meio dessa moldura há subsídio para explicações de processos complexos por meio de teorias conspiratórias e negacionistas. Assim, para compreender o golpe de 1964, o documentário retorna para a formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o contexto da Guerra Fria.

“Brasil pátria educadora” é outra série documental lançada em 2020 e que foi amplamente divulgada. Na época dos anúncios, no *Facebook* principalmente, o alcance era ousado e aparentava um custo alto, pois o filtro da publicidade incluía pessoas com mais de 18 anos localizadas no Brasil e que tinham demonstrado interesse em educação. De acordo com Paulo (2020, p. 104), esse tipo de anúncio pode custar cerca de 50 mil dólares por semana, variando de acordo com o anunciante. Aparentemente houve uma ampla divulgação desse documentário, exigindo uma verba muito maior do que uma produtora que se sustentava por meio de assinantes, poderia arcar.

Sobre a série em si, ela se propõe a fazer a maior denúncia contra a educação brasileira. Ao longo dos três episódios constrói-se uma história alternativa da educação no ocidente, marcada pela progressiva decadência dos valores pedagógicos tradicionais e bons

costumes escolares (Felinto, 2023, p. 4). A narrativa conduz o espectador através de uma crítica ao atual modelo de educação brasileiro, as ideias pedagógicas de Paulo Freire, o ensino público compulsório e defendendo ideias de *homeschooling* (Felinto, 2023, p. 8; Paulo, 2020, p. 105).

O “Brasil Paralelo” seguiu produzindo novas séries documentais, e em 2020 lançou “7 Denúncias: As Consequências do Caso Covid-19”, “Os Donos da Verdade”, “*O Fim das Nações*”, “Os 11 Supremos”, “*As Grandes Minorias*” e “*Especial de Natal 2020*”. Em 2021 foram lançados outros títulos: “*A Queda Argentina*”, “*A Primeira Arte*”, “*Cortina de Fumaça*”. Destes, apenas os dois primeiros e “Os 11 Supremos”, não se encontram disponíveis no canal de *Youtube* do BP, estando acessível apenas para os assinantes, no site da produtora.

Convém destacar alguns dos demais serviços oferecidos pelo BP, que embora tenha sua produção original, também oferece serviços de *streaming*, cursos, podcast e ebooks. Na página inicial do site da produtora<sup>17</sup> já é possível encontrar alguns artigos sobre atualidades, filmes, política, arte, história, e biografias. Também há a possibilidade de assinar uma *newsletter* com as principais notícias da semana.

Na página de assinantes, o BP oferece duas modalidades de assinatura, uma vitalícia e a outra anual. A primeira delas disponibiliza três planos, o “Originais”, que dá acesso a todos os originais do “Brasil Paralelo”, pelo valor padrão de R\$ 1.800,00. O plano “Cinema” oferece o mesmo conteúdo que o anterior, mas com o adicional de filmes e séries na plataforma de *streaming* da produtora, análises e comentários, e um catálogo infantil seguro, pelo preço padrão de R\$ 3.420,00. O último plano, “Premium”, oferece o mesmo que os anteriores e inclui um núcleo de formação, cursos e formação exclusiva, material complementar e trilhas de aprendizado, pelo valor de R\$ 11.700,00.

Em relação aos cursos de formação oferecidos, o site indica que são mais de 90 formações que irão “expandir o seu conhecimento e fortalecer a sua vida intelectual”. Nesse Núcleo de Formação do BP as temáticas dos cursos giram em torno da Filosofia, Psicologia, História, Ciência Política, Bioética, Economia, Educação e Arte. Especialistas desses campos são convidados para ministrar esses cursos (Redação Brasil Paralelo, 2025).

Além do conteúdo pago, o site “Brasil Paralelo” oferece de forma gratuita E-books, notícias, artigos e em seu canal no *Youtube* continua a publicar vídeos de forma recorrente, debatendo notícias que envolvem política nacional e internacional, história e atualidades.

---

<sup>17</sup> <https://www.brasilparalelo.com.br/>

Embora se considere uma produtora apartidária e que busca apenas a verdade (Brasil Paralelo, 2024), o “Brasil Paralelo” apresenta um discurso mais inclinado para a direita e liberal, inclusive seguindo a cartilha epistemológica de Olavo de Carvalho com suas visões intelectuais alternativas (Firmino, 2020), criticando o “marxismo cultural”, a esquerda, os movimentos de inclusão, o meio acadêmico e a educação brasileira. Além disso, ao longo de sua trajetória foi alvo de críticas de pesquisadores e professores, principalmente do campo da História, da Comunicação e da Educação (Paulo, 2020; Felinto, 2023; Finger, 2021; Alcântara; Belmont; Fornazier, 2021). A própria escolha de figuras políticas ligadas à direita já deixa clara a tendência ideológica da produtora. É nesse sentido que se propõe uma análise aprofundada do conteúdo do “Brasil Paralelo”, buscando identificar se realmente há uma prática de revisionismo histórico, utilizando métodos de desinformação, para criar uma versão “paralela” dos fatos.



## 5 METODOLOGIA

Com o intuito de atingir os objetivos propostos, esta seção se dedica ao detalhamento dos procedimentos metodológicos julgados adequados para responder as indagações e inquietações que deram início a este estudo.

Uma vez que a ciência se propõe a desvendar e entender fenômenos do mundo, dentro do contexto da Ciência da Informação e de sua atual abordagem epistemológica, é possível encontrar aproximação com temas de cunho social para buscar entender os fenômenos relacionados aos sujeitos, seus contextos, comportamentos e ao modo como a informação se apresenta nesses cenários.

Foi proposto para essa dissertação o estudo do fenômeno da desinformação, mas uma temática tão extensa exige que seja feita uma delimitação, uma vez que não é possível tratar do assunto de maneira completa em uma única pesquisa. Isto porque, segundo (Köche, 2011, p. 107),

Ao delimitar o problema de pesquisa, o investigador propõe, através da sua imaginação e dos conhecimentos de que dispõe, uma possível ordem na relação entre os fatos. Por isso, a delimitação do problema é resultado de um trabalho mental, de construção teórica, com o objetivo de estruturar as peças soltas do quebra-cabeças, procurando entender a malha de relações de interdependência que há entre os fatos. A busca dessa inter-relação é desencadeada pelo problema de investigação.

Partindo dessa noção, esta pesquisa buscou analisar e interpretar as dinâmicas complexas da desinformação no âmbito digital, com um foco na produção de conteúdo midiático em plataformas de vídeo, haja vista que há uma facilidade de engajar nesse tipo de atividade, com cada vez mais pessoas criando carreiras como influenciadores digitais e *Youtubers*. Nesse sentido, a pesquisa voltou seu olhar para questões sociais e políticas que giram em torno da disseminação de desinformação através da produção de vídeos para o *Youtube*, e para tal fim, optou por analisar essa questão a partir das atividades do “Brasil Paralelo”, especificamente em seu documentário “1964: o Brasil entre armas e livros”, lançado em 2019.

Na subseção seguinte são apresentados, de forma mais detalhada, os procedimentos metodológicos aplicados no estudo, a saber: a natureza, a abordagem, as técnicas para levantamento de material bibliográfico, coleta de dados e análise, tendo sempre em mente a pergunta de partida: Como a produção de conteúdo audiovisual do “Brasil Paralelo” utiliza

práticas de desinformação para construir uma narrativa alternativa sobre fatos históricos do Brasil, em particular no documentário "1964: O Brasil entre Armas e Livros"?

## 5.1 Caracterização da pesquisa

Partindo do objeto e do contexto, foi seguro caracterizar esse estudo como de natureza aplicada, uma vez que a proposta aqui não é a criação de uma nova teoria ou de conhecimentos inéditos, mas sim a de aplicar conceitos já definidos em um novo contexto, abordando uma temática amplamente estudada em diversas áreas e desenvolvendo novas compreensões sobre o fenômeno. A título de explicação, a pesquisa básica consiste em um estudo que não pensa na aplicabilidade, mas na busca por novos conhecimentos, mesmo que não gerem resultados imediatos ou respostas concretas (Bush, 1945; Calvert, 2006; Pielke, 2012). Dessa forma, a pesquisa básica fornece o alicerce para uma pesquisa aplicada, assim, este segundo tipo, tem como principal característica, traçar um objetivo, propor uma aplicabilidade de conceitos e a resolução de problemas práticos, em resumo, busca algo concreto (Stokes, 2005; Riazuddin, 2007).

Levando em consideração o objeto de estudo, esta pesquisa se encaixa no método fenomenológico, associado a Edmund Husserl (1859-1938), que constitui um amplo movimento científico e espiritual que influenciou a filosofia do século XX (Lima, 2014). No entendimento de Husserl, “o fenômeno é consciência enquanto fluxo temporal de vivências, apresentando intencionalidade enquanto estrutura, ou seja, consciência de algo. A fenomenologia procura examinar a experiência humana de forma rigorosa, como uma ciência descritiva” (Lima, 2014, p. 12). No âmbito da Ciência da informação, Duarte; Caldin (2019, p. 333) apontam que a fenomenologia

é apresentada como método válido a ser utilizado na CI para representar o entendimento individual e humano de como é possível perceber e compreender o mundo, estabelecer ligações entre a realidade pessoal e a realidade social, enfim, fugir dos métodos convencionais que prezam apenas a objetividade e esquecem de que o ser humano é passional e a parcialidade se manifesta desde a escolha do tema de pesquisa.

Assim, construir uma pesquisa aplicando as bases teóricas e epistemológicas do método fenomenológico implica em observar como um fenômeno, no caso a desinformação, ocorre e impacta na sociedade, buscando uma compreensão maior de sua complexidade.

Conforme o objetivo de estudar a disseminação de desinformação por meio de conteúdo audiovisual produzido em meio virtual, bem como analisar o discurso empregado

por meios verbais, textuais, sonoras e imagéticas, o presente estudo se encaixa dentro de uma abordagem qualitativa, característica comum das Ciências Sociais. Tal abordagem se propõe a estudar aspectos da realidade que estão abertos à interpretação, ou seja, significados, crenças, valores, motivações (Minayo, 2002), que são alguns dos objetos para os quais pesquisas qualitativas direcionam seus esforços, se distanciando de uma perspectiva positivista no campo das Ciências Sociais. O surgimento deste campo no século XIX trouxe preocupações quanto a neutralidades dos pesquisadores no tocante a questões éticas e políticas; no entanto, Pires (2008, p. 44) destaca que:

[...] o mais importante não é envolver-se com um conhecimento neutro da realidade objetiva, mas, ao contrário, produzir um conhecimento, certamente útil, mas explicitamente orientado projeto ético visando à solidariedade, à harmonia e à criatividade. O “viés” era um problema; agora, sob a condição de ser eticamente bem orientado, ele é o que conta para a ciência.

A partir de uma reflexão como esta, é preciso considerar que o campo das Ciências Sociais, área em que está inserida a CI, não possui uma unanimidade ou coerência, mas sim uma disputa de ideias e de interpretações. Diante disso, destaca-se que por se tratar de um estudo que aborda questões ideológicas, políticas e sociais, o viés é um elemento que deve ser levado em consideração durante a escrita do texto. Apesar de terem sido tomados todos os cuidados para evitar ao máximo qualquer interferência pessoal ao longo do desenvolvimento da pesquisa, é necessário esclarecer que isso não pode ser feito em sua completude. O distanciamento deve ser buscado, mas entende-se que não é possível alcançar uma neutralidade total.

Embora a desinformação seja um fenômeno amplamente estudado em diversas áreas do conhecimento, ainda há muito que se desenvolver sobre essa temática, principalmente por se tratar de um assunto que tem se modificado bastante, haja vista que vai se moldando conforme novas tecnologias vão sendo desenvolvidas (Inteligência artificial, por exemplo), bem como mudanças no âmbito político e social.

Em se tratando de um estudo com abordagem qualitativa que visa trabalhar de forma ampla a temática da desinformação, a pesquisa possui cunho exploratório, pois tem-se como objetivo “[...] compreender e explorar um fenômeno ou questão de interesse tendo como objetivo familiarizar-se com um assunto pouco conhecido ou pouco explorado. Ao final, o pesquisador precisa estar apto a construir hipóteses” (Lösch; Rambo; Ferreira, 2023). Portanto, ao empregar princípios de uma pesquisa exploratória, o presente estudo buscou

abordar de forma ampla a temática da desinformação, alcançando novas compreensões e posteriormente aplicando esses conceitos no contexto da produção de conteúdo audiovisual.

Uma vez que foram estabelecidas as abordagens científicas que definem esta pesquisa com base em sua pergunta e objetivos, na sequência cabe esclarecer quais (e como) foram conduzidos os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa proposta.

Conforme já é intrínseco às pesquisas qualitativas, foi conduzida inicialmente uma pesquisa bibliográfica, já que é a partir dela que se constrói uma discussão teórica que irá embasar o desenvolvimento e análise da pesquisa. Autores como (Sousa; Oliveira; Alves, 2021; Lima; Miotto, 2007; Rodrigues; Neubert, 2023) apresentam diferentes maneiras para construir uma pesquisa bibliográfica, alguns mostram um passo-a-passo mais detalhado, enquanto outros aglutinam etapas deixando o processo mais enxuto. O fato é que esse tipo de pesquisa começa antes mesmo do início do processo de escrita do texto científico.

Antes mesmo de definir a pergunta de partida, foi feita uma busca abrangente através do motor de busca “Google Acadêmico” e da base de dados “*Scientific Electronic Library Online*” (SciELO), a fim de obter uma maior familiaridade com a temática da desinformação e da produção de conteúdo. Entende-se que um cientista só pode chegar a uma problematização se este tiver um arcabouço teórico e observar a realidade com atenção, identificando problemas que carecem de respostas.

Assim, utilizando termos de pesquisa como “Desinformação”, “*Fake News*”, “Produção de conteúdo” e “Mídias digitais”, foi realizada uma análise prévia dos artigos recuperados, na qual foi observado inicialmente título, resumo e palavras-chave, a fim de selecionar aqueles que se alinhavam com a temática. Esse *corpus* inicial ajudou a identificar conceitos, autores relevantes, e lacunas sobre a temática. A partir da leitura e da produção de fichamentos, definiu-se qual seria a pergunta de partida e os objetivos do presente estudo.

Estabelecidos esses dois elementos, foi realizada uma segunda pesquisa bibliográfica mais direcionada e utilizando bases de dados como a “Base de Dados em Ciência da Informação” (BRAPCI), “SciELO”, “*Directory of Open Access Journals*” (DOAJ) e “Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações” (BDTD). Além dos termos utilizados anteriormente, foram adicionados alguns outros como “Memória coletiva”, “Pós-verdade” e “Ditadura Militar”, visto que após a definição da pergunta de partidas e dos objetivos, viu-se a necessidade de direcionar as buscas para algumas temáticas específicas. Para complementação, também foi incluído um recorte temporal de 2016 a 2024, por marcar um período de instabilidade social e política no Brasil, e ser acompanhado de um alto índice de

disseminação de desinformação, discursos extremistas, relacionados inclusive à ditadura militar.

Além de artigos científicos encontrados nas bases, também foram realizadas leituras de livros escritos por autores amplamente citados nas publicações periódicas, com destaque para Schneider, Araújo, Halbwachs, Bravo, Ruggiero, Jambeiro e Leal. O quadro a seguir apresenta os principais autores e autoras que contribuíram para a fundamentação teórica da pesquisa:

**Tabela 1** - Quadro teórico da pesquisa

Temática	Subtemática	Autorias
<i>Desinformação</i>	Fundamentação teórica e Contextualização histórica	(Bezerra; Borges, 2021); (Brisola; Bezerra, 2018); Tucker <i>et al.</i> (2018); Schneider (2021; 2022); Fallis (2014); Guimarães Junior e Miranda (2024); Pinheiro (2014); Wardle e Derakshan (2018); Baines e Elliot (2020); Araújo (2020; 2024); Santini (2022); Santos e Rodrigues (2022); Bucci (2019); Pivaro e Giroto Júnior (2020); Marques e Raimundo (2021); Nicola (2016); Vieira (2019); Verzaro e Hida (2022); Gonzaga (2023).
	Desinformação digital e manipulação das massas	Schneider (2021; 2022); Macêdo Junior (2020); Barbosa (2019); Santini (2022); Ferrara <i>et al.</i> (2016); Bolesina e Gervasoni (2020); Costa (2022); Kaufman e Santaella (2020); Kumar e Shah (2018); Gonzaga (2023); Recuero (2022); Nemer (2019); Neves e Oliveira (2024); Machuy, Schneider e Campos (2023); Froehlich (2019); Schneider (2021); Conci e Maia (2021); Souza (2021); Festinger (1975); Le Bon (1980).
	Desinformação ideológica	Weber (2003), Maschietto (2024); Eco (2018); Albuquerque e Rodas (2023); Negri, Igreja e Pinto (2019); Cesarino (2019); Silva <i>et al.</i> (2014).
<i>Memória</i>	Memória coletiva	Rosa (2021); Gondar (2008); Halbwachs (1990); Ricouer (2007); Peres (2021); Erll (2012); Brito e Martínez (2005); Bravo (2021); Ruggiero (2022);
	Mídia e imaginário social	Durand (1997); Carvalho (1998); Ardono e Horkheimer (1985); Andrade (2023); Mourelle (2015); Brook (2015); Krachenski (2020); Shepherd (2025); Starling (2024); Durão (2024)
	Negacionismo histórico	Filho (2018); Maia (2023); Valim, Avelar e Bevernage (2021); Barba e Wentzel (2016); Mazui (2019); Teófilo (2024); Martins Filho (2023); Santos (2021); Bauer (2018); Leal (2021); Villa (2004); Schwarcz e Starling (2015); Fausto (2006);
<i>Mídias</i>	Contextualização histórica	Oliveira, Silva e Figueira Filho (2022); Burgess e Green (2009); Coelho e Oliveira (2011); Meili (2011); Duarte (2014); Briggs e Burke (2006); Leal (2009); Jambeiro (2002); Ramos e Haje (2011); Mattos (2002);
	Produção de conteúdo em redes sociais	Schumpeter (1961; 1997); Kiuchi, Silva e Gomes (2018); Budiono e Triyono (2020); Melo e Freitas (2017); Sammur, Silva e Cortez (2018); Leite (2019); Pereira (2019); Granja (2016).

	Produção audiovisual no Youtube e Brasil Paralelo	Carvalho (2018); Paulo (2020); Alcântara, Belmont e Fornazier (2021); Rocha (2020; 2021); Felinto (2023); Finger (2021); Firmino (2020); Borges (2019); Buzalaf (2019)
--	---	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Ainda na etapa da pesquisa bibliográfica, e também documental foram pesquisados, nas mesmas bases, estudos sobre a produtora de conteúdo “Brasil Paralelo”. Além disso, foram coletadas informações sobre a empresa em seu site oficial, no canal de *Youtube* e matérias jornalísticas.

Conforme mostrado nas etapas de Sousa, Oliveira e Alves, (2021), após a leitura do material escolhido para o desenvolvimento teórico, o que se segue é a redação de fichamentos e análise dos textos. Essas duas etapas são importantes para organização do material lido, bem como para apropriação dos conceitos e resultados, de modo que seja possível estabelecer um diálogo entre as ideias dos autores e construir uma argumentação teórica que sustente a pesquisa.

Por fim, é importante ressaltar que embora se trate de uma pesquisa da área da ciência da informação, o estudo não se furtou de utilizar como embasamento teórico alguns textos de outras áreas do conhecimento, principalmente da sociologia, comunicação, história e ciências políticas, já que todas elas podem dialogar quando a temática é a desinformação.

## 5.2 Coleta e análise dos dados

Conforme definido nos objetivos, foi feita a análise de um documentário publicado pelo “Brasil Paralelo” em seu canal de *Youtube*. A produção escolhida foi “1964: o Brasil entre armas e livros”, documentário de 2019 que aborda a ditadura militar.

Uma vez que a pesquisa documental auxilia a compreensão histórica, cultural e científica de uma determinada cultura, em um determinado período (Fontana; Pereira, 2023), é a partir da análise dos discursos empregados nos documentários que será possível determinar como os aspectos citados anteriormente são apresentados dentro das produções, levando em consideração o contexto social brasileiro, e dando conta de pensar como a temática da desinformação se faz presente. Desse modo, para a análise do documentário foram empregadas duas técnicas: a análise crítica do discurso e a análise fílmica.

Para fins de análise fílmica, inicialmente é necessário considerar os aspectos internos e externos de um filme, ou neste caso, um documentário. Os internos são os elementos que

tornam uma produção audiovisual algo singular e possuidora de uma identidade própria, enquanto que os externos são relacionados a temporalidade, contexto de produção, a época em que foi lançado (Mombelli; Tomaim, 2014, p. 2; Penafria, 2009, p. 7). Desse modo, a análise interna do documentário se ocupou em decompor os elementos audiovisuais, descrevendo de modo geral as principais cenas, os enquadramentos e sons, interpretando a presença desses elementos no todo, ou seja, um processo de desconstrução e reconstrução que segundo Vanoye; Goliot-Lété (2002, p.15) corresponde ao movimento de

despedaçar, descosturar, desunir, extrair, separar, destacar e denominar materiais que não se percebem isoladamente “a olho nu”, pois se é tomado pela totalidade. Parte-se, portanto, do texto fílmico para “desconstruí-lo” e obter um conjunto de elementos distintos do próprio filme.

Para a coleta de dados, o primeiro passo foi assistir ao documentário de forma flutuante, sem a necessidade de anotar ou coletar qualquer informação mais elaborada. O objetivo era que esse contato com a obra de forma direta e casual, permitisse perceber quais as sensações e sentimentos ela desperta. A próxima etapa exigiu um olhar mais cauteloso e a coleta ativa de elementos constituintes da produção audiovisual, ou seja, sons, escolha de imagens, narração, e participantes do documentário. Essas escolhas se justificam a partir de Penafria (2009, p. 6) e sua abordagem sobre os pontos de vista, que nos casos do gênero cinematográfico escolhido, pesa na intenção do produto e do realizador

A autora explica que a expressão “ponto de vista” pode ser trabalhada em três sentidos, o visual/sonoro, o narrativo e o ideológico. No primeiro, observa-se as imagens e os sons, em que momentos são inseridos, a posição da câmera em relação ao objeto, e que mensagem esses elementos podem passar para o espectador. O segundo, o narrativo, se interessa por descobrir quem conta a história, se é onisciente, narrador-personagem ou narrador-observador. No caso de um documentário, existem diversas possibilidades, sendo a mais comum a narrativa conduzida por entrevistas e um narrador que explica o contexto. Por fim, o terceiro sentido é o ideológico e, de acordo com Penafria (2009, p. 9), busca identificar qual a posição ideológica, a mensagem que o filme ou o realizador quer passar em relação ao tema.

Após a coleta, foi necessário tratar as informações coletadas, por meio de uma decupagem do documentário, detalhando os aspectos e elementos apresentados ao longo da obra (Anexo 1). Na decupagem, foram identificadas as seguintes categorias: cena e minutagem; descrição do trecho; entrevistados, ambientação e fotografia, e sonoridade. Na primeira são descritos a minutagem de início e fim de um determinado trecho. Na segunda,

descrição do trecho, é feito um breve resumo sobre o que é abordado naquela minutagem; na terceira categoria são identificadas as pessoas que são entrevistadas e contribuíram para a narrativa da obra; ambientação e fotografia descrevem posicionamento de câmera, iluminação e inserções de pós-produção. Por fim, na sonoridade são descritos aspectos de trilha sonora e efeitos sonoros.

Voltando à análise fílmica, ainda há uma segunda etapa que deve ser feita, a análise externa, a qual busca por uma contextualização de produção do documentário através de conteúdo jornalístico, artigos e veículos oficiais, conforme visto no referencial teórico. Ademais, para compor uma análise que vai além dos aspectos audiovisuais, optou-se pela análise de discurso crítica (ADC).

É comum nesse tipo de pesquisa o uso da análise de conteúdo (AD), no entanto para esse estudo defende-se a ideia de que, em se tratando da análise de uma produção audiovisual, cuja constituição apresenta diversos elementos cinematográficos (inserção de imagens, sonorização, edição, narrativa, elenco/entrevistados) e uma carga contextual de história, política e ideologia, é preciso considerar a subjetividade desses elementos no espectador para que ela seja considerada consistente.

Tanto a AD quanto a ADC buscam compreender e analisar as relações de poder, tendo o discurso como seu objeto de análise. Entretanto, o que diferencia as duas abordagens é que para a segunda existe uma relação dialética entre discurso e práticas sociais, em que o sujeito molda e é moldado pelos discursos. Essas características surgem por influência da linguística crítica (LC), que também influenciou a ADC.

Vieira e Macedo (2018, p. 49) definem a ADC como “um conjunto de abordagens científicas interdisciplinares e transdisciplinares para estudos críticos da linguagem como prática social. É teoria e método para mapeamento de conexões entre o uso da linguagem e as relações de poder na sociedade.” Essa técnica propõe tanto uma reflexão teórica sobre o funcionamento da linguagem enquanto uma prática social, quanto meios para analisar textos. Os autores ainda complementam que são os textos, em suas diferentes modalidades, que possibilitam as interações e relações sociais envolvendo crenças, valores, contextos e ideologias.

Nesse sentido, a referida abordagem busca ser uma prática social que transforme a sociedade, atribuindo aos analistas o papel de mediador social por meio dessa atividade, em oposição ao discurso hegemônico das elites políticas, econômicas e culturais. Por sua vez, a AD tem um viés de emparelhamento social, reprodução e assujeitamento que estão em sua



base. (Vieira; Macedo, 2018, p. 63). Convém acrescentar que Batista Junior, Sato e Melo (2018, p. 9) entendem que essa técnica como

o estudo da linguagem em uso. O uso da linguagem é entendido como as ações que produzimos com os textos no interior das atividades sociais. Desse modo, textos orais e escritos participam das ações, intermediando e organizando as práticas humanas. A ADC vai se ocupar de investigar a linguagem em uso, situando-a em um contexto específico, bem como dos resultados dessas ações e dos discursos que sustentam e moldam as práticas. Há, portanto, um olhar para o texto e outro para a realidade social, de forma que a investigação da ação por meio de texto orais e escritos em contextos específicos construa a coerência do significado.

Enquanto abordagem crítica a ADC concentra sua atenção na relação dialética entre discurso e sociedade, e se interessa em pensar e analisar as estruturas de discriminação, poder e controle presentes nos discursos hegemônicos. Ela também busca contribuir para uma análise dos fenômenos sociais explorando como o discurso, (oral, textual, imagético ou sonoro), participa da construção desses fenômenos a partir de práticas sociais. Assim, a crítica em ADC dá conta de examinar as práticas sociais concebidas como isentas de ideologia, tomando como ponto de partida as problemáticas predominantes e latentes na sociedade, adotando uma posição política explícita sobre eles, analisando o contexto no qual ocorrem, seus responsáveis e como resolvê-los (Melo, 2018, p. 24). Na visão de Melo (2009, p. 9), o princípio norteador da ADC

sustenta-se na noção de que o discurso constitui e é constituído por práticas sociais, sobre as quais se podem revelar processos de manutenção e abuso de poder, por isso é função do analista crítico do discurso difundir a importância da linguagem na produção, na manutenção e na mudança das relações sociais de poder e aumentar a consciência de que a linguagem contribui para a dominação de uma pessoa sobre a outra, tendo em vista tal consciência como o primeiro passo para a emancipação.

Portanto, essa prática ativa por parte do analista do discurso se faz pertinente dentro do contexto da presente pesquisa, pois levando em consideração o tipo de conteúdo veiculado pelo BP, em específico o documentário que foi analisado, o uso da ADC é cabível justamente por buscar olhar de forma crítica para um discurso que tenta definir um novo paradigma historiográfico, político e cultural, utilizando uma máscara de neutralidade e visando estabelecer uma nova narrativa hegemônica sobre o período militar, mas utilizando práticas desinformativas e enganosas.

Ademais, segundo Vieira e Macedo (2018, p. 71) a ADC possui caráter transdisciplinar sendo guiada pelo objeto de estudo e recebendo apoio de outras áreas do conhecimento. Neste sentido, a presente pesquisa buscou olhar para o fenômeno da

desinformação a partir de sua disseminação por meio de produções audiovisuais. Sua fundamentação teórica, portanto, passa principalmente pelo campo da CI, mas também busca suporte teórico no campo da História, da Psicologia e do Cinema.

Outro elemento que embasa o uso da ADC para análise de um documentário é a teoria da semiótica social da multimodalidade (TSSM). De acordo com Vieira e Macedo (2018, p. 74) a “multimodalidade é todo o arranjo que compõe um texto, em que qualquer modo, verbal e visual que envolva: diagramação, cores, ilustrações, fontes, formatação, tipo de papel, gestos, entonação de voz, expressões faciais, fotografia, arquiteturas, partituras musicais.” Diante disso, percebe-se que a linguagem não é restrita ao escrito ou ao verbal, pois o discurso assume diferentes formas de materialização, especialmente quando se considera formas contemporâneas de comunicação utilizadas na internet como *emoticons*, memes, gifs, dentre outros. Assim, esses sinais não podem ser analisados apenas isoladamente, sendo necessário considerar sua articulação entre os elementos do discurso.

Uma vez definidos os fundamentos teóricos da ADC, é necessário esclarecer alguns direcionamentos metodológicos com base nessa abordagem. Para os fins dessa pesquisa, o discurso não é entendido apenas enquanto fala, pois é considerado de uma forma mais abrangente, abarcando imagem, som, gestos e símbolos. Conforme explica Magalhães (2005, p. 3) a ADC é uma abordagem que estuda textos e eventos oriundos de práticas sociais, interpretando e descrevendo a forma discursiva em um dado contexto histórico. Assim, durante a análise foi necessário considerar os elementos relacionados ao momento em que o documentário foi produzido, bem como aquele que estava sendo retratado.

Considerando os objetivos propostos para esse estudo e tendo em vista o tipo de análise, definiram-se três categorias: o discurso histórico, o discurso negacionista e, por fim, o discurso ideológico. A partir dessas categorias foi possível analisar e identificar os elementos discursivos que compõem o documentário no intuito de construir uma narrativa paralela para os acontecimentos da ditadura militar brasileira.

A ADC foi conduzida através do método tridimensional proposto por Fairclough (1995) e complementado por Vieira e Macedo (2018, p. 67), e Gonçalves-Segundo (2018, p. 80), que estrutura a análise textual em três níveis de abstração:

1. Eventos sociais - o discurso manifestado em um texto, esteja ele linguístico, multimodal, oral ou escrito;
2. Práticas sociais - todo discurso ocorre dentro de uma prática discursiva (ou ordem do discurso) de produção, distribuição, consumo e interpretações textuais;

### 3. Estruturas sociais - qualquer forma discursiva se encaixa em uma prática sociocultural.

No primeiro nível o que se apresenta é a materialidade do texto. No caso dessa pesquisa, o documentário apresenta discursos, em sua concretude, a partir de vários elementos: imagem, texto, som, iluminação e edição. Essa primeira parte foi analisada utilizando também a análise fílmica. No tocante às práticas sociais, entende-se que o produto discursivo não tem seu fim no ato de produção. Uma vez compartilhado, esse objeto está sujeito aos diversos tipos de interpretação e construção de sentido. Portanto, para a análise há de se considerar as questões subjetivas do analista. Por fim, ao analisar o discurso é necessário considerar sua existência dentro das estruturas sociais, como ele afeta ou tenta afetar essas estruturas e como é afetado por elas. Conforme explica Gonçalves-Segundo (2018, p. 81):

Nesse nível, cabe ao analista explicar o discurso, buscando relacionar a materialização textual com as práticas de produção, distribuição, consumo e interpretação, considerando sua ancoragem social, o que requisita uma abordagem sociológica, antropológica, econômica, e/ou histórica, a depender do objeto de estudo.

Unindo a análise fílmica e a ADC foi possível identificar falas negacionista, erros historiográficos, anacronismo, descontextualização e atos de desinformação similares às *fake news*. Portanto, com base no exposto e no rigor metodológico e analítico adotado, a próxima seção consiste na análise e interpretação dos dados coletados, possibilitando o apontamento de determinadas práticas dentro da produção audiovisual do “Brasil Paralelo”. Durante esse processo foi possível perceber algumas características que estão relacionadas à sua forma de construção de uma narrativa utilizando fatos alternativos que, conforme visto no referencial teórico, podem ser compreendidos como desinformação e serem disseminadas para criar um imaginário que esteja alinhado com ideologias extremistas.

## 6 ANÁLISE DE DADOS

Esta seção contempla a análise do documentário, buscando atender o objetivo geral de investigar a produção de conteúdo audiovisual do “Brasil Paralelo” e seus elementos constituintes na construção de uma narrativa paralela. Desse modo, considerando esse direcionamento geral e também específicos, foi conduzida uma análise fílmica do documentário “1964: o Brasil entre armas e livros”, de 2019.

Conforme explicado na metodologia, a análise fílmica do documentário foi realizada conforme as orientações de Penafria (2009). Na próxima seção será feita a etapa de análise interna, olhando para a obra como uma produção individual, observando elementos intrínsecos como o visual/sonoro e o sentido narrativo. Também são considerados qual tipo de som é utilizado ao longo do documentário, em que momentos aparece, e a posição da câmera em relação aos objetos em cena. Outro elemento analisado é o sentido narrativo, quem conta a história, como é contada e o tipo de narrador.

A Primeira etapa é complementada pela análise externa, que se dedica a observar a obra como um produto feito a partir de um conjunto de relações e influências que possibilitaram sua construção. Além disso, o contexto social, histórico, político, cultural e econômico são alguns dos elementos que serão levados em consideração. Essa segunda análise pode ser feita em conjunto com outra técnica. Portanto, para os fins deste estudo, e conforme destacado na metodologia, será utilizada a ADC.

### 6.1 Análise fílmica: “1964: Brasil entre armas e livros” (2019)

O documentário “1964: o Brasil entre armas e livros” aborda a ditadura militar no Brasil, a partir de aspectos ligados ao contexto histórico da época, e também relacionando com a Guerra Fria, o Marxismo cultural e o Comunismo, apontando que na época do golpe havia uma demanda civil por reestruturação da ordem pública que era ameaçada pela ditadura comunista, ou seja, do golpe que na verdade foi uma (contra)revolução necessária (Rocha, 2020).

A produção está disponível no canal de *Youtube* do “Brasil Paralelo”, tendo sido publicado em 02 de abril de 2019, e possui um tempo de duração de 2h 07min e 19s. Até a presente data (01/09/25), o documentário conta com mais de 11 milhões de visualizações e mais de 77 mil comentários. Na descrição do vídeo, uma das primeiras informações que aparece é um *link* para que os usuários possam deixar sua opinião para a produtora. Ainda na

aba de descrição, consta uma lista com os capítulos do documentário minuto a minuto e o título. Em seguida, é feita uma sinopse do documentário:

1964 - O Brasil entre armas e livros é um filme que conta a história da Ditadura Militar no Brasil. A história do país contou com anos de regime militar e 1964 foi o marco. Com os militares no poder, muita coisa mudou.

Estude história do mundo e história do Brasil assistindo a esse filme sobre a Ditadura Militar. Além disso, aprenda sobre: Ditadura Militar ou Regime Militar? Golpe de 1964; KGB e Ditadura Militar no Brasil; 31 de março de 1964; Castelo Branco; Atos Institucionais; Terrorismo das guerrilhas; Vítimas do comunismo no Brasil; Costa e Silva; Linha Dura; AI-5; Médici; Milagre econômico; Geisel e redemocratização; Diretas Já; Fim da Ditadura Militar no Brasil.

Esse filme sobre o período militar no Brasil é composto de entrevistas feitas com renomados professores e especialistas nacionais e internacionais (Brasil Paralelo, 2019).

Após essa sinopse, são disponibilizados *links* para os perfis oficiais do BP nas redes sociais, uma breve descrição sobre quem é o BP, e uma das músicas utilizadas no documentário, *The untold*, produzida pela *Secession studios*. A tabela a seguir apresenta toda a equipe que participou da produção do documentário:

**Tabela 2** - Créditos do documentário “1964: o Brasil entre armas e livros”.

<b>Função</b>	<b>Nome do participante</b>
<i>Entrevistados</i>	Percival Puggina; Fernão Mesquita; Flávio Morgenstern; Hélio Beltrão; Vládimir Petrálák; Rafael Nogueira; William Waack; Renor Filho; Petr Blažek; Luiz Felipe Pondé; Andrzej Wojtas; Leszek Pawlikowicz; Laudelino Lima; Mauro Abranches Kraenski; Olavo de Carvalho; Světlana Ptáčníková; Alexandre Borges; Lucas Berlanza; Silvio Grimaldo; Thomas Giulliano; Aristóteles Drummond; Luiz Ernani Caminha Giorgis; Luiz Philippe de Orléans e Bragança; Bernardo Kuster.
<i>Direção</i>	Filipe Valerim; Lucas Ferrugem.
<i>Roteiro</i>	Lucas Ferrugem; Henrique Zingano.
<i>Produção</i>	Henrique Zingano.
<i>Pesquisa</i>	Carlos Quinto; Henrique Zingano.
<i>Pesquisa - Jornais</i>	Carlos Quinto; Stevão Limana.
<i>Entrevistas</i>	Henrique Zingano.
<i>Fotografia - Entrevistas</i>	Eduardo Gressler; Filipe Valerim; Gabriel Furquim.

<i>Fotografia - Imagens Externas</i>	Filipe Valerim.
<i>Montagem</i>	Gabriel Furquim; Henrique Zingano; Carlos Quinto; Filipe Valerim; Lucas Ferrugem.
<i>Edição</i>	Gabriel Furquim; Bruno Dias; Carlos Quinto; Eduardo Gressler; Renan Amadeo.
<i>Distribuição (cinema/universidades)</i>	Pietra Zucco.
<i>Direção de arte</i>	Amanda Loss.
<i>Design</i>	Amanda Loss; Bárbara Tubelo.
<i>Animação</i>	Renan Amadeo; Matheus Vieira.
<i>Abertura</i>	Eduardo Gressler; Matheus Vieira.
<i>Colorização</i>	Filipe Valerim; Eduardo Mognon.
<i>Trilha sonora original</i>	Eduardo Mognon; Filipe Valerim; Henrique Viana.
<i>Trilha Sonora</i>	Eduardo Mognon; Gabriel Furquim; Filipe Valerim; Lucas Ferrugem.
<i>Design de som</i>	Eduardo Mognon.
<i>Mixagem de áudio</i>	Eduardo Mognon.
<i>Narração</i>	Filipe Valerim.
<i>Pintura do pôster</i>	Paulo Frade.
<i>Correspondentes - República Checa</i>	Mauro Abrantes Kraenski; Vládimir Petrálák.
<i>Colaboração de documentos da STB</i>	Renor Oliver Filho; Mauro Abrantes Kraenski; Vládimir Petrálák; Světlana Ptáčníková.
<i>Tradução (entrevistas em checo)</i>	Ondřej Kubala; Cláudia Sies Kubala.
<i>Agradecimentos especiais</i>	Lucas Berlanza; Mauro Abrantes Kraenski; Olavo de Carvalho; Rafael Nogueira; Renor Oliver Filho; Thomas Giulliano; Vládimir Petrálák.
<i>Equipe Brasil Paralelo</i>	Amanda Loss; Ariadner Sartor; Bárbara Tubelo; Bruno Dias; Carlos Quinto; Eduardo Bugs; Eduardo Gressler; Felipe Benke; Filipe Valerim; Gabriel Furquim; Guilherme Macalossi; Guilherme Pöttker; Henrique Viana; Henrique Zingano; Ivi Luana; Leandro Ruschel; Luan Licidonio; Lucas Ferrugem; Mariana Cirne; Madson Verdi; Mateus Amorim; Peterson Santos; Pietra Zucco; Rafael Jung; Renan Amadeo; Samara Audibert; Victoria Jardim.

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nos créditos do documentário (2025)

Observando os entrevistados, percebe-se que foi reunido um elenco abrangente em termos de autoridade em diversas áreas; estão presentes escritores, jornalistas, políticos, filósofos, economistas, biógrafos, historiadores, advogados, pesquisadores e empresários.

Conforme é de praxe nos documentários, os entrevistados são pessoas que possuem alguma autoridade no assunto abordado, seja por se dedicarem ao estudo do tema ou por fazerem parte do contexto. No caso da presente obra, o que se observa é que em termos profissionais, os entrevistados devem possuir expertise no assunto, no entanto cabe ressaltar que são figuras que já se demonstraram como ideologicamente ligadas à direita em termos políticos.

A título informativo, cabe destacar alguns dos entrevistados: Percival Puggina (político, escritor e jornalista), Fernão Mesquita (jornalista e Ex-diretor do Grupo Estado), Flávio Morgenstern (Escritor e analista político), Hélio Beltrão (Presidente do Instituto Mises Brasil), Vladimir Petrilák e Mauro Abranches Kraenski (Autores do livro "1964: o elo perdido"), Rafael Nogueira (Historiador e ex-presidente da Fundação Biblioteca Nacional), William Waack (jornalista e cientista político), Renor Filho (advogado e Pesquisador - StBnoBrasil), Petr Blažek (Historiador), Luiz Felipe Pondé (Filósofo e Escritor), Alexandre Borges (Diretor do Instituto Liberal e Escritor), Olavode Carvalho (Filósofo e escritor), Lucas Berlanza (Jornalista e Escritor), Silvio Grimaldo (Cientista Político), Laudelino Lima (Administrador do site “a verdade sufocada”) e Thomas Giulliano (Historiador) são alguns nomes que compõem o quadro de entrevistados. Essas figuras públicas são consideradas especialistas em áreas relacionadas à Comunicação, História, Ciências Sociais e Políticas, de modo que podem ser vistas como autoridades na temática abordada pelo documentário, e para além disso são pessoas que são adeptas do espectro político de direita.

Conforme já explicado anteriormente, com base nas noções de Froehlich (2019), as figuras de autoridade recebem maior credibilidade por parte de quem escuta, por estarem numa posição de poder que, neste caso, está relacionado ao conhecimento. Ter indivíduos que a princípio possuem alguma expertise no assunto, já desperta no público uma confiabilidade no que está sendo dito. Esse seria um dos primeiros elementos utilizados para dar força à construção de uma narrativa paralela para o que foi o período da ditadura militar.

De modo geral, o documentário opera de maneira expositiva construindo uma narrativa cronológica dos eventos que levaram até a instauração da ditadura militar brasileira e o seu eventual fim. A exposição dos argumentos é feita a partir de um narrador externo e dos entrevistados, que aliam sua lógica discursiva com elementos gráficos como fotografias, gravações em áudio e vídeo que servem para contextualizar, incrementar e dar credibilidade ao que está sendo narrado. Durante a fala do narrador ou dos entrevistados essas imagens são animadas, com destaques em vermelho, ou sobreposição de diferentes imagens e aproximação dos elementos.

O primeiro minuto da obra é composto por vozes atribuídas a estudantes e professores, que foram censurados em Instituições de Ensino por tentar exibir o documentário em questão. Eles contam que teriam sido proibidos de exibir o filme nessas instituições, alguns inclusive acrescentando que teriam sido ameaçados e sofrido represálias por parte da diretoria. Em conjunto com essas falas são exibidas uma série de manchetes de veículos jornalísticos, sobre o documentário e a tentativa de exibi-lo nos cinemas da rede “Cinemark”. A polêmica gerada pelo caso fez com que a rede cancelasse a exibição (Correio Braziliense, 2019). Algumas manchetes mostradas indicam que o documentário teria sido divulgado por outro meios, inclusive alguns rumores afirmam que Eduardo Bolsonaro divulgou a obra.

Todo esse breve início serve para dar o pontapé inicial da narrativa defendida pelo BP de que as universidades estariam sob a hegemonia de uma ideologia de esquerda, de modo que qualquer tipo de tentativa de mostrar algo diferente do que se acredita é imediatamente proibido e censurado. O cancelamento da exibição do filme pela “Cinemark” também ajuda a dar mais destaque para esse caso. Portanto, logo no primeiro minuto o documentário já deixa clara a sua posição. Mais à frente esse início será articulado com o final da obra, sustentando a ideia de que o Brasil é comandado por grupos políticos de esquerda/extrema-esquerda e que se criou uma naturalização dessa hegemonia cultural.

Filipe Valerim, sócio fundador do BP, surge em uma imagem preto e branco, falando diretamente com o público, deixando a sensação de que esse início realmente se trata de um prefácio ou apresentação da obra como um todo, dedicado à contextualização dos desafios que o documentário e o BP enfrentam diante da dominação cultural da esquerda no Brasil.

Ao falar que dezenas de especialistas ajudaram no levantamento bibliográfico e documental sobre o período no Brasil e em diversos países, busca-se passar credibilidade para o que será dito durante a obra. Além disso, ainda reforça algo que é muito recorrente nas propagandas do BP, que é a não utilização de recursos públicos para produção dos conteúdos cinematográficos e que a produtora depende exclusivamente da participação do público com engajamento nas redes, assinatura do conteúdo exclusivo e demais produtos.

Ademais, a imagem em preto e branco, a iluminação dura formando sombras bem definidas e o fundo completamente escuro passam uma sensação de seriedade e dramaticidade sobre o que está sendo falado. O uso de cores pode ser uma distração, então ao utilizar o preto e branco, a produção busca passar a ideia de importância e gravidade para os relatos feitos anteriormente e para a fala de Filipe Valerim.

Deste ponto em diante o documentário começa propriamente. Logo na introdução a obra apresenta uma prática comum a esse tipo de conteúdo, pois serve para contextualização,



que é o uso de imagens de arquivo da época que está sendo retratado. Assim, fotografias, vídeos e áudios são elementos recorrentes ao longo do documentário. Nessa introdução, por exemplo, é possível identificar os áudios tocados (Anexo 1); as gravações, no entanto, não possuem uma indicação clara, deixando para o público a interpretação de que são do período pré-ditadura militar. Há também o uso de imagens de manchetes de jornais do ano de 1964, com o uso de cores em vermelho para destacar o que a produção do documentário entende como relevante (Figura 3).

A sonorização representa um papel estético no documentário, servindo para compor a narrativa, evocar sentimentos e sensações no público. Foi possível identificar apenas uma trilha sonora recorrente ao longo do documentário, *The Untold* de autoria do grupo *Secession Studios*, que foi lançada em 2017 e é utilizada em momentos de destaque do documentário, principalmente no início e no final. O estúdio em questão é conhecido por criar trilhas sonoras épicas, instrumentais e dramáticas, características que o documentário em vários momentos tenta passar para o público. Nesse início, por exemplo, é utilizado o trecho da música em que ela está mais dramática, passando a sensação e até mesmo a expectativa de algo grandioso que está para começar ou para ser revelado.

Pode-se inferir também que a escolha da referida trilha busca passar uma sensação até mesmo de heroísmo. No cinema, principalmente no gênero de fantasia, é comum o uso de trilhas épicas em momentos de superação de desafios, algo que nesse documentário passa a ideia de um enfrentamento ao atual *status quo* da sociedade brasileira, que entende a ditadura militar como um marco de violência, opressão e censura no país, esta que agora estariam enfrentando conforme visto no início do documentário.

**Figura 3** - Manchete do jornal O Globo com destaques em vermelho feito pelo BP



Fonte: Documentário “1964: o Brasil entre armas e livros” (2019)

Além dessa trilha também são utilizados outros efeitos sonoros pontuais e músicas de fundo, mas que não foram possíveis de ser identificadas. De todo modo, esses efeitos trazem

um maior dinamismo para o documentário, além de chamar atenção, despertar sentimentos e sensações em determinados momentos da narrativa. Cabe ressaltar, no entanto, que em algumas cenas do documentário a trilha está com um volume tão alto quanto o da fala do narrador ou de um entrevistado, dificultando a compreensão do que está sendo dito. Não é possível inferir se foi algo proposital ou não.

**Figura 4 -** Manchete original do jornal O Globo, de 9 de maio de 1964



Fonte: Acervo digital O Globo (2025)

O primeiro entrevistado a aparecer no documentário é Percival Puggina, que introduz o cenário de Guerra Fria que ocorria no mundo e os efeitos desse contexto no Brasil de 1964. Durante a sua fala, novamente são introduzidas imagens do período, de modo a ilustrar o assunto que está sendo abordado, bem como trazer maior dinamicidade para o documentário. A voz do narrador surge para complementar e contextualizar o tema da Guerra Fria, e as ações de Josef Stalin para expandir a dominação soviética para outros países da Europa e posteriormente para os países do continente americano.

Aqui cabe ressaltar a divisão, em três partes, que é feita no documentário, na qual a primeira é dedicada a abordar a construção da URSS e da expansão das ideias comunistas, a divisão geopolítica no pós-segunda guerra entre o bloco capitalista e socialista, a aproximação dos líderes soviéticos com o governo brasileiro, a descoberta de documentos que indicam que agentes ligados à URSS estariam realizando atividades no país, e a efetiva realização do golpe civil-militar de 1964. A segunda parte vai abordar o período da ditadura e seus desdobramentos, como as ações dos militares na política, as revoltas e protestos, bem como a influência de movimentos em outros países que fomentaram a resistência contra a ditadura no Brasil. Já a terceira e última parte aborda o fim da ditadura, os erros dos militares que os fizeram perder popularidade e a estratégia de esquerda para ganhar hegemonia cultural, principalmente nas instituições de ensino.

No tocante aos entrevistados é preciso ressaltar algumas características relacionadas à forma como são filmados e o cenário no qual se encontram. Em geral o ângulo da filmagem é

similar a qualquer documentário, e havendo pouca alternância de um corte de cena para outro. A câmera é posicionada na altura dos olhos, geralmente filmando os entrevistados de um ângulo lateral à esquerda ou à direita (Figura 5), alguns um pouco mais de frente (Figura 6), e alternando entre planos fechados (*big close-up*) e mais abertos, enquadrando a figura dos ombros para cima (*close-up*). Em alguns casos o entrevistado é filmado de perfil (Figura 7), no entanto a configuração padrão se mantém sendo a mencionada anteriormente.

**Figura 5** - Renor Filho sendo entrevistado com um ângulo de câmera mais lateral à direita



Fonte: Documentário “1964: o Brasil entre armas e livros” (2019)

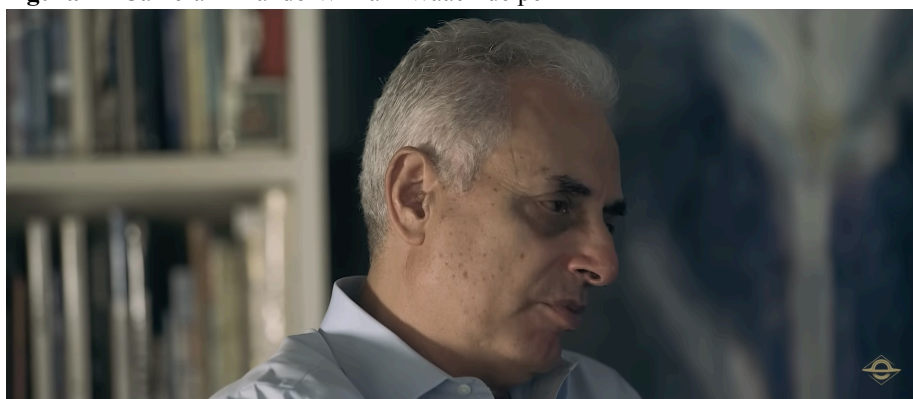
Sobre o cenário é possível perceber que eles variam bastante de um para o outro, no entanto carregam algumas semelhanças que buscam comunicar algo ao público. A maioria dos entrevistados se encontra em um espaço que aparenta ser um escritório ou uma biblioteca particular (Figura 6), sempre bem iluminados por luz natural ou artificial. Isso vai ao encontro da busca por criar uma sensação de autoridade para essas figuras que estão falando. Tanto o cenário bem organizado, quanto a indumentária de cada um, passa uma ideia de estarmos diante pessoas sérias, que têm absoluta propriedade sobre o que estão falando. A construção de uma ambiência, conforme explica Gomes (2020, p. 14), cria espaços de interlocução e pertencimento, partindo de um sujeito da ação comunicativa para o outro que está recebendo a informação. Essa dimensão estética permite que o espectador interprete essas características como mais um elemento de validação da qualidade do conteúdo que está sendo veiculado.

**Figura 6** - Olavo de Carvalho sendo entrevistado em sua biblioteca particular



Fonte: Documentário “1964: o Brasil entre armas e livros” (2019)

**Figura 7** - Câmera filmando William Waack de perfil



Fonte: Documentário “1964: o Brasil entre armas e livros” (2019)

Outro elemento usado durante o documentário é a inserção de símbolos ou palavras de forma rápida em momentos chaves da produção. É possível identificar alguns como o brasão do Brasil, da URSS e o símbolo do Partido Comunista do Brasil (PCB) (Figura 8). Esse tipo de inserção se assemelha às mensagens subliminares utilizadas em propagandas, filmes e outros tipos de conteúdo da cultura pop para influenciar as pessoas. Embora não haja comprovação de que esse tipo de prática tenha efeitos reais, é interessante notar que apareça algo semelhante em um documentário que dentro da sua temática aborda questões de conspiração política, espionagem e conflitos ideológicos. O uso desse elemento pode ter o intuito de reforçar a ideia de que um grande segredo em relação à ditadura militar estava sendo guardado e que agora foi revelado, como os produtores fazem ao falar da suposta tentativa dos soviéticos de dar um golpe no Brasil, mas que foi interrompido pela ditadura militar.

**Figura 8** - Símbolo do PCB aparecendo rapidamente na tela



Fonte: Documentário “1964: o Brasil entre armas e livros” (2019)

A estética do documentário passa a sensação de que uma grande conspiração está para ser revelada. Especialmente durante a primeira metade do documentário, quando é abordada a expansão comunista e a descoberta de documentos que indicam agentes soviéticos no Brasil. A própria forma como alguns espaços são gravados, utilizando uma iluminação mais escura ou o cenário de alguns dos entrevistados passa essa ideia de algo secreto, de revelações. Nesse trecho do documentário são utilizadas diversas inserções de gravações de páginas de documentos escritos em tcheco, pessoas apontando para partes específicas do texto enquanto os entrevistados vão narrando a descoberta. O uso de documentos em tcheco, que para a maioria das pessoas é uma língua de difícil compreensão, aumenta ainda mais essa seção de um mistério sendo desvendado. Conforme um dos entrevistados,

descobrimos que nesses arquivos em Praga existe um acervo muito rico sobre o Brasil, e não somente que descreve uma boa parte da história, sendo que essa fonte não havia sido até hoje estudada no Brasil. Ninguém sabia dela. E que, até o ano de 1989, eram materiais ultrassecretos que a partir do ano de 2006-2007 já podiam ser pesquisados. E trata-se de um período de 1952 até o início do ano de 1971, depois um pouco do final dos anos 80 também. Ou seja, um bom pedaço da história do século 20. (1964: Brasil entre armas e livros, 2019).

Através desses elementos cinematográficos, o documentário busca construir uma narrativa sobre a ditadura militar como uma tentativa de salvar o Brasil de um golpe comunista. Mauro Abranches Kraenski e Vladimir Petrilák teriam descoberto documentos do serviço de inteligência da Tchecoslováquia, cujo nome em tcheco é *Státní bezpečnost* (StB), e que atuou em diversos países durante a Guerra Fria. Os documentos em questão comprovariam que agentes da StB estariam infiltrados em grupos ligados à esquerda e aos comunistas no Brasil, e se preparando para uma tentativa de tomar o governo. Os militares teriam tido conhecimento dessas movimentações e com base nisso decidiram tomar o poder.



Com base nessa documentação, Kraenski e Petrilák escreveram o livro “1964 - O Elo Perdido: O Brasil nos Arquivos do Serviço Secreto Comunista” e que também serve de base para o documentário.

Historiograficamente essa versão não é aceita, pois há pouca evidência de que de fato haveria alguma movimentação relevante de agentes comunistas estrangeiros no Brasil, ao ponto de conseguirem dar um golpe. Mesmo os grupos internos que estavam ligados à esquerda e aos partidos comunistas não tinham tanta expressividade (Leal, 2021). Entretanto, o documentário emprega diversos artifícios para defender a hipótese do golpe comunista, conforme foi apresentado nesta seção. Aqui foram apresentados esses elementos cinematográficos em suas individualidades, sendo necessário olhar para seus efeitos em conjunto e analisar como essas formas discursivas convergem na tentativa de defender uma narrativa paralela àquela que é aceita historicamente.

## **6.2 Negacionismo e viés ideológico: a desinformação por trás da narrativa paralela**

Conforme apresentado na seção anterior, o documentário se inicia com as vozes anônimas de professores e estudantes de IES que teriam sido censurados e proibidos de exibir o documentário “1964: o Brasil entre armas e livros”. Ademais, as imagens exibidas nesse trecho inicial trazem diversas manchetes mostrando a repercussão da obra e do cancelamento de sua exibição nas salas de Cinema. O documentário começa a construir a narrativa de que existe uma hegemonia cultural da esquerda, controlando instituições de ensino e aparelhos culturais. Esse discurso toma forma ao final do documentário, quando a obra aborda a ideia de que os militares tiveram sucesso econômico e político no Brasil, mas perderam para a esquerda no campo cultural.

Desde o início é possível perceber, nas entrelinhas, que o documentário vai deixando mais clara a sua ideologia política, que ao longo da produção vai ficando explícito através das imagens e dos discursos. A princípio, isso aparece na forma das diversas manchetes de jornal exibidas na edição, dando destaque para a atuação de agentes da direita como Eduardo Bolsonaro na divulgação do documentário, após o cancelamento de sua exibição no cinema. Cabe lembrar que o BP se vende como uma produtora de conteúdo apartidária, que busca apenas a verdade (Redação Brasil Paralelo, 2024). Entretanto, fica claro que há um alinhamento com o viés político de direita e com o conservadorismo, vide os entrevistados que participam do documentário.

A própria ideia do Brasil Paralelo surge de uma pauta alinhada com a direita, primeiro tendo como ponto de partida a insatisfação com as eleições de 2014 (Boletim da liberdade, 2018) e das ideias de Olavo de Carvalho sobre hegemonia política e cultural em busca de uma visão intelectual alternativa, com sua própria epistemologia e enunciados (Firmino, 2020, p. 161). Portanto, o discurso construído pelo BP não condiz com a forma com a qual são conduzidas as suas produções e os seus conteúdos.

Após os depoimentos anônimos, Filipe Valerim entra em cena para comentar o caso e introduzir o tema do documentário. Por meio de sua fala, Valerim enaltece o projeto e o esforço de especialistas de diversos países para construção dessa produção. Ao afirmar, “nunca esqueça: nós não recebemos dinheiro público. Você é quem financia esse projeto” (1964: o Brasil entre armas e livros, 2019), Valerim está buscando manter a imagem da produtora como apartidário, que não escolhe lado, e apenas se preocupa com a verdade. Também projeta para o espectador o senso de pertencimento, pois afirma que apenas com a ajuda do público o documentário foi possível e, por extensão, foram esses apoiadores que ajudaram a levar informação para os brasileiros.

Conforme o próprio Valerim afirma sobre as produções do BP: “Esse é o porquê do Brasil Paralelo existir. As nossas produções já levaram informação para mais de 20 milhões de brasileiros, que agora carregam um pouco mais de Brasil dentro de si.” (1964: o Brasil entre armas e livros, 2019). Ademais, a fala sobre não usar dinheiro público pode ser uma alusão velada à Lei nº 8.313/91, conhecida como Lei Rouanet, que busca o incentivo à cultura no país. Entretanto, conforme será visto mais ao final do documentário, essa cultura estaria sendo totalmente influenciada por agentes de esquerda, e que estariam utilizando dinheiro público para promover seus próprios projetos.

O documentário se inicia, propriamente, após essa prévia, em que já se observa a tentativa de dar o tom da obra por meio de imagens e gravações associadas ao período do Brasil pré-ditadura, bem como durante o governo militar. Essas imagens são substituídas por inserções de manchetes de jornal, sendo difíceis de ler pois são cortes rápidos, exceto quando a produção quer dar destaque para alguma em específico, inclusive marcando trechos em vermelho para chamar atenção. O uso da trilha sonora busca evocar um sentimento de grandiosidade, do épico, quase como se uma grande batalha fosse começar.

Conforme já mencionado, o uso da ADC permite não apenas a análise do discurso falado, mas também de toda a discursividade que permeia a obra. A partir disso, portanto, é possível inferir sobre os usos de determinadas trilhas sonoras e imagens ao longo do documentário e qual seria a intenção dos produtores com seu uso. No caso da trilha

mencionada, o seu uso aparenta ser uma busca por evocar um sentimento de coragem, de que há um dever a ser cumprido, talvez para com o país e com a verdade, afinal essas são algumas das temáticas do documentário.

Ao longo de todo o início do documentário são utilizados três áudios de figuras políticas discursando em momentos relevantes desse contexto. O primeiro é a declaração feita pelo presidente do Congresso Nacional, Auro de Moura Andrade, em 2 de abril de 1964, que formalizou a deposição do então presidente João Goulart durante o golpe militar. Em seguida, entram trechos de dois discursos de João Goulart, um em 1961 durante uma viagem à China e outro em 1964. Por fim, um trecho do áudio do discurso de General Castelo Branco, no dia de sua posse como presidente é tocado, para logo depois, concluir com um trecho de uma transmissão de rádio no qual Carlos Lacerda Werneck ameaça o Almirante Aragão em 1964. São momentos históricos do Brasil e que irão retornar no documentário, que nesse início são utilizados como forma de contextualização sobre o que está por vir.

A partir desse ponto entra em cena o primeiro entrevistado, Percival Puggina, já trazendo uma declaração contraditória. De acordo o jornalista, “é praticamente impossível... que alguém que não tenha vivido a Guerra Fria tenha condições de avaliar, as condições pelas quais foram possíveis os acontecimentos do mês de março de 1964. Porque o cenário mundial era completamente diferente do cenário de hoje.” (1964: o Brasil entre armas e livros, 2019). Ora, essa fala vai na contramão de toda a prática do campo da História, em que há uma busca por compreender o contexto no qual esses eventos ocorreram e como impactam a sociedade atualmente. Ademais, essa fala vai na contramão do próprio documentário, que busca justamente dar voz a uma nova narrativa sobre a ditadura militar. Assim, como a obra pode dar conta de abordar esse período se é “praticamente impossível” compreender o período sem tê-lo vivenciado?

O documentário faz um recuo estratégico à Revolução Russa, à formação do estado soviético, e à Guerra Fria. Quando o narrador se refere a URSS, é perceptível o uso de termos como “reino do terror vermelho”, ou mesmo quando citam o “plano soviético de conquistar o mundo”. De fato, a URSS tinha a pretensão de estabelecer uma hegemonia política e econômica baseada nas ideias socialistas. Além disso, durante sua existência, foram cometidos atos criminosos contra a própria população russa e outros países do leste europeu, que estavam sendo anexados à União Federal. O Terror Vermelho, Gulag, Holodomor são apenas alguns exemplos de atos desumanos cometidos pelo estado socialista, no entanto o problema no documentário começa quando é feita uma assimetria das ações da URSS e dos EUA durante o período. Enquanto para a primeira são destacados apenas os crimes, para a



segunda é feita uma romantização de ações políticas e econômicas que também visavam uma hegemonia:

Do outro lado do mundo... o ocidente. Os Estados Unidos da América construíram uma democracia liberal baseada na sociedade de mercado e dos valores cristãos. A maior indústria e maior economia do mundo, é também o único país a ter armas nucleares, sendo a força imprescindível que derrotou os nazistas. Os Estados Unidos surgem no pós-guerra na liderança do ocidente. Para reativar a economia dos países europeus devastados, os americanos propõem o plano Marshall, oferecendo empréstimos a juros baixos (1964: o Brasil entre armas e livros, 2019).

Esse trecho falado pelo narrador incorre em erros historiográficos<sup>18</sup> e também em desinformação. Primeiro, ao falar que os EUA construíram uma democracia liberal baseada em valores cristão, o documentário se vale de uma visão romantizada vendida através do capital cultural, especialmente do cinema, que consolidou no imaginário social a visão dos EUA como uma nação justa e democrática, que defende o resto do mundo contra os regimes totalitários, o comunismo e nações terroristas (Carvalho, 1998; Brook, 2015). Da mesma forma, é vendida a ideia de que os EUA são os grandes heróis que derrotaram os nazistas e venceram a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, o documentário comete uma falha deliberada em explicar que, na realidade, a derrota dos países que faziam parte do Eixo, se deu por um esforço conjunto entre EUA, Inglaterra e URSS, sendo este último o maior responsável por desgastar as forças da Alemanha Nazista.

Ademais, o plano Marshall<sup>19</sup> é retratado no documentário como o ato benfeitor que os EUA propuseram para reerguer os países europeus devastados pelo conflito mundial. Essa ajuda, no entanto, não foi feita por pura filantropia. A busca por financiar uma reconstrução da Europa tinha diversos objetivos, dentre os quais figuram o de restabelecer parceiros econômicos e criar mercado para seus produtos; fortalecer a influência econômica, política e cultural no continente, consolidar o capitalismo e evitar a expansão soviética.

O documentário cria esse contraponto entre, nos termos deles, o “regime sanguinário comunista” e a “democracia liberal cristã”. Esse simbolismo maniqueísta marca a tendência ideológica voltada para um viés liberal, conservador e de direita, bem como o enaltecimento dos EUA, algo que se tornou comum na direita brasileira nos últimos anos. Embora se

<sup>18</sup> Erros historiográficos podem ser entendidos como falhas na interpretação, registros ou divulgação de eventos passados. Esses erros, propositais ou não, podem obscurecer a verdade, criar mitos e moldar a percepção pública e a memória coletiva de eventos e figuras históricas.

<sup>19</sup> O Plano Marshall foi uma iniciativa dos EUA, de 1948 a 1951, que visava fornecer ajuda financeira à reconstrução da Europa pós-Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de estabilizar economias, conter o avanço do comunismo soviético e fortalecer o capitalismo, impulsionando a produção industrial e integrando os países ocidentais.

declarem patriotas, muitas figuras da política nacional tendem a ter discursos e ações submissas à nação norte-americana. Um exemplo disso foi a recente tarifação de produtos brasileiros exportados para os EUA, medida que Donald Trump tomou com o intuito de interferir na política nacional em virtude do debate sobre regulamentação das redes sociais e do julgamento de Jair Bolsonaro.

O documentário segue descrevendo a expansão da URSS no leste europeu, dominando por meio da força e espalhando a ideologia comunista. O avanço chega também em termos bélicos, quando em 1949 conseguem desenvolver sua primeira arma nuclear. Os países do ocidente passam a temer essa expansão e criam uma aliança militar, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com o intuito de barrar a dominação soviética. Um dos principais acontecimentos que marcaram esse período é a divisão da Alemanha entre o bloco capitalista (ocidente) e o comunista (oriente), e a construção do muro de Berlim, em 1961.

O documentário não se furta de dar destaque para todas as práticas violentas e repressivas da URSS nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial, inclusive com fotografias retratando conflitos, protestos e práticas militares. Cabe ressaltar que não há qualquer indicativo de fonte ou alguma informação que mostre o contexto da imagem, cabendo ao público apenas acreditar que se trata realmente de imagens daquele período.

Novamente a produção do documentário busca trazer maior credibilidade para o discurso que está sendo contado por meio do uso das figuras de autoridade ou autoridades cognitivas (Froehlich, 2019). Dois entrevistados tchecoslovacos participam do documentário para falar sobre a dominação soviética por meio da força e do comunismo enquanto um modelo ideológico e político que prejudicou países europeus que caíram diante do poder militar da URSS.

O documentário segue relatando o avanço da URSS através da Europa e chegando até mesmo em países do continente africano e asiático, como é o caso emblemático da Coreia do Norte e do Sul. Após o fim da Guerra Civil Chinesa, em 1949, a China se aliou ao Estado Soviético e ambos forneceram apoio militar para a Coreia do Norte (comunista) que tentou invadir a Coreia do Sul (capitalista) com o intuito de unificar as noções sob o mesmo regime.

O interessante deste trecho do documentário é novamente a tentativa de caracterizar o comunismo como um modelo político que invariavelmente vai levar um país à desigualdade social e econômica. Isso é feito através de gravações, uma da Coreia do Sul, em que são mostradas ruas bem iluminadas, pessoas bem vestidas andando, carros e lojas, enquanto na Coreia do Norte são exibidas imagens de uma área mais precária. Durante a exibição dessas imagens, Percival Puggina explica: “Ficou a parte norte com a Rússia e a parte sul com os

Estados Unidos. Se alguém quer saber no que dá (risada) o comunismo e no que dá uma economia aberta, dá uma olhada nos dois países 70 anos depois.” (1964: o Brasil entre armas e livros, 2019).

Essa parte do documentário monta o cenário para chegar até dois pontos importantes, o Pacto de Varsóvia, uma aliança militar e política estabelecida em 1955 pela URSS e sete países do Leste Europeu (Albânia, Bulgária, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Polônia e Romênia) como resposta à criação da OTAN, e o fim da Revolução Cubana e a vitória dos revolucionários de Fidel Castro, que se aliaram ao bloco soviético, marcando o primeiro país do continente americano a se tornar abertamente comunista, o que representou uma ameaça para os EUA.

O narrador passa a abordar os serviços de inteligência soviéticos e o uso da desinformação como principal tática contra os EUA. São introduzidas as ações do Comitê de Segurança do Estado da URSS, ou na língua vernácula *Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti SSSR* (KGB), agindo quando um alto nível de liberdade dentro da URSS para conseguir informações através dos meios necessários. A intenção do documentário é ilustrar como operam esses serviços de inteligência, sendo a KGB o principal deles, mas com divisões em diversos outros países que faziam parte do bloco soviético. Através da desinformação, contrainformação, propaganda política e agentes de espionagem infiltrados em diversos governos, até mesmo na Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA.

Para complementar a narrativa sobre essas ações, o narrador aborda as resoluções do III Internacional Comunista (Comintern), de 1919, em que foram estabelecidos estatutos para a filiação de partidos comunistas, no qual são destacados os parágrafos 4º, 9º, 14º e 16º, que definem algumas diretrizes que partidos comunistas ao redor do mundo devem seguir.

O documentário não perde a oportunidade de direcionar o olhar do espectador ao destacar determinadas palavras em vermelho, dando ênfase nos parágrafos que falam sobre disseminação de ideias comunistas, atuação dentro de cooperativas e sindicatos para conquistar operários, e obedecer a Internacional Comunista. Nota-se que a intenção do documentário parece ser o de criar e alimentar a ideia da presença de grupos que buscam alienar e dominar a qualquer custo, visando uma hegemonia comunista no mundo.

De acordo com o documentário, o Brasil era visto pela URSS como uma nação de interesse dentro das américas. Desde o ano de 1922 o país já tinha grupos alinhados com a ideologia comunista, que inclusive fundaram o PCB, partido com fortes relações com o estado soviético. Uma figura que recebe destaque no documentário é Luís Carlos Prestes, que esteve na URSS entre 1931 e 1934 para estudar o Marxismo e retornou ao Brasil no ano seguinte,

com sua esposa Olga Benário, com a intenção de organizar uma revolução que passou a ser conhecida como Intentona Comunista.

Rafael Nogueira menciona uma entrevista de Prestes em que ele, supostamente, teria prestado apoio à URSS e não ao Brasil, em caso de conflito armado. Nogueira relata o seguinte:

Ele foi entrevistado por uma jornalista, e a jornalista pergunta para ele: “Só supondo, senador, se houvesse uma guerra entre Brasil e União Soviética, de qual lado o senhor ficaria?” Ele disse: “Ficaria do lado da União Soviética, porque a União Soviética representa a classe dos trabalhadores, não é já uma questão nacional, é uma questão de união de classes”. Beleza: não importa a explicação. O que que o povo entende? Numa guerra Brasil / União Soviética, o cara ficaria contra o Brasil (1964: o Brasil entre armas e livros, 2019).

Rocha (2021, p. 287) aponta incoerências nessa fala, relevadas a partir da verdade factual de que em 16 de março de 1946, após ter sido eleito senador, foi publicada uma matéria no jornal “Tribuna Popular” com o título “Prestes em sabatina com funcionários da Justiça”. Rocha entende que não havia “uma jornalista”, mas servidores da Justiça interessados nas posições do líder de um partido que havia obtido uma expressiva votação. No jornal em questão é possível ler o seguinte:

A uma pergunta sobre qual a posição dos comunistas se o Brasil acompanhasse qualquer nação imperialista e declarasse guerra à União Soviética, o dirigente do PCB respondeu:  
— Fariamos como o povo da Resistência Francesa, o povo italiano, que se ergueram contra Pétain e Mussolini. Combateríamos uma guerra imperialista contra a URSS e empunharíamos armas para fazer a resistência em nossa pátria contra um governo desses, retrógrado, que quisesse a volta do fascismo. Mas acreditamos que nenhum governo tentará levar o povo brasileiro contra o povo soviético, que luta pelo progresso e bem estar dos povos. Se algum governo cometesse este crime, nós, comunistas, lutaríamos pela transformação da guerra imperialista em guerra de libertação nacional (Rocha, 2021, p. 287-288).

A fala de Prestes abre espaço para interpretações e conforme Rocha (2021, p. 288) aponta, foi utilizada como oportunidade para que rivais políticos do Senador encaminhassem o pedido de cancelamento de registro do PCB, que eventualmente foi fechado em 1947 e passou a operar na clandestinidade. É nesse ponto que o documentário sinaliza que mesmo cassado, a organização e estrutura do partido continuou intocada, abrindo espaço para os agentes de inteligência soviéticos se infiltrarem no país. Aqui, novamente, são usadas

manchetes para ilustrar a narração, e são feitos destaques em vermelho para ressaltar algumas palavras.

A grande revelação desses agentes vem a partir de Vladimir Petrilak e Mauro Abranches Kraenski, pesquisadores que tiveram acesso a documentos da StB que indicavam a presença de agentes desse serviço no Brasil antes de 1964, além de indícios de atuação em outros países, mas que não analisaram esses documentos. Essa descoberta é relatada no livro de autoria de Petrilak e Abranches, “1964: o elo perdido - o Brasil nos arquivos do Serviço Secreto Comunista”.

Essa grande revelação de agentes é pouco convincente dentro do documentário, pois em nenhum momento são citados quem seriam essas pessoas, ou mesmo são mostrados os documentos. Ao que tudo indica os produtores do documentário foram até o arquivo da StB para gravações, inclusive uma arquivista participou brevemente do documentário, mas tudo que é exibido são gravações de alguns papéis que não são identificados pela produção ou pelos entrevistados, restando apenas para o público acreditar na existência desses agentes infiltrados que quase instauraram uma ditadura comunista no Brasil. Conforme explica Borges (2019, p. 158):

Ainda que haja relações de órgãos de inteligência do bloco soviético com setores da esquerda brasileira ou de relações diplomáticas legítimas entre o governo brasileiro e governo de países soviéticos ou sob sua influência, isto não significa dizer, e nem há dados que comprovem empiricamente, uma direta e quase irreparável influência soviética com o centro do poder político brasileiro, sobretudo se levarmos em consideração que nem Goulart e muito menos Jânio Quadros tinham inclinações revolucionárias à esquerda.

Aqui fica clara a narrativa que o BP quer construir, se apoiando no imaginário coletivo já bem estabelecido do “fantasma do comunismo” e da “ditadura de esquerda”. A intenção aqui é construir um argumento que defenda o golpe dos militares como uma manobra que visava salvar o Brasil da revolução comunista.

Até aqui o documentário tem mantido uma trilha sonora mais “séria”, geralmente presente em momentos de mistério ou suspense. A ideia parece ser evocar um sentimento ou sensação de uma grande conspiração sendo revelada, especialmente quando Alexandre Borges e Olavo de Carvalho introduzem a ideia de que Brasília teria sido construída com um plano em mente, o de afastar a política do povo, sendo “um projeto esquerdista de poder” (1964: o Brasil entre armas e livros, 2019). Isso muda brevemente quando a figura de Jânio Quadros entra na narrativa. Aqui o ex-presidente é retratado como uma figura cômica, performática, demagógica, e que não tinha um vínculo bem estabelecido com a direita ou a esquerda. Na

tentativa de ilustrar uma aproximação com a URSS e o comunismo, Silvio Grimaldo relata um acontecimento no qual Jânio Quadros, de súbito, teria condecorado Che Guevara com uma medalha:

Aconteceu o seguinte: eles estavam numa sala e o Jânio Quadros pegou a medalha numa prateleira e colocou no peito do Che Guevara, e aquilo foi um presente, porque a comanda, ela teria que ser dada... é... pelo Estado Maior. Por uma decisão das três armas. E o presidente simplesmente passou por cima daquilo e deu a comanda pro Che Guevara. Bom, isso já causou assim um... um... um desgaste entre o presidente e as forças armadas. E depois um desgaste entre o presidente e os setores que lhe davam apoio, então os setores conservadores e liberais (1964: o Brasil entre armas e livros, 2019).

Rocha (2021, p. 285) novamente aponta incoerências históricas na narrativa do documentário e de seus entrevistados. O relato faz parecer que Jânio Quadros agiu de forma aleatória em mais um rompante performático. No entanto, a condecoração que ocorreu no dia 21 de agosto de 1961, foi legal e já era previamente conhecida, pois foi publicada no Diário Oficial da União, em 18 de agosto de 1964. Em adição, Rocha explica que a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul não é concedida pelo “Estado Maior”, mas pelo próprio presidente da República. Após a renúncia de Jânio Quadros, o Congresso Nacional tornou sem efeito o decreto de 18 de agosto.

Jânio Quadros renunciou em 1961 e em seu lugar João Goulart (Jango) assumiu a presidência. O documentário não perde a oportunidade de apontar diversas evidências de que o governo Jango tinha uma forte relação com governos esquerdistas, e que isso, eventualmente, o levaria a tentar um golpe para impor uma ditadura comunista. No momento da renúncia de Jânio Quadros, Jango estava na China, que na época era governada por Mao Tsé-Tung, tentando estreitar os laços entre as nações. Durante o retorno ao Brasil, João Goulart e Tancredo Neves decidiram instaurar o parlamentarismo no Brasil como uma medida para garantir a posse de Jango ao cargo de presidente. Desse modo, em 1961, Jango assume a presidência e por meio da Emenda Constitucional nº 4 de 1961 é instituído o parlamentarismo.

Para garantir a posse de Jango, Leonel Brizola organizou uma resistência armada, que ficou conhecida como Campanha da Legalidade, na qual forças militares do Rio Grande do Sul se posicionaram nas ruas próximas ao Palácio Piratini, em Porto Alegre. Nas palavras de Rafael Nogueira: “No Rio Grande do Sul, o cunhado do Jango chamado Leonel Brizola, tava armando toda uma espécie de revolução contra os grupos que queriam impedir a posse do

jango.” (1964: o Brasil entre armas e livros, 2019). Percival Puggina complementa essa fala afirmando que presenciou a organização militar no Palácio Piratini.

O que o documentário deliberadamente contorna e não deixa explícito é que se não tivesse ocorrido uma resistência, João Goulart provavelmente não teria assumido a presidência. Após a renúncia de Jânio Quadros, quem assumiu interinamente foi o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli; no entanto, o poder real estava nas mãos de três ministros militares. Essa junta rompeu a ordem jurídica e vetou a posse de Jango, sendo caracterizada como uma tentativa de golpe (Villa, 2004, p. 55; Schwarcz; Starling, 2015, p. 648). Em virtude da resistência de Brizola e da instauração do parlamentarismo, Jango conseguiu assumir a presidência.

O documentário passa a abordar o crescimento das tensões no Brasil com a crise econômica, greves e a organização de guerrilhas. João Goulart é retratado como um líder fraco que ao não conseguir resolver os desafios do país, tende a se apoiar nos grupos de esquerda. Nesse contexto, o documentário busca relacionar as Ligas Camponesas de Francisco Julião da década de 50/60, com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). A aproximação com a Tchecoslováquia, a presença de agentes da KGB, e a formação de guerrilhas, que na perspectiva de Olavo de Carvalho já existiam antes do golpe de 1964, são todos os indícios, apontados pelo documentário, de que Jango estava próximo dos agentes da KGB infiltrados no Brasil e estava apoiando uma revolução comunista.

Uma das propostas de Jango, nesse período, são as Reformas de Base que eram encabeçadas por movimentos sociais e que visavam transformar a estrutura socioeconômica do Brasil, diminuindo a desigualdade por meio de reforma agrária, urbana, educacional e tributária. A ala conservadora do país não apoiou essa proposta, principalmente durante os comícios organizados por Jango e Brizola. O documentário usa isso como mais um argumento para indicar uma inclinação para a extrema-esquerda e conforma fala Lucas Berlanza:

Quer dizer, um clima assustador se cria, porque o João Goulart é um presidente fraco, um presidente que não consegue solucionar os problemas, então ele acha que a solução pra ele é se aliar à extrema esquerda, que quer cavalgá-lo exatamente como o Comintern recomendava, essa era a ideia, um querendo cavalgar o outro. Dali poderia sair um novo Estado Novo, né, um regime populista-trabalhista, não propriamente comunista, mas um populista-trabalhista, ou um regime comunista ou uma coisa e depois a outra. Porque eles iam cavalgá-lo e depois iam tomar o lugar dele (1964: o Brasil entre armas e livros, 2019).

As Reformas de Base foram utilizadas como uma das justificativas para o golpe de 1964, uma vez que os setores conservadores viam a proposta de democratização da

propriedade privada como uma agenda comunista, assim, com apoio militar e dos EUA, criou-se pânico ao redor dessa pauta. No entanto, o que estava por trás dessa mobilização contra as Reformas de Base e o medo de um governo comunista era, na verdade, as classes média e alta do país temendo perder seus privilégios.

O caso emblemático foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. No dia 19 de março de 1964, diversas manifestações ocorreram no Brasil em resposta à suposta ameaça comunista das Reformas de Base. Esse movimento foi organizado por militares, civis e clero, com o apoio da mídia da época trabalhando para disseminar ainda mais o terror através dos jornais e emissoras. Esse último fator é exemplificado pela inserção de uma reportagem de Cid Moreira na época dos acontecimentos de março de 1964, em que é criada a narrativa de uma guerra civil no Brasil e que os militares iriam agir como heróis da nação e impedir que conflitos civis eclodissem nas capitais do país.

Toda a primeira hora do documentário foi construída como uma justificativa para o golpe militar, efetivado em 31 de março de 1964. A ideia de que por trás dos bastidores se desenhava um golpe da esquerda que catapultaria uma revolução comunista, sendo esta “comprovada” por meio de documentos (que nunca são mostrados) e que apontam a presença de agentes da StB (que nunca são nomeados) atuando por meio dos partidos comunistas do Brasil, especialmente o PCB que operava na ilegalidade. Além disso, João Goulart estaria cada vez mais próximo da URSS e dos países comunistas das américas, pois teria conhecimento e estaria apoiando esse golpe, que foi impedido pelas ações dos bravos heróis do exército que salvaram o país da “ameaça vermelha”.

O documentário não cai na obviedade de tentar negar taxativamente a existência de um golpe, que iniciou através da ação militar em 31 de março de 1964 e depois através da declaração da vacância da Presidência da República pelo Congresso Nacional, em 2 de abril do mesmo ano. Numa tentativa de contornar e justificar o ato, Lucas Berlanza fala o seguinte:

Então, do ponto de vista técnico, houve um golpe parlamentar, ali dentro daquela sessão, que a Constituição não pregava aquilo. Foi a solução que as forças políticas encontraram naquele momento pra equacionar o problema, é muito fácil a gente julgar as coisas do ponto de vista de hoje, mas tecnicamente houve um golpe no 1º de abril (1964: o Brasil entre armas e livros, 2019).

O que o jornalista dá a entender é que na iminência do suposto golpe da esquerda, não havia outra alternativa senão declarar vacância do Presidente, um ato considerado Inconstitucional, pois Jango ainda estava no Brasil, mas que na visão do Berlanza foi apenas “tecnicamente um golpe” e que esse ato não pode ser julgado a partir da visão atual. Outros



entrevistados explicam que Jango estava em viagem, do Rio de Janeiro para Brasília, depois para Porto Alegre e finalmente ao Uruguai, no dia 2 de abril. E foi nesse ínterim que o golpe foi dado no Congresso.

Olavo de Carvalho argumenta que o golpe de 64 teria sido primeiramente civil e depois militar. A participação do exército teria ocorrido aos poucos, pois, inclusive eles nem queriam dar um golpe, e só o fizeram por conta das ações do Olímpio Mourão Filho – considerado um “doidão” nas palavras de Olavo de Carvalho – que teria tomado a iniciativa de mobilizar a parte do exército que não apoiava João Goulart. É estranho pensar que a participação militar teria ocorrido de forma tão tardia, considerando que as operações tiveram início em 31 de março, forçando o presidente a viajar do Rio de Janeiro para Brasília e depois para Porto Alegre em busca de apoio, e só após a deflagração do golpe é que ele teria ido para o exílio no Uruguai (Fausto, 2006, p. 460).

Este autor explica que tudo ocorreu de forma rápida, com a mobilização massiva de integrantes do exército de diversos estados se movimentando em direção ao Rio de Janeiro, especificamente para o Palácio Guanabara e, posteriormente, com a articulação do Congresso para declarar a vacância do cargo da presidência, passando a posição para Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados à época.

Cabe citar, ainda, a forma como a trilha sonora do documentário muda no momento da narração sobre os eventos de 31 de março de 1964. Até antes do golpe, a trilha que imperava era a de mistério e de suspense, evocando um sentimento de desconfiança, de investigação e de que algo estaria para ser revelado. Isso condiz bem com a primeira metade do documentário, quando uma grande conspiração está sendo revelada e não se sabe quando o inimigo comunista irá atacar. Deste outro ponto em diante a trilha é de triunfo, épica e vitoriosa, pois o adversário está sendo vencido, eles se prepararam para atacar, mas perderam. As forças patrióticas, junto do apoio popular e do exército, foram bem sucedidas em impedir o golpe da esquerda.

Olavo de Carvalho aparece para definir a participação dos EUA no golpe como mera teoria da conspiração. Essa participação pode parecer inexistente, pois no fim das contas ela não foi necessária e tudo ocorreu com pouca resistência. Todavia, documentos comprovam que uma série de ações de bastidores contribuíram para a deflagração do golpe de estado, incluindo propaganda anticomunista, apoio aos opositores de João Goulart, financiamento de agências como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o reconhecimento do governo militar tão logo o golpe foi instaurado (Durão, 2024). Além disso, a operação *Brother Sam* foi o ato mais direto de apoio

ao golpe, que tinha como objetivo fornecer munição e combustível, transportados em porta-aviões, para ajudar os golpistas caso houvesse resistência (Starling, 2024, p. 60).

Apesar de entenderem o golpe de 64 como um ato positivo que salvou o Brasil da revolução comunista, os entrevistados se mostram pontualmente contrários à tomada de poder prolongada dos militares. Em 11 de abril de 1964, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco é eleito, por meio de voto indireto, para assumir a presidência do país até as próximas eleições. Castelo Branco fazia parte do chamado Grupo Sorbonne, ala militar mais branda que era oposta à chamada “linha-dura” e que tinha, pelo menos no discurso, a intenção de devolver o poder para os civis nas próximas eleições.

Entretanto, esse não foi o cenário que se desenrolou, uma vez que conforme o governo militar percebia que sua administração não tinha tanto apoio político, passaram a decretar Atos Institucionais (AI) como medida para minar outras alas da política e ganhar mais poder. Essas atitudes não recebem o apoio de alguns dos entrevistados no documentário, que se colocam contra uma ditadura de longo prazo e que eles consideram como um dos fatores que permitiu a vitória da esquerda no campo cultural, conforme será visto mais próximo da conclusão do documentário.

A ditadura militar vai fechando o cerco e mesmo durante os anos iniciais e mais “brandos”, houveram diversas práticas autoritárias que prepararam o terreno para a linha-dura. Fausto (2006) explica que houve um apagamento do congresso, censura, fechamento de partidos, cassações, prisões e a aprovação de um novo texto constitucional em 1967. Isso joga por terra a narrativa de que o documentário busca estabelecer, a de que a ditadura realmente começou apenas durante a instauração do AI-5, período mais duro do regime militar.

Apesar de uma breve crítica às práticas do regime militar, o BP justifica a intensificação da opressão e do cerceamento das liberdades individuais por conta das ações das guerrilhas. Esses grupos são retratados simplesmente como bandidos e terroristas que realizavam roubos, atentados com bombas, fuzilamento, torturas e assassinatos. Há um fato interessante que convém ser relatado sobre esse trecho no qual é mencionada a Guerrilha do Araguaia. Segundo algumas fontes (Buzalaf, 2019, p. 5; Serva, 2019; Rocha, 2021, p. 289) o documentário utilizou uma fotografia de Sebastião Salgado retratando o garimpo na Serra Pelada como sendo uma imagem das guerrilhas. Entretanto, ao assistir o documentário atualmente, a foto (Figura 9) não aparece no trecho em questão (1h 22min). Isso levanta duas observações; primeiro a de que o documentário passou por pequenas alterações desde a sua publicação, e segundo a de que isso coloca em xeque a credibilidade das imagens e gravações

que são exibidas ao longo do documentário, já que são raros os momentos em que essas figuras recebem algum indicativo de fonte ou descrição sobre do que se tratam.

O documentário segue abordando as ações das guerrilhas, após apontar os vários tipos de crimes cometidos pelas guerrilhas, o narrador comenta que “essa é uma verdade pouco noticiada nos anos seguintes pela imprensa e academia brasileira, que tratou tudo como uma luta contra a ditadura e pela democracia.” (1964: o Brasil entre armas e livros, 2019). As guerrilhas são associadas às figuras mais recentes da política brasileira como a ex-presidenta Dilma Rousseff, que participou da Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares).

A intenção aqui não é sutil. Ao mostrar um trecho do discurso de Dilma em que ela conta ter participado da resistência à ditadura, o documentário quer construir a narrativa de que hoje os “criminosos” e “terroristas”, que mataram inocentes com a “desculpa” de combater o regime militar, estão ocupando os mais altos cargos da política brasileira. Isso toca direto nos temores e crenças do público mais conservador que o documentário busca atingir. É inclusive dito mais a frente pelo próprio narrador: “Esses grupos eram formados por pessoas que protagonizaram, nos anos seguintes, a política no Brasil.” (1964: o Brasil entre armas e livros, 2019).

Outra figura que também é relacionada com a luta armada e a política recente do Brasil é José Dirceu, que foi preso em 2013 pelo crime de corrupção ativa. O político era filiado ao PT e ocupou o cargo de Ministro da Casa Civil (2003-2005) durante o primeiro governo de Lula.

**Figura 9** - Fotografia de Sebastião Salgado retratando o garimpo na Serra Pelada



Fonte: Jornal Folha de São Paulo (2019)

O objetivo é descredibilizar a luta dos revolucionários contra o regime militar, deslegitimar as lutas sociais do tempo presente e suavizar a memória sobre o passado, reforçando o senso comum de que “só era preso pela ditadura quem era bandido”. De fato, os grupos guerrilheiros cometeram diversos atentados e crimes que resultaram na morte de pessoas que não estavam diretamente ligadas ao regime. O documentário reforça o esquecimento do nome das “vítimas do comunismo” por parte da imprensa e da academia brasileira. Portanto, esse trecho do documentário busca defender a ideia de que o AI-5 seria apenas uma resposta dos militares à constante insurgência dos guerrilheiros.

Em diversos momentos a produção do documentário se mostra contrária aos crimes cometidos pela ditadura militar e reconhecem o endurecimento do regime ou “revolução”, termo com o qual gostam de se referir. Isso ocorre principalmente a partir da ascensão de Costa e Silva ao poder em 1968, e começam uma série de medidas que visam aniquilar as lideranças civis “democráticas” que tinham apoiado o golpe. A ditadura passa a ter um direcionamento tecnocrático e assume a postura que a linha dura desejava, na qual os militares tomavam as decisões. É pertinente destacar uma estratégia discursiva do documentário, pois embora critiquem o aumento da repressão, só o fazem a partir do momento em que a ditadura se volta contra aqueles que ajudaram a orquestrar o golpe. Sequestro, tortura e assassinato eram apenas formas de combater as guerrilhas, mas a cassação de políticos como Carlos Lacerda passa a configurar o regime como uma ditadura aos olhos do documentário.

Novamente a credibilidade da produção é colocada em dúvida. Para ilustrar o afastamento de Costa e Silva, e a tomada de poder por uma junta militar, o documentário exibe a foto do general Augusto Pinochet, Gustavo Leigh e José Toribio Merino, três dos líderes do golpe militar chileno de 1973, que em nada tinha a ver com o que estava acontecendo no Brasil, conforme apresentado na Figura 10:

**Figura 10** - Fotografia da junta militar utilizada no documentário.



Fonte: Documentário “1964 - o Brasil entre armas e livros” (2019)

Ao longo de todo o documentário são mostradas manchetes, recortes de jornais e capas de revistas para ilustrar os acontecimentos que estão sendo narrados. O que chama atenção aqui é a semelhança com a prática de *fake news*. Conforme explica Bucci (2019, p. 38), dois elementos caracterizam esse tipo de desinformação, a falsidade e a mimetização do jornalismo. Ao utilizar esses recortes de jornais, o documentário visa ilustrar e ganhar credibilidade, pois a princípio estaria se apoiando em fontes fidedignas. Entretanto, durante o uso da maioria dessas inserções de imagens de jornais, não há indicação de qual jornal foi retirado ou qual a data, restando ao público apenas aceitar que aquela única manchete, em que algumas palavras são destacadas em vermelho, tem relação com o que está sendo narrado.

**Figura 11** - Fotografia de Augusto Pinochet, Gustavo Leigh e José Toribio Merino



Fonte: BBC (2023)

Ao mostrar Médici assumindo o poder em 1969, o documentário enaltece sua figura carismática e destaca as grandes conquistas do país, especialmente no campo do esporte e da economia, conseguindo o apoio popular. O chamado “milagre econômico”, geralmente utilizado como argumento para enaltecer o período ditatorial, teve consequências pouco lembradas. De acordo com Schwarcz e Starling (2015, p. 678):

O “milagre econômico”, contudo, teve um preço, e o crescimento da economia se fez acompanhar de um processo acentuado de concentração de renda, resultado de uma política salarial restritiva, em que os ganhos de produtividade não eram repassados para os trabalhadores. Deu-se também um aumento vertiginoso da dívida externa, com o país mais vulnerável às alterações do cenário internacional em decorrência da captação de recursos privados no exterior — com financiamento mais barato e maior prazo — e obtenção de crédito para a indústria em bancos privados internacionais com juros flutuantes e elevados.

Apesar do governo militar conseguir vender uma imagem de prosperidade para uma parte da população brasileira, havia uma parcela significativa que a propaganda militar não conseguia alcançar: os jovens. O documentário aborda ainda alguns eventos como o Maio de 1968 na França, o Movimento Hippie nos EUA e a onda da contracultura, todos com influências significativas para os protestos e revoltas que ocorriam contra a ditadura. O comunismo retorna ao jogo e atua novamente pelos bastidores, segundo o narrador do documentário.

As demandas sociais desses movimentos de contracultura são vistas apenas como uma máscara para a trama que não conseguiam ver. À essa altura, a luta não era para derrubar o capitalismo, mas as bases da civilização ocidental. De acordo com o narrador, o fundador do Partido Comunista Italiano (PCI) passou a escrever os “Cadernos do Cárcere”, nos quais seriam descritas estratégias marxistas para que a esquerda dominasse através do campo cultural, destruindo valores, moral, religião e família. Para efetivar esse plano, os comunistas deveriam assumir posições em instituições educacionais, religiosas e comunicacionais para criar um novo modo de pensar.

Além do claro discurso ideologicamente enviesado, esse trecho do documentário comete mais um erro historiográfico. Se período abordado era o do final dos anos 1960, e se encaminhando para início dos 1970, ao afirmar que o fundador do PCI estava escrevendo os “Cadernos do Cárcere”, o narrador comete um anacronismo, pois os escritos em questão foram feitos por Antonio Gramsci no período em que esteve preso na Itália, entre 1926 e 1937, ou seja, anos antes dos acontecimentos relatados no documentário (Buzalaf, 2019, p. 5; Rocha, 2021 p. 282). Ademais, o próprio Gramsci não é a única figura fundadora do PCI.

O que está sendo construído é uma admissão de derrota por parte da esquerda na luta armada e uma busca por vitória no campo cultural, espaço desocupado pelo governo militar. Disso advém o título da obra “1964: o Brasil entre armas e livros”. Conforme explica Rocha (2021, p. 281):

A ditadura triunfou no território das armas, mas, sem um entendimento apurado da dinâmica das forças mundiais nas décadas de 1960 e 1970, cedeu terreno na área da cultura, o que se revelou um erro decisivo. Em outras palavras, a ditadura venceu a batalha militar, porém perdeu fragorosamente a guerra cultural.

Essa nova estratégia teria sido aplicada nas universidades e instituições estudantis, com organização de festivais artísticos, musicais, filmes e publicações periódicas que estariam dentro dessa agenda da contracultura, mas que na verdade seria apenas um veículo de

alienação de jovens por meio das ideias do Marxismo cultural e de Gramsci, muito embora fosse sem sentido associar os dois pensamentos (Rocha, 2021, p. 281). O documentário segue abordando o avanço da esquerda no campo da cultura, principalmente com o apoio dos grandes veículos de comunicação, que antes ofereceram apoio aos golpistas. A relação se deteriorou aos poucos, e conforme o regime ia se tornando mais opressor, havia o emprego da censura e a crise econômica ia crescendo.

Ernesto Geisel assumiu a presidência e adotou a estratégia de começar uma abertura lenta e gradual da opressão, o que segundo Sílvio Grimaldo, deu espaço para que uma “esquerda moderada” e os movimentos comunistas penetrassem cada vez mais nas universidades. Nesse momento, o documentário tenta diminuir a censura realizada nesse período, afirmando que não existiam critérios sobre quem faria esse trabalho e que muitos dos censores, especialmente em jornais, não tinham tanta liberdade. Nas palavras de Lucas Berlanza: “é óbvio que havia censura, mas era muito pouco profissional [...] botavam um guardinha qualquer na esquina.” (1964: o Brasil entre armas e livros, 2019).

Já se encaminhando para o seu final, o documentário aborda brevemente o governo Geisel, que apesar da crise econômica e da inflação, continua desenvolvendo o país, cria estatais e regula o mercado. Além disso, extingue a censura e o AI-5. João Figueiredo assumiu a presidência em 1979 e uma de suas medidas é conceder anistia aos exilados da ditadura, bem como democratizar o país. Assim, seria passada uma borracha para ambos os lados. Nesse processo retorna o pluripartidarismo, e as Diretas Já ocorrem no ano de 1983, sendo encabeçada por políticos como Lula, Leonel Brizola, Fernando Henrique Cardoso e Tancredo Neves, que seria eleito indiretamente, pelo Congresso, para o cargo de presidente, mas falecendo antes de assumir.

A trilha do documentário volta a ganhar destaque na produção, dessa vez sendo mais dramática e melancólica, simbolizando a aproximação do fim da ditadura militar e a ascensão da esquerda. A narração relata que no processo de construção de uma nova constituição e com o enfraquecimento das lideranças conservadoras e liberais, apenas um lado (a esquerda) tomou a frente no debate e na redação do texto que formava o novo Brasil.

Thomas Giulliano, Rafael Nogueira, Hélio Beltrão, Lucas Berlanza e Aristóteles Drummond deixam bem clara sua aversão à Constituição de 1988. Nas palavras de Beltrão: “[...] quando você promete gratuidade para todos o que você vai conseguir entregar é mediocridade para todos.” (1964: o Brasil entre armas e livros, 2019). Para Rafael Nogueira:

Essa nova república, no fundo, é uma farsa, é uma burocracia tremenda e o povo... tá fora. Então você tem essa burocracia tremenda querendo se proteger, e para se proteger eles precisam proteger o que? O mito fundador da nova república, eles precisam insistir na tese de que essa nova república foi fundada para o cidadão e contra um ditador, e qualquer pessoa que os contrarie é ditador (1964: o Brasil entre armas e livros, 2019).

O documentário se encerra com o narrador resumindo o que foi abordado na obra. Esse trecho final é caracterizado por uma trilha sonora instrumental, aliada com a inserção de imagens e gravações contextualizando todo o processo que foi contado no documentário, desde os protestos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, passando pela tomada de poder pelos militares, manchetes de jornais, gravações de protestos da contracultura e conflitos armados. Ao falar da nova geração que surgiu após a democratização, é dado destaque para filmes e atores que são abertamente críticos à ditadura. No entanto, ao abordar a educação são mostrados, através de cortes rápidos, apenas alguns vídeos de Paulo Freire e Fernando Haddad.

No final de sua fala o narrador questiona o público: “o que fizeram os heróis?”; essa pergunta é seguida por uma série de cortes mostrando jornais com manchetes sobre acontecimentos recentes como Lula sendo eleito e posteriormente preso, José Dirceu também sendo preso, escândalos de corrupção, o golpe contra Dilma, além de uma série de outras imagens de revistas reportando os custos dos processos de anistia, para então finalizar com a bandeira do Brasil hasteada e balançando ao vento e que depois aparece em preto e branco. A narração é a seguinte:

Que fim teve a Guerra Fria? Se fizemos parte dessa guerra, se impedimos uma revolução foi com a ajuda do quarto poder do Brasil... o exército. Por 21 anos essa justificativa manteve o poder nas mãos dos militares e foi berço de novas consequências. A revolução se transmutou das armas para os livros, transformou um lado da guerra em mártir, fez da História propaganda, panfletou nas escolas, na mídia, nas universidades, formou a nova geração brasileira. Essa geração foi trabalhar nos meios de comunicação, nas editoras e na educação do Brasil. A hegemonia quase apagou o passado e perpetuar uma narrativa, um lado da guerra foi herói e o outro opressor. O que fizeram os heróis? (1964: o Brasil entre armas e livros, 2019).

A tela fica preta e surge uma citação atribuída pelo documentário à George Orwell: “Num tempo de engano universal, dizer a verdade é um ato revolucionário.” Essa frase, no entanto, não é de George Orwell. A conclusão do documentário é a de que hoje existe uma hegemonia da esquerda no campo cultural e na educação. É exatamente nesse campo que o Brasil Paralelo tenta jogar com suas produções audiovisuais e com diversos cursos ministrados por especialistas.



Falando apenas do que está dentro da proposta dessa pesquisa, o BP constrói seus documentários por meio do uso de artifícios desinformativos, ou pelo menos é o caso do documentário analisado. Conforme foi visto nas seções anteriores deste capítulo, o documentário “1964: o brasil entre armas e livros” utiliza diversos elementos cinematográficos e retóricos para convencer o espectador de uma ideia conspiracionista e mudar a narrativa sobre a ditadura militar, as motivações do golpe e a participação dos militares, bem como trazer esse processo para dentro de um contexto mundial.

A principal forma de desinformação do documentário é o negacionismo, uma vez que a busca por questionar o valor histórico e as contribuições construídas ao longo de anos por historiadores e demais cientistas é colocado em xeque por meio de uma falsa simetria formada por um revisionismo metodologicamente frágil. Retorna-se para a fala de Marques e Raimundo (2021, p. 68):

[...] o discurso negacionista questiona o valor histórico do conhecimento científico, dos argumentos racionais e da experiência adquirida ao longo dos anos, ao defender a ideia de que todas as opiniões têm o mesmo valor. Nesse sentido, vale-se de versões discursivas fragmentadas e anacrônicas para alavancar o antagonismo a fim de explicar qualquer fato, seja social ou natural, como tendo igual poder explicativo, pondo o senso comum, na maioria das vezes, como argumento de igual valor para contradizer o conhecimento científico.

A prática do BP não é tão diferente daquela feita pela indústria tabagista para esconder os malefícios do cigarro e manter o mercado (Zamboni, 2002, p. 2), pois buscam se apoiar justamente naquilo que eles criticam. A produtora se posiciona de forma contrária às universidades, pois estas estariam seguindo uma agenda da esquerda, mas para criticar isso recorrem às pessoas que seriam autoridade na temática do documentário, inclusive se apoiando na descoberta de documentos, mesmo que esses nunca sejam mostrados.

Embora o BP pregue que há uma hegemonia da esquerda e o que está sendo contado no documentário é uma visão alternativa dos fatos, apoiada na descoberta de novas evidências e documentos, não se deve perder de vista que o discurso da produtora é hegemônico dentro dos círculos da direita. Isso fica claro logo no começo do documentário, quando pessoas ligadas a esse campo ideológico, se dedicaram a divulgar da obra e os entrevistados que participam do projeto, estão alinhados com as políticas de direita. Embora não seja esse o objetivo da pesquisa, observar brevemente essas interações foi inevitável, uma vez que faz parte da forma de funcionamento das redes e também do contexto no qual a obra está inserida.

A seção de comentários da obra é permeada por diversas pessoas enaltecendo a produção, elogiando seu caráter histórico, sua importância para o Brasil e parabenizando o

trabalho dos pesquisadores, e eles serem tidos como verdadeiros patriotas. O que mais chama atenção são comentários de pessoas que dizem “Tirou a venda de meus olhos!” ou “Quantos nomes citados, quantas verdades foram manipuladas e escondidas tanto tempo”.

O que percebemos nesses comentários é o efeito da pós-verdade. Conforme Araújo (2020, p. 2) e Schneider (2022, p. 61) explicam, na atual conjuntura desse fenômeno, os fatos objetivos não são tão importantes quanto as crenças pessoais dos indivíduos, mas indo para além disso, os autores explicam que por trás disso há um caráter conservador nos aspectos político, cultural e moral, sendo mediados dentro da lógica algorítmica das redes sociais ordenadas por conglomerados capitalistas. Em outras palavras, esse produto, disfarçado pela máscara da objetividade e busca da verdade, apenas reforça aquilo que seu público já acredita, oferecendo argumentos que são frágeis, incoerências históricas e narrativas enviesadas, mas que dialogam com os sentimentos dessas pessoas.

Trazendo esse pensamento para o contexto das redes sociais, o que se tem é influência da mediação algorítmica e a lógica das bolhas de desinformação ou câmaras de eco. De acordo com Macêdo Junior (2020, p. 103), a mediação algorítmica diz respeito a um sistema de gerenciamento de plataformas virtuais por meio de programas que coletam dados dos usuários, analisam e definem que tipo de conteúdo será entregue, ficando sujeitas ao mesmo tipo de conteúdo, criando as chamadas câmaras de eco.

Isso demonstra que, em partes, o BP conseguiu um de seus objetivos, o de mostrar a verdade não contada e revelar a grande conspiração escondida pela esquerda, pela imprensa e pela universidade. Esse público cativo faz sua parte em engajar com o documentário, inclusive com alguns demandando que seja obrigatório e que seja exibido nos cinemas. Portanto, dentro desse contexto, o discurso do BP é hegemônico e já influencia e faz parte do imaginário coletivo.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos foi possível observar a ascensão das redes sociais como um espaço de compartilhamento e interação entre sujeitos por meio da mediação de algoritmos. Tanto se tornou possível criar e disseminar conteúdo de qualidade, quanto o de espalhar desinformação. Não é coincidência que junto desse processo vozes conservadoras tenham achado um espaço para se organizar, propagar suas ideias e narrativas.

Essa pesquisa deu conta de entender o fenômeno da desinformação, suas diversas formas e práticas, bem como o seu impacto na sociedade contemporânea. Atos que visam enganar o outro em benefício próprio, manipular massas, gerar pânico, difamar, espalhar boatos e contar mentiras sempre existiu. Ao longo da história da humanidade é possível observar diversos casos em que as práticas de desinformação foram empregadas para ganho de poder político, financeiro, manutenção do *status quo*, ou simplesmente para espalhar ódio em relação a grupos minoritários.

*Fake news*, teorias da conspiração, negacionismo, pseudociência, misinformação, má informação, se tornaram elementos que estão dentro do escopo do fenômeno da desinformação, mas sempre existiram, apenas numa escala menor ou tomando outras formas. O que mudou nos últimos anos foi o modo como essas práticas passaram a ser disseminadas.

Com a popularização das redes sociais e antes disso com a internet, criou-se um espaço que até certo ponto, ampliou o acesso à informação de forma rápida, permitindo o compartilhamento de ideias, a interação virtual entre os usuários dessas plataformas e, mais recentemente, a atuação profissional como produtor de conteúdo digital. Entretanto, esse aumento também abriu espaço para o compartilhamento de desinformação.

Grupos conservadores e de extrema direita fizeram uso notório de desinformação dentro desses espaços virtuais. Por meio do uso de plataformas como *Facebook*, *Instagram*, “X”, e aplicativos de mensagens como *Whatsapp* e *Telegram*, a disseminação de desinformação ocorre de maneira rápida e descontrolada, atingindo um grande número de usuários, principalmente considerando que o conteúdo veiculado pela plataforma é regido por algoritmos que direcionam o que terá mais visibilidade e o que terá menos.

Diversos estudos se propuseram a entender a desinformação dentro desses ambientes, porém uma que aparentemente não ganha tanto destaque é o *Youtube*. Dado o seu caráter de plataforma para conteúdo audiovisual, a produção de desinformação não ocorre de forma tão rápida. Nas demais plataformas, um simples texto escrito de forma enérgica e apelando para

os medos, crenças e sentimentos do público, já é suficiente para que seja compartilhado e ganhar mais adeptos.

Entretanto, a desinformação feita por meio do audiovisual não é menos nociva e nem menos manipuladora. Filmes, documentários, séries e novelas carregam elementos de representação do real. Mesmo com enredos ficcionais essas produções exercem forte influência sobre o imaginário social e tem a capacidade de servir como suporte para a criação de narrativas que influenciam a memória coletiva. Isso também é válido para as produções veiculadas através do *Youtube*, especialmente considerando o tamanho e alcance da plataforma.

Diante disso, foi pertinente analisar a produção de conteúdo do Brasil Paralelo para analisar os elementos que constituem sua produção audiovisual e como a desinformação estaria presente no discurso. Embora se diga neutro, o BP claramente tem um posicionamento ideológico que pende para a direita. Além disso, a produtora de conteúdo busca ser uma voz alternativa dentro da hegemonia cultural da esquerda, que supostamente dominaria o cinema, as redes de televisão, teatros, escolas e universidades.

A pesquisa almejou responder à questão principal que norteou o estudo ao averiguar a presença de práticas desinformativas no documentário “1964: o Brasil entre armas e livros”. A obra já é construída dentro da premissa de conduzir um revisionismo histórico, mas na verdade trata-se de negacionismo. Toda a produção é construída, e até certo ponto manipulada, para corroborar com o argumento de que a esquerda perdeu a batalha armada contra a ditadura, mas venceu no campo cultural e educacional, e se firmaram de forma hegemônica nas universidades e na mídia, uma vez que segundo eles, os guerrilheiros que cometeram crimes na ditadura, hoje estão ocupando os mais altos cargos da política.

Para defender este argumento, o documentário recorre à especialistas nacionais e internacionais, além de supostos documentos que comprovam o golpe da esquerda, impedido apenas pela ação dos militares. A culpa atribuída aos guerrilheiros se daria no tocante ao endurecimento da ditadura e à minimização dos crimes cometidos nesse período.

No tocante aos objetivos específicos, cada um foi sendo atendido ao longo do estudo. Primeiramente foram identificadas as formas como a desinformação se faz presente no contexto contemporâneo e, para tal, foi feito um apanhado geral sobre momentos da história nos quais houve uma forte influência das práticas de desinformação. No entanto, essas ações ocorrem por meio da plataformas de interação social, tendo uma alcance e velocidade de disseminação muito maior, de modo que se tornou praticamente uma indústria, na qual agentes se ocupam de construir uma *fake news*, uma teoria da conspiração ou uma simples

descontextualização, que gera engajamento nessas redes, fazendo a desinformação circular ainda mais e ganhar adeptos que vão acreditar fielmente naquilo, pois na maioria dos casos apenas confirma o que eles já acreditavam.

O segundo objetivo deu conta de abordar a influência das mídias audiovisuais na construção do imaginário social. Alguns autores vão entender que a memória coletiva de uma comunidade pode ter suas bases fragilizadas conforme as relações vão se tornando mais abstratas, colocando isso na conta das redes sociais, por essa razão estariam mais suscetíveis às influências de narrativas oriundas de fontes externas que buscam manipular.

O cinema e o audiovisual são elementos que sempre tiveram seu papel na criação de um imaginário social, construindo uma visão muitas vezes romantizada de eventos, mas também por vezes bastante crítica. Fato é que essas narrativas, ficcionais ou não, exercem influência na forma como as pessoas costumam perceber o outro. Dessa forma, o BP se propõe a produzir documentários que abordam a história e sociedade brasileira, porém com o intuito de trazer uma visão alternativa ou paralela àquela que a mídia e os professores de história não contam, pois supostamente estariam todos obedecendo uma agenda esquerdista.

O documentário “1964: o Brasil entre armas e livros”, umas das produções de maior sucesso da produtora, foi assistido e por meio da análise fílmica e análise de discurso crítica, foram identificadas uma série de práticas que podem se configurar como desinformativas e negacionistas, dando conta de atender o terceiro objetivo. A narrativa veiculada no filme é convergente com o discurso hegemônico da direita conservadora. A tentativa de colocar em descrédito as universidades e de articular uma narrativa que esses espaços são dominados por agentes de esquerda está presente logo no início do documentário e coaduna com ideias de uma reforma na educação ou mesmo adoção do *homeschooling*.

A falta de um arcabouço documental e metodológico fragiliza a tentativa de expor uma narrativa paralela para o que se tem como verdade factual e também documentada sobre a ditadura militar. Essa fragilidade pode ter sido intencional, visto que a falta de uma precisão em termos de fontes vem justamente em convergência a uma estratégia de desinformação. Ao não destacar a origem de imagens, jornais ou do que está sendo relatado, o público em geral fica com a opção de apenas acreditar no que a produção está apresentando.

Ao longo do documentário foi possível identificar anacronismo, incongruências, uso de recortes de jornal de forma descontextualizada, uso de imagens que em nada tinham relação com o que estava sendo mostrado, manipulação de fatos e falsas simetrias. Além disso, o documentário pouco se importou em buscar garantir uma maior credibilidade de sua narrativa, uma vez que não mostra os documentos que são tão imprescindíveis para o

argumento da produção, que é a presença de agentes soviéticos no Brasil e que estavam articulando um golpe.

Ademais, o documentário faz uso de diversos elementos constituintes de narrativas cinematográficas para conquistar o público por meio de sentimentos. O uso de imagens sem qualquer indicação de fonte (afinal, para eles isso pouco importa) para contextualizar o que está sendo narrado, mas que por meio da edição manipula a atenção do público e direciona seu olhar apenas para o que é necessário para defender seu argumento. O uso de trilha sonora de suspense quando se está desvendando o mistério dos agentes soviéticos que queriam dar um golpe no país, uma trilha mais épica quando o golpe militar é deflagrado e o país estaria salvo, e uma trilha mais dramática quando a esquerda consegue sua hegemonia cultural e a democracia retorna por meio de uma nova constituição.

A busca não é por apresentar uma verdade não revelada sobre o passado, mas defender o cenário atual da sociedade brasileira. A própria produtora surge como uma resposta às crises e protestos que ocorreram no país em 2014 e 2015. Por meio dessas e demais produções o BP busca justificar as ações das alas conservadoras e de direita, bem como criar um imaginário sobre uma esquerda que busca acabar com os valores e a moral da sociedade.

“1964: o Brasil entre armas e livros” é um panfleto que prega ideias conservadoras, liberais, prezando pelos bons costumes e pela moral do cidadão de bem. Ao longo das páginas anteriores foi visto a forma como o “documentário” vende uma ideia conspiracionista para um público já cativo e adepto desse pensamento. Para tal, utiliza-se de uma série de artifícios retóricos, aliados aos elementos audiovisuais para conduzir o espectador por uma narrativa paralela, que dialoga diretamente com os sentimentos e as crenças já estabelecidas.

Portanto, a produção busca reforçar o imaginário daqueles que já estão convencidos desde o primeiro minuto do documentário sobre a suposta hegemonia da esquerda, da busca por eliminar a moral e os bons costumes, e muni-los com argumentos - mesmo que permeados por incongruências, descontextualização e desinformação - para disseminar estes pensamentos em redes sociais, grupos de mensagens, fóruns e demais espaços, de modo que a máquina da desinformação continue a girar.

## REFERÊNCIAS

1964: o Brasil entre armas e livros. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (2h 07 min). Publicado pelo canal Brasil Paralelo. Disponível em: <http://https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg>. Acesso em: 18 dez. 2025.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AFP. Redes sociais passam dos 5 bilhões de usuários, revela informe. **O Globo**. Rio de Janeiro, 31 jan. 2024. Tecnologia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2024/01/31/redes-sociais-passam-dos-5-bilhoes-de-usuarios-revela-informe.ghml>. Acesso em: 17 ago. 2025.

ALCÂNTARA, M. H. M.; BELMONT, R. P.; FORNAZIER, M. G. F. História, ideologia e mídias sociais no ensino de História: o caso Brasil Paralelo. **Jamaxi**, v. 5, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/5768>. Acesso em: 30 jun. 2025.

ANDOR. Produção: Kathleen Kennedy, Tony Gilroy, Diego Luna. LucasFilm, 2022-2025. [Episódio: Welcome to the Rebellion]. Disponível em: <https://www.disneyplus.com/pt-br>. Acesso em: 6 jan. 2026.

ANDRADE, J. A. O Grande Medo Brasileiro: imaginário social, cultura do medo e anticomunismo no Brasil da Segunda República. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 21–43, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/77753>. Acesso em: 27 ago. 2025.

ANOLLI, L. **Mentir**: todos mentem, até os animais. São Paulo: Edições Loyola e Paulinas, 2004. (Para saber mais). Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ogttwzp5XfEC&oi=fnd&pg=PA5&dq=Sinal+enganoso+animais&ots=4MMOwfi5R2&sig=obnQgEb0XLNRn6yupzdz1x6rphg#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 26 maio 2025.

ARAÚJO, C. A. Á. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/qhsrgPL7T6RbKKVbMwrPMNb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 dez. 2025.

ARAÚJO, C. A. Á. Dinâmicas da desinformação. **Páginas a&b**: arquivos e bibliotecas, p. 31–52, 2024. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/14005>. Acesso em: 26 maio 2025.

ARAÚJO, C. A. Á. O que é ciência da informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 1-30, 2013. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958/14205>. Acesso em: 26 ago. 2025.

ARAÚJO, C. A. Á. Novos desafios epistemológicos para a ciência da informação. **Palavra Clave**, v. 10, n. 2, p. 1-16, 1 abr. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.org.ar/pdf/pacla/v10n2/1853-9912-pacla-10-2-e116.pdf>. Acesso em: 26 maio 2025.

ARAÚJO, C. A. Á. O fenômeno da pós-verdade e suas implicações para a agenda de pesquisa na Ciência da Informação. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 25, p. 01-17, 8 maio 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e72673>. Acesso em: 26 maio 2025.

BAINES, D.; ELLIOTT, R. J. Defining misinformation, disinformation and malinformation: An urgent need for clarity during the COVID-19 infodemic. **Discussion papers**: Department of Economics, University of Birmingham, Birmingham, jun. 2020. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/bir/birmec/20-06.html>. Acesso em: 28 maio 2025.

BARBA, M. D.; WENTZEL, M. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação. **BBC News Brasil**, São Paulo, 19 abr. 2016. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415\\_bolsonaro\\_ongs\\_oab\\_mdb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb). Acesso em: 27 ago. 2025.

BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. Introdução. In: BATISTA JUNIOR, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. **Análise de discurso crítica**: para linguistas e não linguistas. São Paulo: Parábola, 2018. p. 7-19.

BAUER, C. S. Enfrentando o silêncio das sociedades perfeitas: a história pública e o revisionismo da ditadura civil-militar brasileira. In: MAUAD, A. M.; SANTHIAGO, R.; BORGES, V. T. (Orgs.). **Que História Pública Queremos? What Public History Do We Want?**. Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2018, p. 194-203.

BBC. Entenda o escândalo de uso político de dados que derrubou valor do Facebook e o colocou na mira de autoridades. **G1**, São Paulo, 20 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/entenda-o-escandalo-de-uso-politico-de-dados-que-derrubou-valor-do-facebook-e-o-colocou-na-mira-de-autoridades.ghtml#:~:text=A%20Cambridge%20Analytica%20teria%20comprado,e%20The%20New%20York%20Times>. Acesso em: 28 maio 2025.

BBC. O que foi o Grande Engodo da Lua e por que tantos caíram em uma mentira tão fantasiosa? **G1**. São Paulo, 23 nov. 2022. Caderno de ciência. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia/noticia/2022/11/23/o-que-foi-o-grande-engodo-da-lua-e-por-que-tantos-cairam-em-uma-mentira-ao-fantasia.ghtml>. Acesso em: 26 maio 2025.

BEZERRA, A. C.; BORGES, J. Sleeping Giants: a ofensiva moral dos gigantes adormecidos contra o novo regime de desinformação. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristovão, v. 23, n. 1, p. 178–195, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epic/article/view/15348>. Acesso em: 17 set. 2025.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.



BOLESINA, I.; GERVASONI, T. A. “Seres nada-fantásticos e onde habitam”: a desinformação sobre o coronavírus e a COVID-19 propagada por trolls, fakers, haters e bullies e a configuração de abuso de direito. **Revista IBERC**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 37–60, 2020. Disponível em: <https://revistaiberc.responsabilidadecivil.org/iberc/article/view/115>. Acesso em: 28 maio. 2025.

BOLETIM DA LIBERDADE. Brasil Paralelo: em entrevista exclusiva, conheça a origem dos documentários que fazem sucesso na Internet. **Boletim Liberdade**, 19 jul. 2018. Disponível em: <https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/07/19/brasil-paralelo-em-entrevista-exclusiva-conheca-a-origem-dos-documentarios-que-fazem-sucesso-na-internet/>. Acesso em: 27 ago. 2025.

BORGES, Í. N. O Paralelismo do Absurdo: 1964 - o Brasil entre armas e livros e seus desserviços históricos e sociais. **Expedições: Teoria da história e historiografia**, Morrinhos/Go, v. 10, n. 2, p. 152-166, maio/ago. 2019. Disponível em: [https://www.revista.ueg.br/index.php/revista\\_gether/pt\\_BR/article/view/9680](https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_gether/pt_BR/article/view/9680). Acesso em: 28 dez. 2025.

BORKO, H. Information science: what is it?. **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.5090190103>. Acesso em: 26 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 12 set. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm). Acesso em: 28 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, p. 5, 18 nov. 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm). Acesso em: 27 ago. 2025.

BRAVO, D. L. Desfragmentación de la memoria colectiva: condición de posibilidad para la formación ciudadana. **Revista boletín redipe**, v. 11, n. 2, p. 55-73, fev. 2022. Disponível em: <https://revista.redipe.org/index.php/1/article/view/1668/1578>. Acesso em: 26 ago. 2025.

BRIGGS, A.; BURKE, P. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à internet. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. Tradução de: Maria Carmelita Pádua Dias; revisão técnica de: Paulo Vaz.

BRISOLA, A.; BEZERRA, A. C. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. *In*: Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Florianópolis: UEL, 2018. p. 3316-3330. Disponível em: [http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX\\_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1219](http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1219). Acesso em: 17 set. 2025.

BRITO, R. M.; MARTÍNEZ, M. A. S. Memoria colectiva y procesos sociales. **Enseñanza e investigación en psicología**, [S.L.], v. 10, n 1, p. 171-189, jan/jun. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/292/29210112.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2025.

BROOK, T. Por que os russos são sempre vilões em Hollywood? **BBC News Brasil**, São Paulo. 07 jan. 2015. BBC Culture. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/141219\\_vert\\_cul\\_cinema\\_viloes\\_russo](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/141219_vert_cul_cinema_viloes_russo). Acesso em: 27 ago. 2025.

BUCCI, E. News não são fake - e fake news não são news. *In*: BARBOSA, M. (org.). **Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas**. Rio de Janeiro: Cobogó. Cap. 3. p. 37-48.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of The American Society For Information Science**, v. 45, n. 5, p. 1-15, jan. 1991. Disponível em: [https://www.cin.ufpe.br/~cjpgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20\(thing\).pdf](https://www.cin.ufpe.br/~cjpgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20(thing).pdf). Acesso em: 28 dez. 2025.

BUDIONO, T.; TRIYONO, A. YouTube Endorsement and Changes in the Web 2.0's Advertising Industry. **Jurnal AspiKom**, v. 5, n. 2, p. 338-351, 15 jul. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.24329/aspikom.v5i2.609>. Disponível em: <https://jurnalaspikom.org/index.php/aspikom/article/view/609>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BURGESS, J.; GREEN, J. **Youtube e revolução digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade**. São Paulo: Aleph, 2009.

BUSH, V. **Science The Endless Frontier**. 1945. Disponível em: <https://www.nsf.gov/about/history/vbush1945.htm>. Acesso em: 27 ago. 2025.

BUZALAF, M. N. Revisionismo ou Negacionismo? A Ditadura Civil-militar no Filme “1964 – o Brasil entre armas e livros (2019)”. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42., 2019, Belém. **Anais [...]**. Belém: Intercom, 2019. p. 1-12. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-2116-1.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2025.

CALVERT, J. **What's Special about Basic Research?**: Science, Technology, & Human Values, [S.L.], v. 31, n. 2, p. 199-220, mar. 2006. Disponível em: [https://sciencepolicy.colorado.edu/students/envs\\_5100/calvert\\_2006\\_2.pdf](https://sciencepolicy.colorado.edu/students/envs_5100/calvert_2006_2.pdf). Acesso em: 18 fev. 2025.

CAMPBELL, J. **Internet Troll**. 2023. Disponível em: [https://www-ebSCO-com.translate.google/research-starters/science/internet-troll?\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=pt&\\_x\\_tr\\_hl=pt&\\_x\\_tr\\_pto=tc](https://www-ebSCO-com.translate.google/research-starters/science/internet-troll?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc). Acesso em: 03 jun. 2025.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 5., 2003. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: [https://www.capurro.de/enancib\\_p.htm](https://www.capurro.de/enancib_p.htm). Acesso em: 26 ago. 2025.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/j7936SHkZJkpHGH5ZNYQXnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 dez. 2025.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise do discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 4, n. 15, p. 679-684, out./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/9VBbHT3qxByvFCtbZDZHgNP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2025.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARVALHO, R. P. **História, comunicação e ideologia**: a propaganda do ticket conservador liberal. 2019. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Cultura, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uniso.br/server/api/core/bitstreams/ea64f8b4-3490-4e67-b125-d5a640935422/content>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v. 1, A era da informação: economia, sociedade e cultura.

CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 530-557, 19 dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/165232>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CHALEGRA, J. Brasil é líder mundial em número de influenciadores digitais. **Consumidor Moderno**, São Paulo, 19 jun. 2024. Disponível em: <https://consumidormoderno.com.br/brasil-influencia-digital/>. Acesso em: 17 ago. 2025.

CHOULIARAKI, L; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2007.

CNN. Mais de 9h online por dia: hiperconexão preocupa brasileiros, diz estudo. **CNN Brasil**. São Paulo. 30 jun. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/mais-de-9h-online-por-dia-hiperconexao-preocupa-brasileiros-diz-estudo/>. Acesso em: 17 ago. 2025.

COELHO, P.; OLIVEIRA, R. Divulgação de conteúdos audiovisuais no Youtube como alternativa a outros suportes. **Internet Latent Corpus Journal**, v. 2, n. 1, p. 16-29, 1 jan. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.34624/ILCJ.V2I1.14893>. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/ilcj/article/view/14893>. Acesso em: 28 jun. 2025.

CONCI, L. G. A.; LOPES, J. G. M. Processos de Escolha Política, Mediação Anti-democrática e Ambientes Digitais. **Direito Público**, Brasília, v. 18, n. 99, p. 352-377, 28 out. 2021. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5743/pdf>. Acesso em: 03 jun. 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. **Cinemark emite nota de esclarecimento após exibição de filme sobre 1964**. 2019. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/04/02/interna-brasil,746968/cinemark-emite-nota-de-esclarecimento-apos-exibicao-de-filme-sobre-196.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2025.

COSTA, L. Como o Twitter (e outras redes sociais) ganham dinheiro? **Super Interessante**, 26 abr. 2022. Caderno de Sociedade. Disponível em:

<https://super.abril.com.br/sociedade/como-o-twitter-e-outras-redes-sociais-ganham-dinheiro/>. Acesso em: 28 maio 2025.

CUNHA, M. N. A revista Paz e Terra: um lugar da memória da comunicação religiosa, ecumênica e política no Brasil. **Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, [S.L.], v. 18, n. 56, p. 513-541, 31 ago. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/24564/17743>. Acesso em: 28 dez. 2025.

DEMO, P. Ambivalências da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, mai-ago. 2000. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/885>. Acesso em: 26 ago. 2025.

DETONI, P. A manipulação “nas entrelinhas” do Brasil Paralelo. **Outras palavras**, São Paulo, 27 fev. 2024. Disponível em:

<https://outrapalavras.net/crise-brasileira/brasil-paralelo-modos-manipulacao-verdade/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

DUARTE, E. J.; CALDIN, C. F. Abordagem fenomenológica na Ciência da Informação: reflexões sobre o método utilizado por Edmund Husserl e Maurice Merleau-Ponty. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 315–334, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1213>. Acesso em: 25 fev. 2025.

DUARTE, R. **Indústria cultural e meios de comunicação**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DURÃO, R. **Understand the US participation in the military coup of 1964 in Brazil—and what may still be revealed**. 2024. Disponível em:

<https://peoplesdispatch.org/2024/04/02/understand-the-us-participation-in-the-military-coup-o-f-1964-in-brazil-and-what-may-still-be-revealed/>. Acesso em: 28 dez. 2025.

ECO, U. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2018. Tradução Eliana Aguiar.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **A propaganda nazista**.

Enciclopédia do Holocausto, 25 jul. 2025. Disponível em:

<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/nazi-propaganda>. Acesso em: 26 ago. 2025.

ERLL, A. **Memoria colectiva y culturas del recuerdo**: estudio introductorio. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2012.

FAGUNDES, V. O. *et al.* Jovens e sua percepção sobre fake news na ciência. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 16, n. 1, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/PqdXRfWRLjpSZLGqvBfzzgF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 dez. 2025.

FALLIS, D. A Functional Analysis of Disinformation. *In*: ICONFERENCE, 2014, Berlim. **Proceedings**. Berlim: Humboldt-Universität zu Berlin, p. 621-627. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/items/47269>. Acesso em: 28 mai. 2025.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse**: textual analysis for social research. Londres: Routledge, 2003. Disponível em: <https://howardaudio.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/01/n-fairclough-analysing-discourse.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2025.

FAIRCLOUGH, N. **Critical Discourse Analysis**: the critical study of language. Harlow: Longman, 1995. Disponível em: <https://www.felsemiotica.com/descargas/Fairclough-Norman-Critical-Discourse-Analysis.-The-Critical-Study-of-Language.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2025.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: UNB, 2001

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FESTINGER, L. **A dissonância cognitiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERRARA, E. *et al.* The rise of social bots. **Communications Of The Acm**, v. 59, n. 7, p. 96-104, 24 jun. 2016. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/2818717>. Acesso em: 28 maio 2025.

FERREIRA, E. A.; GRANGEIRO, R. da R.; PEREIRA, R. Influenciadores digitais: Análise da Profissionalização de uma Nova Categoria de Trabalhadores. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 14, n. 2, p. 04-23, 2019. Disponível em: <https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/2799>. Acesso em: 28 jun. 2025.

FILHO, J. “Na ditadura tudo era melhor”. Entenda a maior fake news da história do Brasil. **Intercept Brasil**, 22 set. 2018. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/09/22/na-ditadura-tudo-era-melhor-entenda-a-maior-fake-news-da-historia-do-brasil/>. Acesso em: 27 ago. 2025.

FIOCRUZ - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Especial**: Vigilância Genômica Covid 19. Fiocruz, 14 de maio de 2021b. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/vigilancia-genomica-covid-19>. Acesso em: 16 jan. 2022.

FIRMINO, K. R. Brasil Paralelo: um empreendimento de disputa política e simbólica da (s) direita (s) recente (s). *In*: SANTOS, M. A. M. B.; MIRANDA, J. E. B. (org.). **Nova direita, bolsonarismo e fascismo**: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. Ponto Grossa: Texto e

Contexto, 2020. Cap. 6. p. 161-187. Disponível em:

<https://www.textoecontextoeditora.com.br/assets/uploads/arquivo/600fc-ebook-nova-direita-bolsonarismo-e-fascismo.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2025.

FONTANA, F.; PEREIRA, A. C. T. Pesquisa documental. *In*: MAGALHÃES JÚNIOR, C. A. O.; BATISTA, M. C. (org.). **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências**. 2. ed. Ponta Grossa: Atena, 2023. p. 42-58. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/profile/Carlos-Magalhaes-Junior/publication/370364182\\_Metodologia\\_da\\_Pesquisa\\_em\\_Educacao\\_e\\_Ensino\\_de\\_Ciencias/links/644c3dd797449a0e1a645b35/Metodologia-da-Pesquisa-em-Educacao-e-Ensino-de-Ciencias.pdf#page=45](https://www.researchgate.net/profile/Carlos-Magalhaes-Junior/publication/370364182_Metodologia_da_Pesquisa_em_Educacao_e_Ensino_de_Ciencias/links/644c3dd797449a0e1a645b35/Metodologia-da-Pesquisa-em-Educacao-e-Ensino-de-Ciencias.pdf#page=45). Acesso em: 27 ago. 2025.

FORBES TECH. **Brasil é o terceiro país com mais usuários do YouTube em 2023**. 2023.

Disponível em:

<https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/05/brasil-e-o-terceiro-pais-com-mais-usuarios-do-youtube-em-2023/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

FROEHLICH, T. J. The role of pseudo-cognitive authorities and self-deception in the dissemination of fake news. **Open Information Science**, v. 3, n. 1, p. 115-136, out. 2019.

Disponível em:

<https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1515/opis-2019-0009/html?srsId=AfmBOoq-lov-EnjMXHkc2fiZ8g0t9k8-fcQg8Ucn6geF9DrMhlYYBkYf>. Acesso em: 03 jun. 2025.

GOMES, H. F. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, 29 dez. 2020.

Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047> Acesso em: 18 dez. 2025.

GONDAR, J. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 2-6, 2015.

Disponível em: <https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4815>. Acesso em: 26 ago. 2025.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Discurso e prática social. *In*: BATISTA JUNIOR, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. **Análise de discurso crítica: para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. Cap. 4. p. 78-103.

GONZAGA, C. C. **Práticas informacionais em grupos antivacina do Telegram: um estudo com sujeitos que não aderiram à vacinação contra covid-19**. 2023. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/53086>. Acesso em: 30 jun. 2025.

GRANJA, B. **Influencers Market 2016**. 2016. Disponível em:

<https://medium.youpix.com.br/pesquisa-youpix-influencers-market-2016-23a71e50fa13>. Acesso em: 28 jun. 2025.

GUIMARÃES JUNIOR, M. O.; MIRANDA, M. K. F. O. Desinformação, negacionismo e revisionismo. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 11, p. 1-14, 26 dez. 2024.

Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/16926>. Acesso em: 28 maio 2025.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

JAMBEIRO, O. **A TV no Brasil do Século XX**. Salvador: EDUFBA, 2002.

KALIL, Isabela; SANTINI, Marie. **Coronavírus: pandemia, infodemia e política**. São Paulo/Rio de Janeiro: Fesps / UFRJ, 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2020/04/Coronavirus-e-infodemia.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2025.

KAUFMAN, D.; SANTAELLA, L. O papel dos algoritmos de inteligência artificial nas redes sociais. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 1-10, 2020. DOI: 10.15448/1980-3729.2020.1.34074. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/34074>. Acesso em: 28 maio. 2025.

KIUCHI, C.; SILVA, J. O.; GOMES, L. R. R. Youtubers: a nova geração de influenciadores. **Revista Científica UMC**, Mogi das Cruzes, v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: <https://seer.umc.br/index.php/revistaumc/article/view/214>. Acesso em: 28 jun. 2025.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2011. Disponível em: [http://www.adm.ufrpe.br/sites/ww4.deinfo.ufrpe.br/files/Fundamentos\\_de\\_Metodologia\\_Cienti%CC%81fica.pdf](http://www.adm.ufrpe.br/sites/ww4.deinfo.ufrpe.br/files/Fundamentos_de_Metodologia_Cienti%CC%81fica.pdf). Acesso em: 27 ago. 2025.

KRACHENSKI, N. O pequeno colonizador: Tintim na África e os estereótipos coloniais (Bélgica, 1930-1931). **Revista diálogos mediterrânicos**, Paraná, n. 19, p. 127-142, 2020. Disponível em: <https://www.dialogosmediterraneos.com.br/RevistaDM/article/view/401>. Acesso em: 27 ago. 2025.

KROLL, R. V. **Volta de doenças controladas ameaça saúde das crianças brasileiras**. 2023. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/volta-de-doencas-controladas>. Acesso em: 28 maio 2025.

KUMAR, S.; SHAH, N. False Information on Web and Social Media: a survey. **Arxiv**, v. 1, n. 1, p. 1-35, abr. 2018. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1804.08559>. Acesso em: 28 maio 2025.

LEAL, B. **Historiador explica que não havia risco de “golpe comunista” em 1964**. 2021. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historiador-explica-que-nao-havia-risco-de-golpe-comunista-em-1964/>. Acesso em: 18 dez. 2025.

LEAL, P. M. V. Um olhar histórico na formação e sedimentação da TV no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 7., 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: UNIFOR, 2009. p. 1-18. Disponível em:

[https://www.academia.edu/36580255/Um\\_olhar\\_hist%C3%B3rico\\_na\\_forma%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_sedimenta%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_TV\\_no\\_Brasil](https://www.academia.edu/36580255/Um_olhar_hist%C3%B3rico_na_forma%C3%A7%C3%A3o_e_sedimenta%C3%A7%C3%A3o_da_TV_no_Brasil). Acesso em: 28 jun. 2025.

LE BON, G. **Psicologia das massas**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

LEITE, R. B. T. **Youtuber**: o produtor de conteúdo do Youtube e suas práticas de produção audiovisual. 2019. 278f. Tese (Doutorado em Estudos da Midia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/38e402b5-d334-4d8a-b3cf-70dc1839696b>. Acesso em: 28 jun. 2025.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, A. B. M. Apresentação: o que é fenomenologia?. In: LIMA, Antonio Balbino Marçal (org.). **Ensaio sobre fenomenologia**: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty. Ilhéus: Editus, 2014. p. 9-13. Disponível em: [https://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2019/ensaio\\_%20sobre\\_fenomenologia.pdf](https://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2019/ensaio_%20sobre_fenomenologia.pdf). Acesso em: 27 ago. 2025.

LIMA, D. C. *et al.* Narrativas midiáticas em disputa: informação e contrainformação política no caso Claudia Silva Ferreira. **Revista Trama Interdisciplinar**, v. 9, n. 2, 2019. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/11928>. Acesso em: 28 dez. 2025.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, v. 10, p. 37-45, abr. 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-49802007000300004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2025.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 18, 19 dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958/17247>. Acesso em: 27 ago. 2025.

MACÊDO JÚNIOR, D. P. **Das ruas às redes: disputa de narrativas e de memória sobre as ocupações universitárias de 2016 no ceará em tempos de mediação algorítmica**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-graduação em Comunicação, Fortaleza, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/50938/1/2020\\_dis\\_dpmacedojunior.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/50938/1/2020_dis_dpmacedojunior.pdf). Acesso em: 03 jun. 2025.

MACHUY, C.; SCHNEIDER, M.; CAMPOS, J. Bolhas da extrema-direita e validação institucional da desinformação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: ENANCIB, 2023. p. 1-19. Disponível em: <https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1818/1155>. Acesso em: 03 jun. 2025.



MAGALHÃES, I. Introdução: a análise de discurso crítica. **DELTA: Documentação e estudos em linguística teórica e aplicada**, São Paulo, v. 23, n. 3, 2005. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/37759>. Acesso em: 27 ago. 2025.

MAIA, T. A. Negacionismo histórico e emergência da extrema direita: a crise do regime moderno de historicidade no Brasil (2019-2022). **Varia História**, Minas Gerais, v. 39, n. 81, p. 1-32, set.-out. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/6vDzdFVMV3dGHktNVZMBFNp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2025.

MARCHETTI, R. L. *et al.* Immunization stress-related responses presenting as psychogenic non-epileptic seizures following HPV vaccination in Rio Branco, Brazil. **Vaccine**, v. 38, n. 43, p. 6714-6720, out. 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264410X20310859?via%3Dihub>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MARQUES, R.; RAIMUNDO, J. A. O negacionismo científico refletido na pandemia da COVID-19. **Boletim de Conjuntura**, Boa Vista, v. 7, n. 20, p. 67-78, ago. 2021. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/410>. Acesso em: 28 maio 2025.

MARTINS FILHOS, J. R. A guerra da memória: A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia história**, Minas Gerais, n. 28, p. 178-201, dez. 2002. Disponível em: [https://historiapolitica.com/datos/biblioteca/brasil\\_martins.pdf](https://historiapolitica.com/datos/biblioteca/brasil_martins.pdf). Acesso em: 27 ago. 2025.

MASCHIETTO, R. H. A ascensão da extrema-direita no mundo: convergências, diferenças e o papel da história. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, n. 11, 2024. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/225>. Acesso em: 2 fev. 2026.

MATSUKI, E. Saiba o que significa "viral na internet". Portal EBC, 28 nov. 2012. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/tecnologia/2012/11/o-que-e-viral>. Acesso em: 27 ago. 2025.

MATTOS, S. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MAZUI, G. Bolsonaro determinou que Defesa faça as 'comemorações devidas' do golpe de 64, diz porta-voz. **G1**, Brasília, 25 mar. 2019. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghtml>. Acesso em: 27 ago. 2025.

MEILI, A. M. O Audiovisual na Era YouTube: pro-amadores e o mercado. **Sessões do Imaginário**, v. 16, n. 25, p. 52-59, 24 nov. 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/famecos/article/view/9258>. Acesso em: 28 jun. 2025.

MEIO E MENSAGEM. **Brasileiros gastam até R\$ 30 bilhões por mês com bets, diz Banco Central**. 2025. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/marketing/brasileiros-gastam-ate-r-30-bilhoes-por-mes-com-bets-diz-banco-central>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MELO, D. B. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. **Marx e O Marxismo**, v. 1, n. 1, p. 49-74, out. 2013. Disponível em: <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/11>. Acesso em: 09 set. 2025.

MELO, I. F. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e interseções. **Letra Magna: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura**, v. 6, n. 11, 05 ago. 2009. Disponível em: [https://cienciaslinguagem.eca.usp.br/Melo\\_ADeACD.pdf](https://cienciaslinguagem.eca.usp.br/Melo_ADeACD.pdf). Acesso em: 27 ago. 2025.

MELO, I. F. Histórico da análise de discurso crítica. In: BATISTA JUNIOR, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. **Análise de discurso crítica: para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. Cap. 1. p. 20-35.

MELO, M.; FREITAS, A. A. Comunicação das mensagens de propaganda realizadas pelos vloggers brasileiros do Youtube. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE VAREJO, 10., 2017, São Paulo. **Working Papers**. São Paulo: FGV, 2017. p. 1-12. Disponível em: <https://conferencias.fgv.br/clav/article/view/322>. Acesso em: 28 jun. 2025.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

MOMBELLI, N. F.; TOMAIM, C. D. S. Análise fílmica de documentários: apontamentos metodológicos. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 8, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21098>. Acesso em: 27 ago. 2025.

MONTEIRO, T. **Como PL das bets pode impactar influencers, casas de apostas e espaços de mídia**. 2025. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/comunicacao/pl-das-bets-influenciadores>. Acesso em: 01 jul. 2025.

MOURELLE, T. C. **Guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935)**. 2015. Tese (Doutorado em História) - Instituto de ciências humanas e filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16011/1740.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 ago. 2025.

NEGRI, C.; IGREJA, R. L.; PINTO, S. R. “Aconteceu também no Brasil”: a captura das redes de esperança pela extrema direita. **Cahiers Des Amériques Latines**, n. 92, p. 1-2, 30 dez. 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cal/9889>. Acesso em: 30 jun. 2025.

NEMER, D. **The Human Infrastructure of Fake News in Brazil**. 2021. Disponível em: <https://items.ssrc.org/extremism-online/the-human-infrastructure-of-fake-news-in-brazil/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

NEMER, D. **WhatsApp Is Radicalizing The Right In Bolsonaro's Brazil**. 2019. Disponível em:

[https://www.huffpost.com/entry/brazil-jair-bolsonaro-whatsapp\\_n\\_5d542b0de4b05fa9df088cc](https://www.huffpost.com/entry/brazil-jair-bolsonaro-whatsapp_n_5d542b0de4b05fa9df088cc)  
c. Acesso em: 30 jun. 2025.

NEVES, B. C.; PEREIRA OLIVEIRA, R. A pós-verdade pelo viés da teoria da dissonância cognitiva. **P2P e inovação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1-10, 2024. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/6942>. Acesso em: 3 jun. 2025.

NICOLAS, L. As teorias da conspiração como espelho do século: entre a retórica, a sociologia e a história das ideias. **EID&A: Revista eletrônica de estudos integrados em discursos e argumentação**, Ilhéus, n. 12, p. 255-279, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/1325>. Acesso em: 28 maio 2025.

OLIVEIRA, J.B.; SILVA, B.S.; FIGUEIRA FILHO, F.M. A produção de conteúdo audiovisual para mídias sociais por não especialistas. **Temática**, v. 18, n. 3, p. 98-114, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/62462/35136>. Acesso: 28 jun. 2025.

OXFORD LANGUAGES. **Word of the year 2016**. 2016. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>. Acesso em: 26 maio 2025.

PAULO, D. M. D. Os mitos da Brasil Paralelo: uma face da extrema-direita brasileira (2016-2020). **Rebela: Revista brasileira de estudos latino-americanos**, v. 10, n. 1, p. 101-110, 25 jun. 2020. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/4180>. Acesso em: 30 jun. 2025.

PENAFRIA, M. Análise de Filmes: conceitos e metodologia(s). In: CONGRESSO SOPCOM, 6., 2009, Lisboa. **Anais[...]**. Lisboa, SOPCOM, 2009. Disponível em: <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/bocc-penafria-analise.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

PEREIRA, A.; COTINGUIBA, M. L. P. Teorias da conspiração sobre vacinas contra o Coronavírus. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 17, n. 37, p. 229-248, 21 dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/41810>. Acesso em: 28 maio 2025.

PERES, S. M. Z. Maurice Halbwachs e a memória coletiva e individual. **Revista Missioneira**, Santo Ângelo-RS, v. 23, n. 2, p. 71-78, 26 dez. 2021. Disponível em: <https://san.uri.br/revistas/index.php/missioneira/article/view/693>. Acesso em: 26 ago. 2025.

PIELKE, R. Basic Research as a Political Symbol. **Minerva**, v. 50, n. 3, p. 339-361, set. 2012. Disponível em: [https://sciencepolicy.colorado.edu/admin/publication\\_files/2012.20.pdf](https://sciencepolicy.colorado.edu/admin/publication_files/2012.20.pdf). Acesso em: 27 ago. 2025.

PINHEIRO, M. M. K.; BRITO, V. P. Em busca do significado da desinformação. **DataGramZero**, v. 15, n. 6, p. 1-6, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/8068>. Acesso em: 28 jun. 2025.

PINHONI, M. Fake news: entenda como funciona a fábrica de desinformação política no Brasil. **G1**, 27 out. 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2022/10/27/fake-news-entenda-como-funciona-a-fabrica-desinformacao-politica-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 26 ago. 2025.

PIRES, Á. P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 43-92.

PIVARO, G. F.; GIROTTI JÚNIOR, G. O ataque organizado à ciência como forma de manipulação: do aquecimento global ao coronavírus. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 37, n. 3, p. 1074-1098, 16 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/74968>. Acesso em: 28 maio 2025.

POLONINI, J. F. G.; OLIVEIRA, C. C. Informação, Contrainformação e Desinformação: concepções e estratégias de atuação. **Revista Edicic**, San Jose, v. 2, n. 3, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://ojs.edicic.org/revistaedicic/article/view/172/151>. Acesso em: 28 dez. 2025.

QUEIROZ, D. G. C.; MOURA, A. M. M. Ciência da Informação: história, conceitos e características. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 25-42, ago-dez. 2015. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/47313>. Acesso em: 26 ago. 2025.

RAMOS, M. C.; HAJE, L. Panorama da produção de conteúdo audiovisual no Brasil e o direito à comunicação. In: BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Presidência da República. **Produção de conteúdo nacional para mídias digitais**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2011. p. 15-35. Disponível em: <https://portolivres.fiocruz.br/producao-de-conteudo-nacional-para-midias-digitais>. Acesso em: 28 jun. 2025.

RECUERO, R. **A Guerra da Vacina: o ecossistema desinformativo**. 2022. Disponível em: <https://medium.com/@raquelrecuero/a-guerra-davacina-o-ecossistema-desinformativo-feb84e94bc7e>. Acesso em: 30 jun. 2025.

REDAÇÃO BRASIL PARALELO. Brasil Paralelo. **A Brasil Paralelo é de Direita? Entenda**. 2024. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/a-brasil-paralelo-e-de-direita-a-resposta-e-nao-entenda>. Acesso em: 28 dez. 2025.

REDAÇÃO BRASIL PARALELO. Brasil Paralelo. **Núcleo de Formação: conheça ideias, conheça histórias, conheça a si mesmo**. 2025. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/conheca-todos-os-cursos-da-brasil-paralelo-catalogo-completo-do-nucleo-de-formacao>. Acesso em: 30 jun. 2025.

REGATTIERI, L. A Propaganda Desinformativa no Projeto de Destruição Nacional Bolsonarista. **Revista Eco-Pós**, v. 26, n. 01, p. 105-139, 30 jun. 2023. Disponível em: [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/28005/15351](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/28005/15351). Acesso em: 28 dez. 2025.

RIAZUDDIN. Can Applied Research Survive without Basic Research? In: KHAN, H. A.; QURASHI, M.M.; HAYEE, I. (ed.). **Basic or applied research: dilemma of developing countries**. Islamabad: Comsats, 2007. p. 1-10. Disponível em: [https://comsats.org/Publications/Books\\_SnT\\_Series/11.%20Basic%20or%20Applied%20Research](https://comsats.org/Publications/Books_SnT_Series/11.%20Basic%20or%20Applied%20Research)

arch%20Dilemma%20of%20Developing%20Countries%20(Sept.%202007).pdf. Acesso em: 27 ago. 2025.

RICOEUR, P. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RODRIGUES, R. S.; NEUBERT, P. S. **Introdução à pesquisa bibliográfica**. Florianópolis: Editora UFSC, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/249681?show=full>. Acesso em: 18 fev. 2025.

ROCHA, J. C. C. Brasil Paralelo: autorretrato involuntário?. **Rascunho**: o jornal de literatura do Brasil. Curitiba. set. 2020. Disponível em: <https://rascunho.com.br/colunistas/brasil-paralelo-autorretrato-involuntario/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

ROCHA, J. C. C. **Guerra Cultural e Retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

ROSA, D. A. D. A experiência benjaminiana como uma perspectiva para a memória e informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais**[...]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021. p. 1-16. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/view/546>. Acesso em: 26 ago. 2025.

RUGGIERO, A. S. (Des)controle entre a memória coletiva e a cultura digital. **Revista ARA**, São Paulo, Brasil, v. 12, n. 12, p. 17–28, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revistaara/article/view/201769>. Acesso em: 26 ago. 2025.

SACCHITIELLO, B. **Influenciadores e bets**: o que sustenta essa delicada relação? 2025. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/midia/influenciadores-e-bets-o-que-sustenta-essa-delica-da-relacao>. Acesso em: 01 jul. 2025.

SAMMUR, J. T. E. D.; CORTEZ, P. A.; PAGANOTTI, I. Profissão youtuber: consequências sociais e precarização do trabalho em comunicação social. **Novos Olhares**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 40-53, 29 jun. 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/novosolhares/article/view/193511>. Acesso em: 28 jun. 2025.

SANTINI, R. M. Máquinas de opinião: propaganda computacional, contágio e desinformação nas redes sociais. In: SALDANHA, G.; CASTRO, P. C.; PIMENTA, R. M. **Ciência da Informação**: sociedade, crítica e inovação. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. p. 349-366. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1227/1/saldanha-castro-pimenta.pdf>. Acesso em: 28 maio 2025.

SANTOS, C. C.; RODRIGUES, L. R. S. Fake news, sua construção histórica e o populismo digital. **Seara Jurídica**, v. 1, n. 20, p. 1–10, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.unijorge.com.br/searajuridica/article/view/140>. Acesso em: 26 maio. 2025.

SANTOS, M. P. F.; ANDRADE, T. A. F.; JAEGER, A. Memória e Fake News: contribuições da psicologia cognitiva para a compreensão do fenômeno da desinformação. **Cadernos de**

**Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 01-34, abr. 2025. Disponível em: <https://www.cadernosdepsicologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/220/201>. Acesso em: 28 dez. 2025.

SANTOS, M. S. Memória e ditadura militar: lembrando as violações de direitos humanos. **Tempo social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 289-309, mai.-ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/5g5n4wdd8syJwfDvHHfpghM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2025.

SCHNEIDER, M. **A era da desinformação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

SCHNEIDER, M. **Fake news e pós-verdade**. 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/fake-news-e-pos-verdade/>. Acesso em: 28 maio 2025.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultura, 1997. Disponível em: <https://www.projetos.unijui.edu.br/economia/files/Schumpeter.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SERVA, L. Filme '1964' faz uso indevido de foto de Sebastião Salgado. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-2. 07 maio 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/05/filme-1964-faz-uso-indevido-de-foto-de-sebastiao-salgado.shtml>. Acesso em: 28 dez. 2025.

SHEPHERD, J. 23 Essential YouTube Statistics You Need to Know in 2025. **Social Shepherd**, 11 jun. 2025. Disponível em: <https://thesocialshepherd.com/blog/youtube-statistics>. Acesso em: 27 ago. 2025.

SILVA, A. B. *et al.* A extrema-direita na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 119, p. 407-445, set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/nTk6JtjrXGqcpGVcr8Rj4Wx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SMITH, M. J. **Preocupações relacionadas a vacinações na infância**. 2025. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt/casa/problemas-de-sa%C3%BAde-infantil/vacina%C3%A7%C3%A3o-de-crian%C3%A7as/preocupa%C3%A7%C3%B5es-relacionadas-a-vacina%C3%A7%C3%B5es-na-inf%C3%A2ncia>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SOUZA, A. A. L. **Naruhodo 280**: Por que as pessoas compartilham fake news? Entrevistador: Ken Fujioka. [S.l.]: Brainstorm9, 19 abr. 2021. *Podcast*. Disponível em: <https://www.b9.com.br/shows/naruhodo/naruhodo-280-por-que-as-pessoas-compartilham-fake-news/>. Acesso em: 03 jun. 2025.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83, mar. 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 18 fev. 2025.

STARLING, H. M. **A máquina do golpe**: 1964: como foi desmontada a democracia no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

STOKES, D. E. **O quadrante de Pasteur**: a ciência básica e a inovação tecnológica. São Paulo: Editora Unicamp, 2005.

TEÓFILO, J. O passado reconciliado: a memória do Estado brasileiro sobre a ditadura militar. **Acervo**: revista do arquivo nacional, v. 37, n. 3, p. 1–24, 2024. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2251>. Acesso em: 27 ago. 2025.

THE CONVERSATION. **Quais fatores afetam o nosso consumo de informação? Pesquisa revela como os brasileiros se informam**. 2025. Disponível em: <https://theconversation.com/quais-fatores-afetam-o-nosso-consumo-de-informacao-pesquisa-revela-como-os-brasileiros-se-informam-255695>. Acesso em: 28 maio 2025.

TUCKER, J. *et al.* Social Media, Political Polarization, and Political Disinformation: a review of the scientific literature. **SSRN Electronic Journal**, p. 1-95, mar. 2018. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3144139](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3144139). Acesso em: 26 mai. 2025.

VALIM, P.; AVELAR, A. S.; BEVERNAGE, B. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 13-36, mai-ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/mKqygYCgFLmDBCNWmVKJ4gd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2025.

VANOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. **Ensaio sobre a análise fílmica**. 5. ed. Campinas: Editora Papirus, 2002.

VEJA. Bolsonaro afirma que torturador Brilhante Ustra é um “herói nacional”. **Veja**, São Paulo, 8 ago. 2021. Disponível em: <https://marreta.pcdomanual.com/p/https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-afirma-que-torturador-brilhante-ustra-e-um-heroi-nacional/>. Acesso em: 27 ago. 2025.

VERZARO, M.; HIDA, R. T. B. O alinhamento dos movimentos religiosos conservadores brasileiros com teorias da conspiração antivacina durante a pandemia do coronavírus. **Brazilian Journal of Development**, São José dos Pinhais, v. 8, n. 4, p. 26182–26198, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/46442>. Acesso em: 28 maio. 2025.

VIEIRA, F. A. O antissemitismo em uma breve perspectiva histórica: de roma ao nazismo. **Arquivo Maaravi**: Revista de estudos judaicos da UFMG, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 1-14, nov. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/23872/19305>. Acesso em: 28 maio 2025.

VIEIRA, J. A.; MACEDO, D. S. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. *In*: BATISTA JUNIOR, J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. **Análise de discurso crítica**: para linguistas e não linguistas. São Paulo: Parábola, 2018. Cap. 3. p. 48-77.

VILLA, M. A. **Jango, um perfil**. Rio de Janeiro: Globo, 2004.

XAVIER, G. Silas Malafaia lidera cruzada bolsonarista contra vacinação de crianças. **Carta Capital**. São Paulo. 24 dez. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/silas-malafaia-lidera-cruzada-bolsonarista-contr-a-vacinacao-de-criancas/>. Acesso em: 28 maio 2025.

ZAMBONI, M. Epidemiologia do câncer do pulmão. **Jornal de Pneumologia**, v. 28, n. 1, p. 41-47, jan. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jpneu/a/XvqSYDPyWWFjfcyCfJvtYhj/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 28 jun. 2025.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Thinking about ‘information disorder’: formats of misinformation, disinformation, and mal-information. *In*: IRETON, C.; POSETTI, J. (ed.). **Journalism, ‘Fake News’ & Disinformation**: handbook for journalism education and training. Paris: UNESCO, 2018. Cap. 2. p. 44-56. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1641987?v=pdf#files>. Acesso em: 28 maio 2025.

WEBER, M. Os três tipos puros de dominação legítima. *In*: COHN, Gabriel (org.). **Max Weber**: sociologia. São Paulo: Ática, 2003. Cap. 4. p. 142-159. (Série grandes cientistas sociais).



**APÊNDICE A - DECUPAGEM DO DOCUMENTÁRIO “1964: O BRASIL ENTRE  
ARMAS E LIVROS”**

Cena e minutagem		Descrição do trecho	Entrevistados	Ambientação e aspectos da fotografia	Sonoridade
1	00:00 - 01:06	Imagens em preto e branco de manchetes de jornais online falando sobre a produção e exibição do documentário em cinemas, e notícias sobre a divulgação do documentário sendo feita por Eduardo Bolsonaro. Em off, vozes de professores e alunos que foram censurados em universidades descrevem tentativas de exibir o documentário nas Instituições de ensino e a proibição por parte de coordenações, algumas inclusive sendo acusadas de perseguição e represália.	A vozes são anônimas, descritas apenas como "Vozes de alunos e professores censurados na universidade"	Imagens de manchetes de jornal em preto e branco	Vozes do professores e alunos universitários e ao fundo uma trilha sonora - "Most Powerful and Dramatic Classical Music - The Untold"
2	01:07 - 02:09	Filipe Valerim, um dos sócios fundadores do Brasil Paralelo, fala sobre a participação de especialistas de diversos países, o não uso de verba pública nas produções da empresa, o conteúdo do site do BP, assinaturas e núcleo de formação.	Filipe Valerim na função de apresentador	Em preto e branco, em um fundo completamente escuro e com iluminação lateral à esquerda. O plano é fechado e o posicionamento de câmera é frontal, alternando em alguns momentos com um plano lateral.	Narração de Filipe Valerim e ao fundo a mesma trilha da cena anterior continua
3	02:12 - 03:22	Cena começa com o áudio da declaração feita pelo presidente do Congresso Nacional, Auro de Moura Andrade, em 2 de abril de 1964, que formalizou a deposição do então presidente João Goulart durante o golpe militar, em seguida entram trechos de dois discursos de João Goulart, um em 1961 durante uma viagem à China e outro em 1964. Um trecho do áudio do discurso de General Castelo Branco, no dia de sua posse como presidente é tocado, e por fim um trecho de uma transmissão de rádio onde Carlos Lacerda Werneck ameaça o Almirante Aragão em 1964. Toda a cena é feita com imagens de protestos, bandeiras em manifestações e imagens de jornais da época, contextualizando	-	Imagens de jornais, protestos, e fotografias da época em preto e branco.	Áudio de discursos de Auro de Moura Andrade (1964), João Goulart (1961, 1964), Humberto Alencar Castelo Branco (1964) e Carlos Lacerda (1964). A trilha das cenas anteriores continua, de início apenas de fundo, a partir do discurso de João Goulart

		acontecimentos do período próximo ao ano de 1964.			começa a tocar tão alto quando o áudio.
4	03:23 - 04:39	Abertura do documentário feita com efeitos especiais de computador, mostrando vários elementos dourados ficando cinza, utilizando um plano detalhe com a câmera. Esses elementos depois são mostrados em um plano aberto revelando o que parece ser uma coroa com o nome "Brasil" no centro. Em seguida esse objeto desaparece e entra o título do documentário.	-	Objetos dourados não identificados em baixa iluminação e em plano detalhe, lentamente adquirindo uma cor cinza. A câmera se afasta lentamente para revelar um objeto similar a uma coroa com o nome "Brasil" no centro. O objeto some e entra em cena, vindo de fora da visão da câmera o título do documentário.	Canto e instrumental épico, nome não identificado
5	04:44 - 06:00	Percival Puggina dá um contexto geral do período da Guerra Fria e pré-ditadura militar no Brasil. A cena é cortada por imagens de protestos, manifestações, refugiados e conflitos armados. O narrador em off continua a contextualização abordando alguns fatos do pós-Segunda Guerra e as consequências até o período da Guerra Fria. A cena é composta por ilustrações do mapa dos Estados Unidos e da então União Soviética, bem como imagens da Segunda Guerra Mundial e da invasão dos aliados aos países do Eixo.	Percival Puggina (escritor e jornalista)	Câmera em plano fechado e lateral à direita, alternando para um ângulo frontal. A iluminação aparenta ser natural e o cenário é um cômodo de uma casa com quadros e plantas. Mapa dos Estados Unidos e União Soviética são mostrados e utilizam efeitos especiais de animação para maior dinamicidade e dramaticidade no documentário. São inseridas fotografias do período da Segunda Guerra Mundial, também com efeitos.	Efeitos sonoros ao fundo, similares a tiros. Trilha de suspense/tensão.

6	06:01 - 07:05	<p>O narrador passa para uma contextualização sobre a União Soviética e sua expansão na Europa. A explicação é complementada pela fala de Fernão Mesquita, e depois seguida pelo narrador, que agora aborda o ano de 1917 com a Revolução Russa, e a ascensão de Lênin ao poder, bem como os desdobramentos desse período, em especial o avanço da ideologia comunista na Europa, sendo caracterizado pelo narrador como terror vermelho e destacando as Gulags como parte desse terror. Flávio Morgenstern complementa falando sobre a restrição do acesso à informação relacionado às práticas do período.</p>	<p>Fernão Mesquita (Jornalista) Flávio Morgenstern (Escritor)</p>	<p>Câmera em plano fechado (big close-up) e lateral à esquerda, depois um plano mais aberto (close-up) enquadrando Fernão Mesquita. O cenário é um escritório com livros e janelas grandes que oferecem uma iluminação de fundo natural. No enquadramento de Flávio Morgenstern é similar ao anterior, com um plano fechado (big close-up) e depois alterna para um plano mais aberto (close-up). Durante a fala do narrador são feitas inserções de imagens e ilustrações representando o período da Revolução Russa.</p>	<p>Efeitos sonoros de fundo, com uma batida rápida e dinâmica.</p>
7	07:06 - 08:47	<p>Agora o narrador contextualiza o lado dos Estados Unidos, valorizando a participação do país na Segunda Guerra Mundial e a contribuição no processo de reerguer países da Europa. Hélio Beltrão complementa afirmando que os Estados Unidos se tornaram uma referência mundial econômica. Vladimir Petrilák critica a União Soviética, destacando que eles não trouxeram liberdade, mas escravidão para seu próprio povo, pois havia sido instalada uma ditadura política que retrava os direitos de cidadania.</p>	<p>Hélio Beltrão (Presidente do Instituto Mises Brasil) Vladimir Petrilák (Autor do livro "1964: o elo perdido")</p>	<p>Os planos são similares aos anteriores, alternando apenas a posição da câmera. Em Hélio Beltrão é um posicionamento lateral e em Vladimir Petrilák é um plano frontal. Durante a fala do narrador são feitas inserções de imagens e gravações dos Estados Unidos no pós-guerra.</p>	<p>Continuam os efeitos sonoros das cenas anteriores</p>
8	08:48 - 10:45	<p>Na cena o narrador e Rafael Nogueira abordam as invasões soviéticas aos países do leste europeu com o intuito de estabelecer o controle e espalhar a ideologia comunista. William Waack afirma que os países só eram comunistas por influência direta da União Soviética. As tensões entre o bloco oriental e ocidental vão se intensificando até a construção do Muro de Berlim.</p>	<p>Rafael Nogueira (Historiador) William Waack (Jornalista)</p>	<p>Os planos dos entrevistados permanecem os mesmos. Os cenários também são similares, sempre um escritório com iluminação natural.</p>	<p>Continuam os efeitos sonoros das cenas anteriores</p>

9	10:46 - 12:58	O narrador e entrevistados explicam que diversos países do leste europeu eram comandado por seus partidos comunistas, que por sua vez respondiam à União Soviética. Havia tentativas de rebelião, mas eram sempre reprimidas pelos soviéticos. As duas potências mundiais passam a disputar diversos campos (bélico, científico, esportivo, etc.). Países ocidentais criam a OTAN e as tensões da ameaça nuclear crescem. A China passa a ser uma aliada da União Soviética	Renor Filho (Pesquisador - StBnoBrasil) Petr Blažek (Historiador) William Waack (Jornalista) Percival Puggina (escritor e jornalista) Flávio Morgenstern (Escritor)	Os planos dos entrevistados permanecem os mesmos. Os cenários são similares, sempre um escritório com iluminação natural. No caso de Renor Filho e Petr Blažek, a iluminação é feita com luz artificial. Durante a fala do narrador são mostradas imagens e gravações para contextualizar.	Continuam os efeitos sonoros das cenas anteriores
10	12:59 - 14:26	Narração continua a abordar os conflitos da época, dessa vez com Coreia do Norte (aliada da União Soviética) atacando a Coreia do Sul, que recebe ajuda dos Estados Unidos. O narrador e os entrevistados apontam diversos países nos quais ocorreram conflitos e guerras civis por causa da influência comunista e da divisão geopolítica do mundo entre Estados Unidos e União Soviética	Percival Puggina (escritor e jornalista) Luiz Felipe Pondé (Filósofo e Escritor)	Os planos dos entrevistados permanecem os mesmos. Os cenários são similares.	Permanecem os efeitos sonoros durante a narração e uma trilha sonora de fundo.
11	14:27 - 16:20	Criação do Pacto de Varsóvia. As tensões seguem crescendo, com organização e posicionamento militar dos Estados Unidos e da União Soviética. Fidel Castro entra como uma figura comunista em Cuba e a primeira presença comunista nas Américas. Isso aumenta ainda mais as tensões com a crise dos mísseis em Cuba. Contextualização do poder bélico atômico.	Percival Puggina (escritor e jornalista)	O plano do entrevistado permanece o mesmo. Novamente durante a narração são usadas fotografias e vídeos para contextualizar o espectador e utilizam de animações para maior dramaticidade.	Permanecem os efeitos sonoros durante a narração e uma trilha sonora de fundo. Durante a fala sobre as bombas atômicas a trilha fica mais rápida, dinâmica e intensa.
12	16:21 - 20:36	O narrador introduz as ações ocultas e atuação dos serviços secretos de espionagem. Abordam o uso de desinformação no período. É criado o Comitê de Segurança Nacional (KGB) e agindo com o aval do governo soviético para agir de qualquer modo para obter informações. O serviço de inteligência mantinha registros de diversas figuras consideradas de interesse. Contextualizam ações da KGB em países de terceiro mundo, principalmente América Central, do Sul e África. Em 1919 foram definidas 21 condições para filiação de partidos comunistas. No Brasil,	William Waack (Jornalista) Petr Blažek (Historiador) Andrzej Wojtas (Escritor e redator chefe da revista Komandos) Percival Puggina (escritor e jornalista) Leszek Pawlikowicz (Historiador e escritor)	O plano do entrevistado permanece o mesmo. Os entrevistados estrangeiros parecem estar no mesmo cenário. Novamente durante a narração são usadas fotografias e vídeos para contextualizar o espectador e utilizam de animações para maior dramaticidade.	Permanecem os efeitos sonoros durante a narração e uma trilha sonora de fundo.

			Renor Filho (Pesquisador - StBnoBrasil)		
13	20:37 - 23:52	<p>Em 1919 foram definidas 21 condições para filiação de partidos comunistas. Em 1922 foi criado o Partido Comunista Brasileiro (PcB). William Waack explica que o movimento comunista se entendia como algo dividido em vários países para instaurar suas ideias em vários países. Luis Carlos Prestes Surge como uma figura que tenta instaurar o comunismo no Brasil pela Intentona Comunista em 1935. Agentes secretos se infiltram através do PcB.</p>	<p>William Waack (Jornalista) Rafael Nogueira (Historiador)</p>	<p>O plano do entrevistado permanece o mesmo. Novamente durante a narração são usadas fotografias e vídeos para contextualizar o espectador e utilizam de animações para maior dramaticidade. Nos trechos em que aparecem jornais brasileiros é dada ênfase nas manchetes sobre espiões comunistas no país.</p>	<p>Permanecem os efeitos sonoros durante a narração e uma trilha sonora de fundo. Em determinado momento junta-se a trilha um canto.</p>
14	23:53 - 35:50	<p>O narrador passa a contar que na República Tcheca o pesquisador brasileiro, Mauro Abranches, encontrou informações que confirmavam o interesse soviético no Brasil. Laudelino Lima afirma ter tido acesso aos documentos da KGB que confirmam ações de infiltração no Brasil. Mauro Abranches explica o que o levou a conduzir a pesquisa sobre a atuação dos serviços de inteligência soviético.</p> <p>Os documentos foram encontrados no Instituto para o Estudo dos Regimes Totalitários. Vladimir Petrilák, Mauro Abranches e Renan Filhos explicam o que era a StB e sua atuação tanto na República Tcheca durante o período da regime comunista, quanto no Brasil, apontando uma base de operações, treinamentos dos agentes, ações dentro de diversas instâncias do país e recrutamento de colaboradores.</p> <p>Afirmam que há documentos que indicam a presença de outros serviços de inteligência no Brasil, embora a pesquisa tenha sido feita apenas nos documentos da StB.</p>	<p>Laudelino Lima (Administrador do site “a verdade sufocada”) Mauro Abranches Kraenski (Pesquisador e autor do livro “1964: o elo perdido”) Olavo de Carvalho (Filósofo e escritor) Renor Filho (Pesquisador - StBnoBrasil) Světlna Ptáčníková (Diretora do Arquivo de Serviços de Segurança de Praga) Vladimir Petrilák (Autor do livro "1964: o elo perdido") Petr Blažek (Historiador)</p>	<p>O plano do entrevistado permanece o mesmo. Novamente durante a narração são usadas fotografias e vídeos para contextualizar o espectador e utilizam de animações para maior dramaticidade. Durante a fala dos entrevistados é dada uma ênfase muito grande aos documentos encontrados sobre a atuação da StB. Em Diversos momentos são mostrados papéis redigidos em Tcheco, e sob uma luz amarela. Durante uma breve explicação sobre o regime comunista na República Tcheca, são mostrados imagens de monumentos para contextualização.</p>	<p>Permanecem os efeitos sonoros durante a narração e uma trilha sonora de fundo. A trilha é tensa e com batidas.</p>

15	35:51 - 49:12	<p>O narrador volta para os anos 50, novamente trazendo destaque para o avanço da ideologia comunista, principalmente com a vitória da revolução cubana, liderada por Fidel Castro. Os entrevistados falam da construção de Brasília como um projeto esquerdista que distanciava a política do centro do Brasil. Lucas Berlanza e Rafael Nogueira explicam a atuação de Jânio Quadros na política brasileira, a sua relação com a União Democrática Nacional, embora o político posteriormente comece a estabelecer relações com países e figuras do bloco comunista. Jânio Quadros renuncia e seu vice, João Goulart, assume. Há um Interesse comunista na política de João Goulart, que estava retornando ao Brasil depois de uma visita à China. Leonel Brizola arma uma revolução contra grupos opositores à posse de Jânio Quadros. O Brasil passa a ter uma maior aproximação com a União Soviética, Luís Carlos Prestes é apontado como uma das figuras que representavam a defesa do comunismo no país. Começa uma crise econômica e greves.</p>	<p>Alexandre Borges (Diretor do Instituto Liberal e Escritor) Olavo de Carvalho (Filósofo e escritor) Lucas Berlanza (Jornalista e Escritor) Rafael Nogueira (Historiador) Silvio Grimaldo (Cientista Político) Percival Puggina (escritor e jornalista) Hélio Beltrão (Presidente do Instituto Mises Brasil) Mauro Abranches Kraenski (Pesquisador e autor do livro “1964: o elo perdido”)</p>	<p>O plano do entrevistado permanece o mesmo, alternando entre planos mais abertos e fechados, e sempre com o mesmo ângulo de câmera. Novamente durante a narração são usadas fotografias e vídeos para contextualizar o espectador e utilizam de animações para maior dramaticidade. As imagens usadas nessa parte do documentário são mais fáceis de serem identificadas por se tratar de um período bem documentado do Brasil, mas a produção não deixa claro a origem das imagens. Muitos fotos de Jânio Quadros e João Goulart com líderes de países comunistas são exibidas.</p>	<p>Permanecem os efeitos sonoros durante a narração e uma trilha sonora de fundo. A trilha é tensa e com batidas.</p>
16	49:13 - 56:31	<p>No início da década de 1960 ocorre uma cisão entre os comunistas do Brasil, de modo que surge além do PcB o PCdoB, seguindo linhas diferentes da ideologia. O PCdoB seguia uma linha de revolução armada. Desse processo surge também o MST. Os líderes políticos brasileiros que eram alinhados com o movimento comunista, segundo os entrevistados, mantinham contato com a StB. Documentos comprovaram a interferência cubana no Brasil, João Goulart teria devolvido esses documentos para Fidel Castro. Os entrevistados entendem que toda essa movimentação do presidente e outros políticos indicava a organização de um golpe Comunista no país.</p> <p>João Goulart buscava uma reestruturação constitucional que afetaria a política agrária, urbana, tributária e educacional, as chamadas reformas de base. Comícios são organizados para pressionar o Congresso a aprovar as reformas de base.</p>	<p>Vladimir Petrilák (Autor do livro "1964: o elo perdido") Mauro Abranches Kraenski (Pesquisador e autor do livro “1964: o elo perdido”) Olavo de Carvalho (Filósofo e escritor) Renor Filho (Pesquisador - StBnoBrasil) Thomas Giulliano (Historiador) Lucas Berlanza (Jornalista e</p>	<p>O plano do entrevistado permanece o mesmo, alternando entre planos mais abertos e fechados, e sempre com o mesmo ângulo de câmera. Novamente durante a narração são usadas fotografias e vídeos para contextualizar o espectador e utilizam de animações para maior dramaticidade. O foco nas manchetes de jornal é amplamente utilizado nesse trecho do vídeo. É possível encontrar alguns desses jornais em repositórios e hemerotecas digitais.</p>	<p>Os efeitos sonoros permanecem inalterados.</p>

			Escritor) Percival Puggina (escritor e jornalista)		
17	56:32 - 59:53	<p>Parte da população brasileira protestava contra as políticas de João Goulart e o avanço comunista. A primeira marcha da família com Deus pela liberdade reuniu meio milhão de pessoas em São Paulo. Aristóteles Drummond aponta a presença de emissoras de rádio na veiculação de protestos contra o presidente.</p> <p>Áudio de uma reportagem de Cid Moreira sobre os acontecimentos de Março de 1964, contextualizando os acontecimentos recentes do país, até chegar o dia do golpe militar.</p>	<p>Flávio Morgenstern (Escritor)</p> <p>Rafael Nogueira (Historiador)</p> <p>Aristóteles Drummond (Jornalista)</p> <p>Fernão Mesquita (Jornalista)</p>	<p>O plano do entrevistado permanece o mesmo, alternando entre planos mais abertos e fechados, e sempre com o mesmo ângulo de câmera.</p> <p>Novamente durante a narração são usadas fotografias e vídeos para contextualizar o espectador e utilizam de animações para maior dramaticidade. É usado um áudio de Cid Moreira em uma reportagem onde narra os acontecimentos de 1964.</p>	<p>Aqui os efeitos sonoros mudam, e passam para uma melodia mais baixa e instrumental.</p>
18	59:54 - 01:11:18	<p>O golpe militar ocorreu entre 31 de março e 2 de abril de 1964. João Goulart estava em viagem quando o Presidente do Senado, Auro Andrade, anunciou a vacância da presidência da república. A chamada revolução de 1964 foi feita para evitar a dominação comunista no país. Segundo os entrevistados, tudo começou como um movimento civil, mas que teve participação dos militares por causa das ações precipitadas de Mourão Filho. Os entrevistados refutam a ideia de que a CIA teria ajudado no Golpe, afirmando que isso teria sido uma desinformação espalhada por agentes da StB e da KGB.</p>	<p>Lucas Berlanza (Jornalista e Escritor)</p> <p>Rafael Nogueira (Historiador)</p> <p>Silvio Grimaldo (Cientista Político)</p> <p>Aristóteles Drummond (Jornalista)</p> <p>Percival Puggina (escritor e jornalista)</p> <p>Luiz Ernani Caminha Giorgis (Vice-presidente do Instituto de Histórias e Tradições/RS)</p> <p>Olavo de Carvalho (Filósofo e escritor)</p> <p>Thomas Giulliano (Historiador)</p> <p>Vladimir Petrilák (Autor do livro "1964: o</p>	<p>O plano do entrevistado permanece o mesmo, alternando entre planos mais abertos e fechados, e sempre com o mesmo ângulo de câmera.</p> <p>Novamente durante a narração são usadas fotografias e vídeos para contextualizar o espectador e utilizam de animações para maior dramaticidade. É usado um áudio Auro Andrade em conjunto com imagens dos acontecimentos do dia 2 de abril de 1964 e manchetes de jornal. Em determinados momentos aparecem símbolos em vermelho durante a exibição, como por exemplo a logo do PCB e da União Soviética.</p>	<p>Efeitos sonoros usados em conjunto com animações. A trilha de fundo volta a ser uma batida rápida e dinâmica.</p>

			elo perdido")		
19	01:11:20 - 01:21:12	<p>Ranieri Mazzilli governa o país de forma provisória. Ato institucional 1. Castelo Branco é eleito presidente pelo congresso nacional. Os entrevistados entendem esse processo como democrático e legítimo. Seria apenas uma intervenção militar que abriria espaço para uma nova eleição presidencial. A cassação de mandatos de alguns deputados, como permitia o Ato Institucional nº 1, afetou as relações com agentes da Tchecoslováquia. A linha dura do exército militar decidiu estender o mandato de Castelo Branco. É decretado o Ato Institucional nº 2, de modo que as eleições só poderiam ser feitas pelo Congresso e apenas dois partidos poderiam existir. Nas eleições para governadores, a oposição aos militares levou vantagem, o que fez com que fosse decretado o Ato Institucional nº 3, estendendo as eleições indiretas para governadores estaduais, que por sua vez deveriam escolher os prefeitos. Castelo Branco baixa o Ato Institucional nº 4, visando discutir uma nova constituição para o país. Com o fim do mandato de Castelo Branco, quem assume o poder é Costa e Silva, um militar da linha dura.</p>	<p>Silvio Grimaldo (Cientista Político)  Lucas Berlanza (Jornalista e Escritor)  Rafael Nogueira (Historiador)  Thomas Giulliano (Historiador)  Luiz Philippe de Orléans e Bragança (Cientista político)  Renor Filho (Pesquisador - StBnoBrasil)  Olavo de Carvalho (Filósofo e escritor)</p>	<p>O plano do entrevistado permanece o mesmo, alternando entre planos mais abertos e fechados, e sempre com o mesmo ângulo de câmera. Novamente durante a narração são usadas fotografias e vídeos para contextualizar o espectador e utilizam de animações para maior dramaticidade. É usado um áudio do discurso de Costa e Silva, em conjunto com uma imagem do militar.</p>	<p>Efeitos sonoros usados em conjunto com animações. A trilha de fundo volta a ser uma batida rápida e dinâmica. Áudio do discurso de Costa e Silva.</p>
20	01:21:13 - 01:28:14	<p>O narrador aborda as ações Guerrilhas rurais e movimentos armados tentando resistir ao regime e fazendo ataques, assaltos, fuzilamento, tortura e sequestros. Esses acontecimentos teriam sido pouco noticiados pela imprensa e academia brasileira. Com o tempo, a narrativa da esquerda se tornou história. São citados grupos terroristas, suas práticas, nomes de figuras importantes desses grupos, bem como a visão que a esquerda tem sobre essas pessoas atualmente. Sequestro do Embaixador Americano. Dilma Rousseff, Carlos Marighella e José Dirceu são alguns nomes citados. A História das vítimas da esquerda no Brasil foi esquecida. Por conta das revoltas dos grupos de esquerda, a Linha Dura militar passou a apertar mais o regime, utilizando tortura e outros crimes. O objetivo das Guerrilhas não era a democracia.</p>	<p>William Waack (Jornalista)</p>	<p>Apenas um entrevistado nesse trecho do documentário, que mantém o ângulo de câmera usado anteriormente. A maior parte é feita em narração em off, onde são utilizados muitos vídeos da época e manchetes de jornal. São exibidos vídeos de discursos de Dilma Rousseff, entrevistas com Carlos Araújo (ex-marido de Dilma), Fernando Gabeira (Jornalista, escritor e político) e Vera Magalhães (Ex Guerrilheira).</p>	<p>Efeitos sonoros continuam sendo usados em conjunto com animações durante a exibição de páginas de jornal.</p>



21	01:28:58 - 01:35:19	<p>O Governo Costa e Silva sofre forte oposição. É decretado o Ato Institucional nº 5, que dava diversas liberdades ao poder executivo, inclusive acabar com os outros dois poderes. Carlos Lacerda se opõe e é cassado, preso e perde seus direitos políticos. Costa e Silva é afastado da Presidência, mas os militares não permitem que seu Vice assuma o cargo. Três ministros militares assumem. Emílio Médici se torna presidente e o Brasil, segundo os entrevistados, passa a crescer economicamente. Uso de propaganda junto ao esporte brasileiro. O número de jovens no país crescia, mas os militares não conseguiam dialogar com esse público por meio da publicidade. O que essa parte da população buscava, no entanto, era um movimento similar ao Maio de 68.</p>	<p>Lucas Berlanza (Jornalista e Escritor)  Silvio Grimaldo (Cientista Político)  William Waack (Jornalista)  Thomas Giulliano (Historiador)  Rafael Nogueira (Historiador)  Hélio Beltrão (Presidente do Instituto Mises Brasil)</p>	<p>O plano dos entrevistados permanece o mesmo, alternando entre planos mais abertos e fechados, e sempre com o mesmo ângulo de câmera. Novamente durante a narração são usadas fotografias e vídeos para contextualizar o espectador e utilizam de animações para maior dramaticidade. É exibido um trecho curto de um vídeo onde Carlos Lacerda é entrevistado e afirma oposição ao governo militar.</p>	<p>Efeitos sonoros continuam sendo usados em conjunto com animações durante a exibição de páginas de jornal.</p>
22	01:35:20 - 01:45:30	<p>A década de 60 é marcada pela revolução cultural que ocorria no ocidente. Jovens e estudantes protestavam exigindo mudanças sociais. No entanto, o narrador explica que esses movimentos estavam alheios a uma trama que os usava como massa de manobra para subverter as bases da civilização ocidental, e faria isso por meio da cultura, destruindo valores, a moral, a religião e a família. Para isso seria necessário que os comunistas assumissem o controle de instituições educacionais, religiosas e meios de comunicação. Influência de Antonio Gramsci na esquerda brasileira. O país também recebe influência dos pensadores da Escola de Frankfurt. Protestos eram organizados por jovens estudantes universitários, inspirados pelos movimentos estrangeiros. Na cena cultural, surge a contracultura. A mídia passa a ser cada vez mais resistente ao governo militar. Em 1974, Geisel assumiu a presidência marcando o fim do governo de linha dura, permitindo que os movimentos de esquerda tenham mais liberdade e consigam se articular, ocupando o espaço das universidades.</p>	<p>Leszek Pawlikowicz (Historiador e escritor)  Luiz Felipe Pondé (Filósofo e Escritor)  Flávio Morgenstern (Escritor)  Olavo de Carvalho (Filósofo e escritor)  Lucas Berlanza (Jornalista e Escritor)  Thomas Giulliano (Historiador)  William Waack (Jornalista)  Silvio Grimaldo (Cientista Político)</p>	<p>O trecho abre com uma frase de Nicolas Sarkozy (Ex-presidente da França) sobre o Maio de 68. Vídeos de passeatas, manifestações e festivais organizados nos Estados Unidos pelos grupos Híppies. Quando um entrevistado aborda a esquerda assumindo a educação, são exibidas imagens de Paulo Freire. O plano dos entrevistados permanece o mesmo, alternando entre planos mais abertos e fechados, e sempre com o mesmo ângulo de câmera. Novamente durante a narração são usadas fotografias e vídeos para contextualizar o espectador e utilizam de animações para maior dramaticidade.</p>	<p>Trilha sonora com batidas na bateria, animadas e rápidas para simbolizar o trecho que fala sobre o movimento Híppie. Efeitos sonoros continuam sendo usados em conjunto com animações durante a exibição de páginas de jornal.</p>

23	01:45:31 - 01:49:55	<p>Durante a vigência do AI 5, o governo militar censurou diversas mídias que consideravam subversivas. Segundo os entrevistados, a censura era feita de forma muito branda e sem coordenação. Aquilo que realmente afetava o destino do país não era censurado. A repressão nas universidades era pouca. A censura que se acredita que ocorreu foi exagerada, muitas produções foram permitidas.</p>	<p>Lucas Berlanza (Jornalista e Escritor) Olavo de Carvalho (Filósofo e escritor) Silvio Grimaldo (Cientista Político) Bernardo Kuster (Ensaísta e jornalista) Thomas Giulliano (Historiador)</p>	<p>O plano dos entrevistados permanece o mesmo, alternando entre planos mais abertos e fechados, e sempre com o mesmo ângulo de câmera. Novamente durante a narração são usadas fotografias e vídeos para contextualizar o espectador e utilizam de animações para maior dramaticidade.</p>	<p>Efeitos sonoros continuam sendo usados em conjunto com animações durante a exibição de páginas de jornal.</p>
24	01:49:57 - 02:05:57	<p>O milagre econômico acaba, a inflação cresce e o governo toma medidas para abertura do regime. Figueiredo assumiu a presidência em 1979. A crise do petróleo abala ainda mais o regime. João Figueiredo passa a cumprir suas promessas de abertura do regime e começa a anistiar figuras exiladas. Lideranças de esquerda voltam ao Brasil, e a liberação de novos partidos, que eventualmente permitiria o surgimento de grupos políticos como o Partido dos Trabalhadores (PT). Começa o movimento das Diretas Já, organizado por diversos políticos, inclusive Brizola e Lula. As forças do regime colocam um civil para concorrer ao cargo de presidente contra Tancredo Neves. Tancredo Neves é eleito presidente de forma indireta, e morre em 21 de abril de 1985.</p> <p>Os entrevistados entendem que os militares cometeram uma série de erros nas estratégias de governo e entrega um estado aparelhado para os sucessores, mas que eram opositores ao período militar. Uma nova constituição é aprovada, trazendo políticas da época do João Goulart para a lei brasileira. O Documentário faz sua conclusão sobre as consequências dessa nova república, com figuras da esquerda assumindo o poder, casos de corrupção, as universidades sendo um polo cultural esquerdista. O narrador aponta a hegemonia narrativa da esquerda, onde de um lado foram colocados heróis e do outro os opressores.</p>	<p>Thomas Giulliano (Historiador) Lucas Berlanza (Jornalista e Escritor) Alexandre Borges (Diretor do Instituto Liberal e Escritor) Silvio Grimaldo (Cientista Político) Olavo de Carvalho (Filósofo e escritor) Aristóteles Drummond (Jornalista) Hélio Beltrão (Presidente do Instituto Mises Brasil) Percival Puggina (escritor e jornalista) Rafael Nogueira (Historiador) Leszek Pawlikowicz (Historiador e escritor)</p>	<p>O plano dos entrevistados permanece o mesmo, alternando entre planos mais abertos e fechados, e sempre com o mesmo ângulo de câmera. Novamente durante a narração são usadas fotografias e vídeos para contextualizar o espectador e utilizam de animações para maior dramaticidade. Vídeo mostrando a posse de João Batista Figueiredo ao cargo de Presidente, em 1979. Trecho do discurso de Figueiredo em 1979 ao assinar o projeto de lei da anistia ao congresso nacional. Vídeo onde o secretário de imprensa anuncia o falecimento de Tancredo Neves. Jornais com a morte de Tancredo Neves. Conforme o documentário vai chegando ao seu fim, são utilizadas imagens mais recentes de filmes, séries, bem</p>	<p>Começa uma trilha melancólica e dramática. A trilha sonora - "Most Powerful and Dramatic Classical Music - The Untold" retorna de forma épica e instrumental melancólica e dramática.</p>

				<p>como de figuras ligadas à esquerda que são críticos ao regime militar. Também são usadas imagens de revistas e jornais sobre escândalos de corrupção relacionados ao PT. Documentário se encerra com uma frase de George Orwell.</p>	
--	--	--	--	---	--